

REVISTA ESPACO LIVRE

V. 17, n. 34, jul. dez./2022



Nº 34

ISSN 2316-3011

REVISTA ESPAÇO LIVRE

Espaço Livre. Vol. 17, num. 34, jul. dez./2022.

<http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

ISSN 2316-3011

Capa

Edmilson Marques

Conselho Editorial

Alexandra Viana/USP

André Melo/UFG

Edmilson Marques/UEG

Felipe Mateus/UFG

Jaciara Reis Veiga/UFG

Conselho Consultivo

Adriano José/GDF

Aline Cristina Ferreira/UNESP

Alvinan Magno Lopes Catão/UNB

André de Melo Santos/UFG

Anna Christine Ferreira Kist/UFSM

Cássia Baldini Soares/USP

Celestino J. L. Catalán/Valência-Espanha

Célia Maria Sivalli Campos/USP

Cláudia R. V. Bertoso Leite/UEG

Cleiginaldo Pereira dos Santos/SME

Cleito Pereira dos Santos/UFG

Diego Marques dos Anjos/UNB

Edmilson Borges/UFG

Edmilson Marques/UEG

Edinei Oliveira Vasco/UFG

Eliane Maria de Jesus/UNEMAT

Erisvaldo Souza/UEG-IFG

Felipe Mateus de Almeida/UFG

Jaciara Reis Veiga/UFPR

José Nerivaldo Pimenta da Silva/IFG

José Santana da Silva/UEG

Juversino de Jesus Júnior/UEG

Leonardo Venicius Parreira Proto/UEG-UFG

Lisandro Braga/UFPR

Lucas Maia/IFG

Marcos Augusto Marques Ataídes/UEG

Maria Angélica Peixoto/IFG

Mateus Alves/UFPR

Mateus Ório/UFG

Matheus de Araújo Almeida/UFGM

Nanci Valadares de Carvalho/UFRRJ

Neilson Silva Mendes/UEG

Nildo Viana/UFG

Ovil Bueno Fernandes/UEG

Renan Mosege Araújo Lima/UFG

Renato Dias de Souza/UEG

Ricardo Vidal Golovaty/IFG

Rubens Vinícius da Silva/FURB

EXPEDIENTE

A Revista Espaço Livre é uma publicação eletrônica do NUPAC - Núcleo de Pesquisa e Ação Cultural, cujo objetivo é manter um espaço para divulgação de ideias e teses que possuam um caráter crítico e abram espaço para a reflexão sobre o mundo contemporâneo. O nome da revista ESPAÇO LIVRE é oriundo da ideia de um espaço que não seja comandado por regras formais e exigências rígidas, onde o conteúdo tenha proeminência sobre a forma e que esteja aberta a participação ampla e inovadora dos participantes, numa perspectiva crítica, libertária. Os artigos enviados espontaneamente por não membros do coletivo responsável por esta publicação serão avaliados e poderão ou não ser publicados, a partir dos critérios de qualidade, adequação à linha editorial, conformidade às normas de publicação, e não expressam o ponto de vista dos membros do conselho editorial e/ou do conselho consultivo. Os artigos deverão ter no mínimo uma página e no máximo dez páginas, fonte Times New Roman, tamanho 12, espaço 1/5, margens padrão do Word. Deve-se utilizar o sistema autor-data (sistema de Chicago), com lista bibliográfica no final ou notas de fim no final do texto. Os textos devem ser digitados no programa Word for Windows e serem submetidos para avaliação através da página da revista, que pode ser acessada por este link: <http://redelp.net/revistas/index.php/rel/index>

SUMÁRIO

	Pág.
Apresentação	05
Classes Superiores e Classes Inferiores	07
<i>Nildo Viana</i>	
A Esquerda Política: uma questão de renovação ou superação?	23
<i>Hugo Raoni das Silva Alves</i>	
Ernst Bloch: nova biográfica	41
<i>Lucas Maia</i>	
Arte, Cultura e Lazer em Goiânia: as intervenções e os objetivos do SESC e SESI na configuração cultural da cidade	54
<i>Juliana Antunes</i>	
Memória e Sociedade em Ecléa Bosi: uma leitura metodológica e sociológica	70
<i>José Soares</i>	
O Desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais na Educação	91
<i>Alice Ferreira Gonçalves</i>	
<i>Josilayne Luiz Costa</i>	
<i>Milena de Souza Frazão</i>	

Apresentação

A Revista Espaço Livre chega à sua trigésima quarta edição. Assim como ressaltamos em números anteriores, continuamos o trabalho de ser um espaço livre dos limites impostos pela academia e demais instituições, que impedem muitos estudantes e estudiosos de publicarem suas reflexões. A Espaço Livre tem buscado ampliar o seu alcance e atrair principalmente reflexões críticas da realidade, e porque não, concepções que negam a realidade de classes e afirmam a necessidade de uma sociedade fundada na emancipação humana, na autogestão.

Esse trabalho realizado pela Espaço Livre tem demonstrado seus frutos com os artigos publicados, muitos deles elaborados por estudantes, mas também por estudiosos. A reunião desse conjunto de reflexões, nos aponta a necessidade de continuar abrindo cada vez mais espaço para aquelas pessoas que encontram dificuldade de publicar o seu texto em um periódico. E aqui neste número temos o exemplo de que existem muitas pesquisas que precisam ser divulgadas e lidas, já que oferecem contribuições originais e fundamentais que reforçam a crítica de questões sociais e reforçam a concepção que aponta a necessidade de uma nova sociedade.

O artigo que abre este número é de autoria de Nildo Viana, que apresenta uma análise sobre Classes Superiores e Classes Inferiores. Na sequência Hugo Alves aborda a temática A Esquerda Política, questionando se se trata de uma renovação ou de superação. Ernst Bloch recebe uma nova biografia no texto a seguir por Lucas Maia. Em seguida Juliana Antunes discute Arte, Cultura e Lazer em Goiânia, colocando como foco de análise as intervenções do SESC e do SESI na configuração cultural da cidade. O artigo posterior é de autoria de José Soares, e coloca em questão a Memória e Sociedade em Ecléa Bosi. E por fim, esse número é concluído com um artigo, elaborado por Alice Gonçalves, Josilayne Costa e Milena Frazão, intitulado O Desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais na Educação.

Sabemos o quanto é difícil elaborar um texto crítico no contexto em que vivemos hoje, e isso é consequência de diversas questões, entre elas está a necessidade de submissão ao trabalho alienado, que nos suga as energias e também o nosso tempo. Além disso, sofremos o impacto dos valores burgueses, que nos influencia constantemente e limitam a percepção crítica da realidade. Por fim, ainda sofremos os impactos advindos das

relações sociais estabelecidas no capitalismo, os quais provocam uma série de limitações, como cansaço, indisposição, além dos problemas psíquicos e físicos.

Escrever um artigo nesse contexto que apresente uma perspectiva crítica da realidade torna-se penoso, já que exige muito esforço e dedicação. Mas sabemos que a emancipação humana é algo a ser construído e que demandará muito esforço. A crença em uma nova sociedade, onde viveremos efetivamente a liberdade, é o motor que nos move e motiva para esse trabalho. A equipe editorial busca com a liberdade deste espaço, ser também um instrumento de motivação para que outros integrem esse movimento de reforço da luta cultural, da crítica à realidade e da busca por uma sociedade, como dizia Marx e Engels, onde “o desenvolvimento livre de cada um é a condição para o desenvolvimento livre de todos”.

*Conselho Editorial
Revista Espaço Livre*

Classes Superiores e Classes Inferiores

Nildo Viana*

A questão das classes sociais é fundamental na teoria de Marx e para o marxismo. Ela ganhou várias discussões e abordagens sociológicas. Porém, tanto nas abordagens sociológicas quanto na marxista, ainda existem muitos pontos obscuros. Dentre estes pontos obscuros, basta citar o pouco desenvolvimento da análise de determinadas classes sociais específicas. Em certos casos, dependendo do sociólogo que se aventurou a tratar das classes sociais, nem sequer há uma discussão sobre cada uma delas. Porém, não vamos tratar aqui da sociologia das classes sociais ou das diversas abordagens nesse temário, pois nosso objetivo é discutir a concepção marxista de classes sociais num aspecto bem delimitado, que é o uso de termos que expressem as classes sociais em seus dois agregados mais amplos, as classes superiores e as classes inferiores. Assim, também não vamos discutir a teoria das classes sociais de Marx e seu desenvolvimento posterior por outros autores marxistas, apesar de realizar uma breve síntese a esse respeito para possibilitar a nossa análise sobre classes sociais superiores e inferiores.

Uma classe social pode ser definida como um conjunto de indivíduos que possuem o mesmo modo de vida, os mesmos interesses e a mesma luta comum contra outras classes sociais, que são elementos derivados da divisão social do trabalho, que, por sua vez, é determinada pelo modo de produção dominante¹. Assim, é equivocado definir classes sociais apenas pelo modo de vida, interesses e lutas comuns, pois isso pode se manifestar, embora sob forma diferenciadas, no caso de outras coletividades (famílias, grupos sociais, etc.). Esses aspectos em comuns são específicos, são derivados da “atividade fixa” na divisão social do trabalho (MARX; ENGELS, 1982) e, na perspectiva marxista, é fundamental entender que esta última só pode ser compreendida a partir de sua constituição pelo modo de produção dominante. Assim, os servos domésticos e os assalariados domésticos só podem ser assim entendidos através da compreensão das relações de produção dominantes, a servidão e a produção de mais-valor, respectivamente.

* Professor da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás; Doutor em Sociologia pela Universidade de Brasília.

¹ Essa definição, não explícita, se encontra em Marx e Engels (1982) e tem desdobramentos em outras obras, tal como se pode ver na síntese realizada dos diversos escritos destes autores (VIANA, 2018a; VIANA, 2016).

Da mesma forma, é a partir do modo de produção dominante que se pode compreender o campesinato no capitalismo e outras classes sociais em todas as sociedades de classes. O elemento diferenciador das classes sociais em relação a outras coletividades com elementos semelhantes é o vínculo com o trabalho e com o processo de reprodução das condições de existência. O que une os indivíduos no pertencimento de classe é a posição na divisão social do trabalho e não a corporeidade (características biológicas, como sexo e raça), a etnia, a cultura, ou qualquer outro aspecto. Sem dúvida, o pertencimento de classe tem efeito sobre todos estes outros aspectos, mas não é uma característica das classes e sim impactos da condição de classe nesses outros elementos das diferenciações sociais. Assim, as mulheres, os negros, os hippies, os jovens, os muçulmanos, os católicos, os judeus, os ecologistas, entre inúmeros outros exemplos possíveis, não são classes sociais. Essa afirmação é um tanto óbvia, embora muitos sociólogos e outros pesquisadores confundam ou apresentem definições confusas que acabam permitindo confundir essas coisas distintas.

Porém, aqui tratamos de classes sociais em geral. Essa foi uma das discussões efetivadas pioneiramente por Marx, mas ele foi além disso e desenvolveu uma análise das classes sociais no capitalismo (MARX, 1988; VIANA, 2018a; VIANA, 2016). A partir do modo de produção capitalista emergem as duas classes sociais fundamentais: a classe capitalista e a classe operária, ou, usando outros termos, a burguesia e o proletariado. E, derivado da divisão social do trabalho gerada pelo modo de produção capitalista, emergem outras classes, tal como a burocracia (VIANA, 2018a) e outras classes instituídas nas formas sociais (“superestrutura”), nos modos de produção subordinados (camponeses, artesãos, etc.), etc. No fundo, a sociedade capitalista institui um conjunto de classes sociais².

Explicitado o significado do conceito de classes sociais, é necessário entender que na realidade concreta estas se articulam, seja via blocos sociais (o setor organizado, consciente e ativo que representam as classes sociais), seja nas lutas sociais concretas por possuírem interesses semelhantes. Marx apontava para uma tendência de polarização cada vez mais intensa entre burguesia e proletariado com o desenvolvimento capitalista (MARX; ENGELS, 1988). Ele pensava isso a partir da constatação de que as classes

² Alguns sociólogos deformaram a concepção de Marx ao atribuir a ele a ideia de apenas duas classes sociais no capitalismo (GURVITCH, 1982), certamente por ter lido apenas o volume 01 de *O Capital*, no qual ele focaliza a produção de mais-valor, logo, a relação de produção existente entre burguesia e proletariado, pois, se tivesse lido os demais volumes, veria as referências e análises dos latifundiários, campesinato, lumpemproletariado, etc.

sociais em decadência (oriundas da sociedade feudal), as classes sociais de modos de produção subordinados (campesinato, por exemplo) e semicapitalista (pequenos proprietários, por exemplo), tendiam a diminuir e desaparecer, simplificando os conflitos de classes e restando o antagonismo entre as classes sociais fundamentais, burguesia e proletariado, como forma básica e visível das contradições do capitalismo. Por outro lado, Marx também colocou que as duas classes fundamentais tendiam a hegemonizar as lutas sociais, com as demais classes sociais girando em torno delas e assumindo o lado de uma ou outra classe social, por mais que algumas pudessem querer se autonomizar³.

As duas assertivas de Marx, a da simplificação do antagonismo de classes com a polarização da luta entre burguesia e proletariado e a coalizão de classes em torno delas, não se efetivaram exatamente como ele previu. Assim, as classes decadentes foram realmente desaparecendo e as classes ligadas a modos de produção subordinados perderam quantidade e espaço político, mas, no entanto, outras classes sociais emergiram ou se fortaleceram. Por um lado, a nobreza desapareceu e só restaram adornos integrados na sociedade capitalista, bem como os servos deixaram de existir e o clero foi integrado no capitalismo como uma esfera social⁴. Os artesãos também foram reduzidos à quase inexistência com o desenvolvimento capitalista e o campesinato foi ficando cada vez mais diminuto, até desaparecer em alguns países⁵. E, nesse aspecto, Marx estava correto. Porém, Marx escreveu no século 19 e, embora tenha percebido as mutações e até a emergência de novas classes sociais, não pensou que elas se tornariam tão importantes, tanto pela quantidade quanto pela força política. Assim, Marx percebeu a emergência da burocracia e seu crescimento vertiginoso, enquanto burocracia estatal (MARX, 1986) e enquanto burocracia empresarial, o que ele denominou “gerentes” (MARX, 1988).

Após a morte de Marx, há um processo ainda mais intenso de desenvolvimento da burocracia, tanto das frações que já existiam, quanto através da emergência de novas frações, tais como a universitária (e escolar), a partidária, a sindical, etc., ou seja, a burocracia civil avança a partir da segunda metade do século 19, a fase A da

³ Esse foi o caso das lutas de classes na França, especialmente no que se refere à Comuna de Paris (MARX, 2020).

⁴ Sobre as esferas sociais veja: Viana, 2015a.

⁵ Hobsbawn (1993) afirma que o campesinato desapareceu na Europa. Claro que aqui se trata do conceito marxista de campesinato, como a pequena propriedade nominal e familiar, e não qualquer definição deste termo, tal como aqueles que pensam que todos os que moram no “campo” (zona rural) são camponeses, criando uma indistinção histórica entre servos, camponeses, latifundiários, operários agrícolas, etc. É isso tipo de confusão que permite alguns abordarem o que denominam “sociedades camponesas” (WOLF, 1976).

burocratização, segundo Lapassade (1989)⁶. Por outro lado, Marx não percebeu a emergência da intelectualidade como uma classe social (VIANA, 2013), pois seu desenvolvimento era muito incipiente no século 19. Essas duas classes sociais, no entanto, cresceram em quantidade e força política, especialmente a partir do século 20. A partir do pós-Segunda Guerra Mundial, a expansão quantitativa da intelectualidade e burocracia é visível, bem como o crescimento do seu peso político.

Assim, a tese da simplificação da luta de classes e sua condensação na luta entre as duas classes fundamentais e antagônicas estava correta para a época, mas devido ao desenvolvimento e ampliação da divisão social do trabalho, a situação acabou se complexificando novamente. E isso ficou ainda mais grave com o desenvolvimento da democracia representativa e formação dos partidos políticos, pois a ideologia da representação e as ilusões eleitorais permitiram que burocratas e intelectuais passassem a se declarar como sendo os porta-vozes da classe operária, do “povo”, da “nação”, etc. Estes e outros mecanismos acabaram gerando um processo de dificuldade para a autonomização do proletariado e, por conseguinte, sua passagem a classe autodeterminada (“para-si”, segundo terminologia de Marx). A emergência da juventude como grupo social importante politicamente, complexificou ainda mais esta questão, pois os jovens pertencem a todas as classes. Um setor mais específico no seu interior, o estudantil, também ganhou força nas lutas políticas, especialmente após o crescimento das instituições escolares a partir da instauração do regime de acumulação conjugado (pós-Segunda Guerra Mundial)⁷. Desta forma, a tese da simplificação dos antagonismos de classes foi superada historicamente e uma nova complexificação foi instituída.

A outra assertiva de Marx, sobre a coalizão de classes em torno das duas classes fundamentais, continua válida, mas também se tornou mais complexa. E isso tem a ver com o desenvolvimento capitalista e a alteração na composição e divisão de classes já aludidas anteriormente. A coalizão de classes em torno da burguesia ocorre, embora haja setores de algumas classes sociais que buscam se autonomizar e, assim, parecem ficar ao lado da outra coalizão, que seria em torno do proletariado. A burguesia, devido ao seu poder financeiro, hegemonia cultural e domínio sobre o aparato estatal, transformou a burocracia e a intelectualidade em suas classes auxiliares. A posição e função na divisão

⁶ Sobre a classe burocrática, é possível ver uma análise em: Viana (2018a; 2018b) e a respeito da abordagem de Marx sobre a burocracia, cf.: Viana (2015b).

⁷ Sobre os regimes de acumulação e sua sucessão histórica, cf. Viana, 2009; Almeida, 2020.

social do trabalho destas duas classes apontam para a reprodução das relações de produção capitalistas, uma através do controle social e outra através da produção cultural. É por isso que alguns setores dessas classes possuem altos salários, tal como já alertava, desde o final do século 19, Makhaïsky (1981)⁸. Em 1914, Robert Michels (1982) já alertava para a burocratização dos partidos social-democratas e a criação de uma “nova camada pequeno-burguesa”, o que, no fundo, significava nova fração de classe da burocracia. Os estratos inferiores dessas classes sociais, por sua vez, já não recebem salários tão elevados, e alguns ficam no nível do proletariado, ou até menos em alguns casos, mas ainda mantém o vínculo com os valores, interesses, etc., de sua classe de origem. Porém, uma parte desse setor busca se autonomizar e se afastar da burguesia, defendendo seus próprios interesses de classe. Mas, e isso complexifica a luta de classes, alguns pensam e afirmam estar defendendo o proletariado, a “transformação social”, o “socialismo”, o “povo”, as “classes populares”, etc. e, no fundo, defendem a tomada de poder e a substituição da burguesia pela burocracia. A intelectualidade fica a reboque da burocracia nesses casos, pois são as organizações burocráticas (partidos, sindicatos, Organizações Não-Governamentais, etc.) que possuem maior força e iniciativa política, apesar de seu enfraquecimento crescente com o desenvolvimento capitalista.

O que vem sendo dificultado com o desenvolvimento capitalista é a coalizão de classes em torno do proletariado. Obviamente que a burguesia sempre lutou contra tal coalizão, e sempre foi beneficiada pelo auxílio da burocracia e da intelectualidade, tanto em seus setores mais conservadores e próximos da burguesia, quanto nos seus setores mais autonomizados e que dizem representar a população e a transformação, pois ao se intitulem “representantes” ou “vanguarda” dos trabalhadores, do proletariado, das “classes populares”, do “povo”, acabam corroendo a hegemonia proletária em favor de uma hegemonia burocrática. O bloco progressista, que reúne os setores mais organizados, conscientes e ativos dessas duas classes, ao contrário do outro setor que se articula com o bloco dominante sob hegemonia burguesa, promove um processo de criação de organizações burocráticas (partidos, sindicatos, etc.) que são obstáculos para a autonomização do proletariado, bem como geram ideologias, doutrinas, correntes de opinião, que são outros obstáculos. Além disso, aglutinam setores das classes inferiores, incluindo do proletariado, em torno de suas organizações e concepções.

⁸ Ele chegou a afirmar, não sem certo exagero, que Kautsky tinha um modo de vida idêntico ao de um burguês (MAKHAÏSKY, 1981).

A coalizão de classes em torno do proletariado somente ocorre quando há ascensão das lutas sociais, o que significa que o bloco revolucionário, que é o setor mais organizado, consciente e ativo que expressa os interesses do proletariado, tende a se tornar mais forte e presente, e o proletariado se autonomiza, gerando a hegemonia proletária⁹. Alguns setores da intelectualidade e da juventude (em que pese esta não ser uma classe social, mas adquiriu, com o desenvolvimento capitalista, uma importância política considerável)¹⁰, também se articulam em torno do proletariado e isso se fortalece com a autonomização do proletariado.

Assim, a assertiva de Marx sobre a coalizão de classes em torno do proletariado continua válida, mas vem sendo dificultada e obstaculizada pela burguesia e suas classes auxiliares. E uma “terceira coalizão” se tornou possível, em torno da burocracia, inclusive atraindo setores das classes inferiores, com o discurso em nome do proletariado ou dos “trabalhadores”. Esses elementos ajudam a compreender a discussão a seguir sobre classes superiores e inferiores.

As classes superiores se apresentam no plural por não ser uma classe social e sim um agregado de classes sociais. O mesmo ocorre com as classes inferiores. E qual é a relevância dessa distinção e do uso desses termos? O primeiro aspecto é descritivo. Porém, não é qualquer descrição. Trata-se de uma descrição da realidade tal como ela é efetivamente, sendo, portanto, concreta, e possuindo importância para entender os processos sociais e as tendências nas lutas de classes. Distinguir entre classes superiores e classes inferiores¹¹ é um elemento da composição e divisão de classes sociais.

⁹ Sobre hegemonia burguesa e hegemonia proletária, cf. Viana (2018c; 2015c).

¹⁰ Isso é possível devido às características da intelectualidade e da juventude. Alguns setores da intelectualidade, por seu vínculo com a produção cultural e os valores vinculados a ela, bem como sua contradição relativa com a burguesia (burocratização e mercantilização da produção intelectual – arte, ciência, etc. –, entre outros aspectos), possuem maior capacidade de ruptura com a classe dominante, especialmente os setores mais autônomos, que se encontram geralmente nos estratos mais baixos e aqueles que valoram mais suas atividades (embora, quando exageram nesse ponto, se vinculam mais ao bloco progressista). A juventude, por sua vez, devido sua autonomia relativa e negação de sua inserção no mundo adulto, tende a rebeldia e ativismo, que, em certos setores, acaba se aproximando do proletariado (embora outro setor, maior, se aproxima do bloco progressista, ou seja, da hegemonia burocrática). Em momentos de radicalização da luta de classes, aumenta a adesão de indivíduos intelectuais e jovens à hegemonia proletária. Porém, é preciso deixar claro que a classe intelectual é uma classe auxiliar da burguesia e, por conseguinte, é conservadora. No entanto, indivíduos, ou até setores inteiros, podem ultrapassar essa determinação, embora seja raro além de casos individuais ou setores marginalizados (que podem também aderir ao extremismo conservador visando ganhar espaços com isso, tal como ocorre hoje no Brasil em torno de Jair Bolsonaro, apesar de alguns realizarem tal aproximação por questões morais).

¹¹ Em alguns textos passados utilizei os termos “classes privilegiadas” e “classes desprivilegiadas”. Porém, esses termos são impugnáveis pela confusão em torno das discussões problemáticas atuais em torno dos “privilégios”, bem como focar nesse item que, embora real, é de menor importância. Daí a alteração para

As classes superiores são algumas classes sociais agregadas por sua situação de classe, bem como as inferiores. Esse agregado de classes é a reunião de algumas classes sociais no sentido descritivo, através da posição e função de cada uma delas na divisão social do trabalho e na pirâmide social. Porém, além do aspecto descritivo, essa distinção também tem um caráter político, que é a tendência para unificação em torno da burguesia no caso das classes superiores e em torno do proletariado no caso das classes inferiores. E a própria consciência de pertencer ao agregado das classes superiores ou das classes inferiores já contribui para a unificação em torno das classes fundamentais, o que corrói, parcialmente, a possibilidade da “terceira coalizão”, que, no fundo, propõe um capitalismo reformado e não uma nova sociedade e assim não atende as necessidades e interesses das classes inferiores.

No plano concreto, as classes superiores são aquelas que possuem maior poder e renda. A classe dominante, a burguesia, obviamente é a detentora do capital e por isso direciona a acumulação de capital e concentra a riqueza, detendo não apenas o poder financeiro, mas a capacidade de coordenar o desenvolvimento capitalista em geral. Além disso, ela possui o domínio sobre o aparato estatal e hegemonia na sociedade civil. Ela é a principal classe superior e em torno da qual todas as demais classes superiores giram. A maioria das demais classes superiores são suas classes auxiliares¹². Em certos momentos históricos, outras classes proprietárias podem fazer parte das classes superiores, tal como a classe latifundiária. A nobreza foi parte das classes superiores durante algum tempo, até ser superada historicamente pelo desenvolvimento capitalista. Além dessas, as classes auxiliares da burguesia, a burocracia e a intelectualidade fazem parte das classes superiores, embora seus estratos inferiores estejam próximos, por sua renda e menor poder, das classes inferiores. Essas classes sociais estão, por conseguinte, no topo da pirâmide social. As classes proprietárias (incluindo, obviamente, a classe capitalista) e as classes auxiliares da burguesia formam as classes superiores.

As classes inferiores são aquelas destituídas de poder e possuem menor renda, englobando diversas classes sociais. Algumas delas são exploradas (proletariado,

classes superiores e classes inferiores, expressão da posição das classes na pirâmide social, forma ilustrativa da posição das classes na sociedade capitalista.

¹² As classes auxiliares são aquelas que desenvolvem funções na divisão social do trabalho que se voltam para a reprodução da sociedade e dos interesses da classe dominante (no caso, da classe capitalista), bem como são apoios políticos nas lutas de classes.

campesinato)¹³, outras são submetidas à pobreza e salários baixos, além do lumpemproletariado, submetido à marginalização na divisão social do trabalho. A principal classe inferior é, obviamente, o proletariado, a classe dos trabalhadores assalariados produtivos, que são aqueles que produzem mais-valor. A sua importância se revela em ser o sustentáculo da produção material na sociedade capitalista, sem a qual não existiria riqueza, bens materiais, sobrevivência da espécie. Além dessa importância “econômica”, o proletariado é importante no plano político, pois sem ele não existe possibilidade de transformação social, já que sem alteração nas relações de produção, o que depende dele, não há como emergir uma nova sociedade. Além disso, ele possui uma *capacidade revolucionária*¹⁴, pois o trabalho alienado, a exploração capitalista, o seu vínculo com a produção e o fato de estar no coração das relações de produção capitalistas o tornam o artífice de novas relações de produção e novas relações sociais. É isso que torna o proletariado (e não sua quantidade, que em certo momento histórico e lugares foi também expressiva e talvez a mais numerosa em alguns casos) uma classe revolucionária.

O proletariado é destituído de poder e sua renda é baixa, pois mesmo nos setores em que os salários são mais elevados, eles não se comparam aos das classes superiores (a não ser no caso dos estratos inferiores da burocracia e da intelectualidade). Porém, existem outras classes em situação semelhante e que formam, junto com ele, o agregado das classes inferiores. Esse é o caso do lumpemproletariado, a classe marginal na divisão social do trabalho e que vive no desemprego ou do subemprego¹⁵, dos subalternos¹⁶, dos

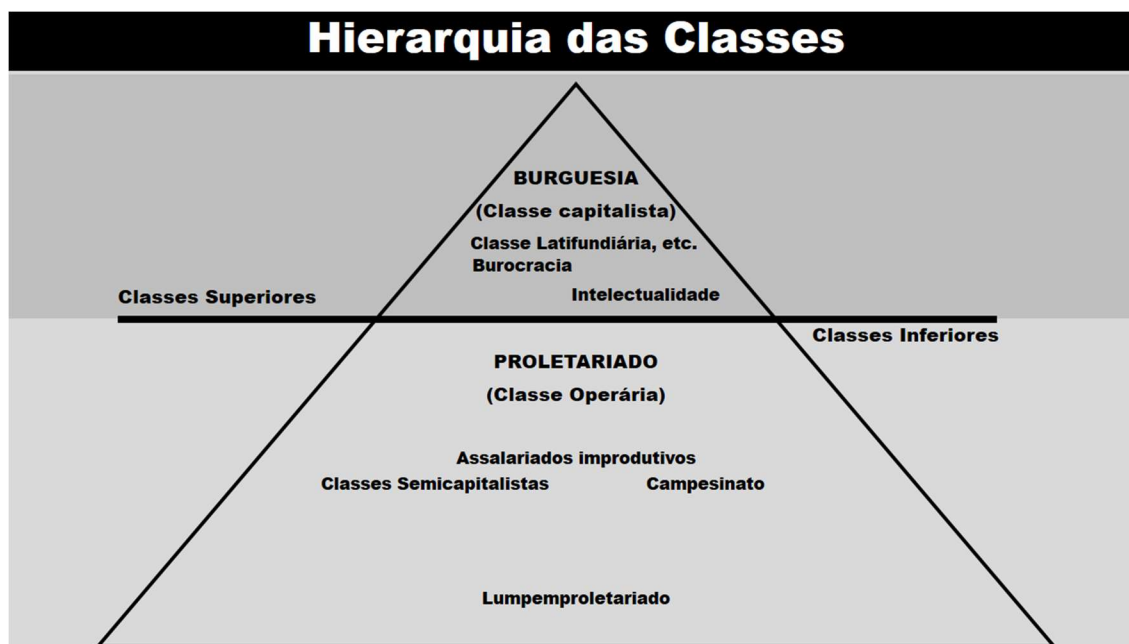
¹³ O campesinato é submetido ao que Marx denominou “métodos secundários de exploração capitalista”, no qual o capital bancário e o capital comercial são os principais agentes e beneficiários. A esse respeito cf. Marx (1986), Viana (209).

¹⁴ Sem dúvida, o proletariado, ao contrário de outras classes e setores da sociedade que podem se tornar revolucionários dependendo do contexto, possuindo um potencial para isso, ele é o único que tem a “capacidade” de efetivar uma revolução social, pois, sem ele, não há transformação efetiva das relações de produção capitalistas em novas relações de produção autogeridas. Porém, isso é uma possibilidade tendencial, o que significa que é uma potencialidade. É diferente de outros setores da sociedade, que, dependendo da luta operária ou contextos sociais e históricos, podem desenvolver uma potencialidade revolucionária. A rebelião estudantil de Maio de 1968 mostrou que o movimento estudantil possui potencialidade revolucionária, mas não tem capacidade de realizar a revolução e, por esse mesmo motivo, ele buscou incentivar o proletariado a entrar na luta. Assim, a potencialidade revolucionária do proletariado é uma necessidade vinculada aos seus interesses e relações sociais (e está contida nele, precisando, para isso se realizar, passar de classe determinada pelo capital para classe autodeterminada), e sua capacidade é a sua condição de classe capaz de materializar a revolução e a autogestão.

¹⁵ Sobre o significado do lumpemproletariado existe várias polêmicas e posições negativas ao seu respeito, desde Marx, mas que se intensificou e se tornou unilateral após ele. Marx manteve algumas ambiguidades em sua definição de lumpemproletariado (VIANA, 2018a), mas esta é uma das formas pelas quais ele o concebe. Contemporaneamente, outros autores vêm ressignificando o conceito no sentido de romper com tais ambiguidades e lhe retirando o caráter meramente negativo (VIANA, 2018a; BRAGA, 2013; VIANA, 2020).

camponeses, dos artesãos, entre outras classes, que também variam em quantidade dependendo da época e lugar. Os artesãos, por exemplo, foram reduzidos drasticamente e são parte de uma classe praticamente extinta.

Desta forma, poderíamos retomar a pirâmide social, expressão gráfica da hierarquia de classes, para ilustrar esses dois agregados de classes sociais:



O segundo aspecto que demonstra a relevância dessa distinção entre classes superiores e classes inferiores é a tendência para a coalizão delas em torno da burguesia e do proletariado, respectivamente. Já colocamos que essa tendência, observada por Marx, não se efetiva facilmente devido aos obstáculos gerados pelas condições da sociedade capitalista, especialmente a hegemonia burguesa e a emergência do bloco progressista e da ideologia da representação (incluindo a da vanguarda). No caso das classes superiores, essa coalizão nem sempre se concretiza englobando o conjunto delas. Sem dúvida, existem divisões no interior da classe capitalista (suas frações e outras subdivisões), bem como existem interesses distintos e, em alguns casos, até opostos (mas não antagônicos) entre as diversas classes que fazem parte do seletivo grupo das classes superiores. As divisões das outras classes além da burguesia também afetam essa coalizão, mas é algo secundário (os estratos inferiores da burocracia e da intelectualidade, por exemplo, tendem a querer se autonomizar e buscar formar uma “terceira coalizão”, gerando o bloco progressista e

¹⁶ A classe subalterna é aquela que engloba o conjunto dos trabalhadores domésticos (o que Marx denominou a “classe dos serviçais”), trabalhadores dos serviços e comércio, que possuem renda inferior e não possuem poder nas instituições (funcionários de limpeza, segurança, etc.).

girando em torno dele) e, uma parte da intelectualidade, desses estratos e de outros, pode se deslocar para uma posição ao lado do proletariado.

A burocracia e a intelectualidade são classes sociais conservadoras¹⁷, pois são classes auxiliares da burguesia. Os seus estratos superiores são a expressão mais clara disso e basta ver a alta burocracia das forças armadas e poder judiciário, bem como a burocracia estatal estatutária¹⁸, para perceber o seu conservadorismo e proximidade com a burguesia. Os estratos médios são mais volúveis e indefinidos, enquanto seus estratos inferiores se dividem entre setores mais conservadores e setores mais progressistas. Por outro lado, a divisão da intelectualidade é distinta, pois os seus estratos superiores são conservadores, mas seus estratos médios são mais volúveis, tendo mais indivíduos que se tornam revolucionários, mas predomina o progressismo (burguês ou burocrático), enquanto nos estratos inferiores existe uma maior adesão ao bloco progressista e ao bloco revolucionário, embora também exista adesão significativa ao bloco dominante.

No caso das classes inferiores, a coalizão é ainda mais difícil. Isso pelo simples motivo de que a hegemonia burguesa gera uma adesão de uma grande quantidade de indivíduos dessas classes aos valores e concepções do bloco dominante, conservador, e, secundariamente, aos do bloco progressista. No primeiro caso, temos os indivíduos e setores das classes inferiores que reproduzem e reforçam as ideias e valores dominantes, ou seja, a hegemonia burguesa, e, por conseguinte, buscam ascensão social, a propriedade, o consumo, competição, riqueza, poder, etc. e defendem a sociedade existente, buscando melhorar sua posição individual no seu interior. Trata-se de uma quantidade considerável de indivíduos, sendo, geralmente, a maioria dos indivíduos que compõem as classes inferiores. E foi assim em todas as épocas, com variações apenas no percentual dessa maioria, se 80 ou 70%, por exemplo.

¹⁷ Não será possível discutirmos aqui a relação entre indivíduo e classe social e por isso indicamos leitura de texto que aborda tal questão (Viana, 2022). No entanto, é necessário um breve esclarecimento. Afirmar que a classe intelectual é conservadora, por exemplo, não quer dizer que, necessariamente, todos os indivíduos dessa classe sejam conservadores. Sem dúvida, essa é uma tendência de todos os indivíduos da classe, mas existem exceções e o que ocorre concretamente é que a maioria dos indivíduos que pertencem a ela possui uma posição conservadora. Existem indivíduos que rompem com os interesses de sua classe social e, desta forma, podem destoar da maioria e de sua função na divisão social do trabalho e posição política.

¹⁸ A burocracia estatal estatutária é permanente no aparato estatal, ao contrário da burocracia estatal governamental, que é provisória. A primeira é geralmente concursada e possui estabilidade e a segunda é eleita ou nomeada, tendo mandatos delimitados. A burocracia governamental também é conservadora, mas é possível a eleição de progressistas (que mantém o progressismo mesmo quando estão nos cargos governamentais), especialmente os oriundos dos estratos inferiores dessa classe social e que buscam a autonomização da burocracia com a ambição de substituir a burguesia como classe dominante.

Uma parte dos indivíduos das classes inferiores, por ligações com partidos, sindicatos, etc., aderem aos valores e concepções do bloco progressista. O *quantum* dessa adesão também varia historicamente. Isso se justifica pelo motivo que alguns setores relativamente descontentes querem alguma mudança, fazem reivindicações, ou, alguns, se aproximam de ideias e valores ligados a tal bloco, em parte se iludindo com suas promessas e discursos. O discurso, as doutrinas e as ideologias do bloco progressista também são atrativos para setores da juventude das classes inferiores, bem como para os estratos inferiores da intelectualidade, sendo que esta é parte das classes superiores, mas é próxima das classes inferiores e tem uma influência sobre elas. Claro que isso varia de acordo com a época e lugar, bem como com a conjuntura. O bloco progressista foi perdendo força paulatinamente a partir da emergência do regime de acumulação integral, que marca uma nova fase do capitalismo a partir de 1980. Nesse sentido, o bloco progressista perde força e influência, bem como se aproxima ainda mais do bloco dominante, sendo que se torna, com exceção de uma minoria, pouco distinguível do setor mais democrático deste.

A última parte, quantitativamente insignificante em épocas de estabilidade econômica e política, tende a se aproximar do bloco revolucionário ou demonstrar um descontentamento geral sem ser acompanhado por uma utopia ou ideia de transformação social. Sem dúvida, nesses dois últimos casos, há variação devido à época e lugar, podendo aumentar ou diminuir. Em momentos de radicalização das lutas de classes, a tendência é aumentar a adesão aos valores e concepções do bloco progressista e do bloco revolucionário (sendo que, historicamente, há uma diminuição no primeiro caso, devido ao conservadorismo, oportunismo e burocratismo crescente da social-democracia e bolchevismo) e diminuição drástica da adesão à hegemonia burguesa.

Sem dúvida, também existem diferenças no interior das classes inferiores. A classe semicapitalista (composta especialmente por pequenos proprietários e pequenos comerciantes)¹⁹ são mais conservadores, pois se identificam com a classe capitalista²⁰, bem

¹⁹ Pequenos proprietários e pequenos comerciantes não são capitalistas e sim semicapitalistas e, portanto, não são uma pequena-burguesia, termo usado exaustivamente pelo pseudomarxismo. A pequena-burguesia, em nossa concepção, é um estrato inferior da burguesia, com menor capital, mas que possui trabalhadores assalariados e extrai mais-valor deles, cuja quantidade não se compara ao do grande e médio capital. Os pequenos proprietários e comerciantes são aqueles que possuem uma produção ou loja de revenda geralmente de base familiar. Os cooperativistas estabilizados e relativamente autossuficientes financeiramente também se incluem nessa classe social.

como alguns setores das classes trabalhadoras, tais como os comerciários. Outros setores das classes inferiores já tendem mais à rebeldia, tais como setores do lumpemproletariado, proletariado, especialmente os jovens. No entanto, trata-se de rebeldia e não posição revolucionária e isso é derivado tanto da condição juvenil (no caso específico dos jovens) quanto da falta de autoformação e condições de desenvolver ou conhecer projeto alternativo, ou, ainda, acreditar em sua possibilidade (o que inclui parte dos jovens e adultos). O proletariado não é homogêneo²¹ e, em épocas de relativa estabilidade econômica e política, tende a assumir posições conservadoras ou progressistas, majoritariamente. Uma minoria, geralmente seus estratos inferiores e parte da juventude proletária, tem maior tendência em aderir ao bloco revolucionário. Em momentos de ascensão das lutas, uma parte que tem posição conservadora tende a aderir ao bloco progressista e uma minoria ao bloco revolucionário. Aqueles que possuíam posição progressista, por sua vez, não mudam o posicionamento político ou então aderem a uma posição revolucionária. Aqueles que já tinham uma posição revolucionária tendem, obviamente, a continuar e fortalecer este posicionamento. Em épocas de radicalização e revolução, a posição revolucionária tende a se tornar quase que totalmente hegemônica.

Assim, a hegemonia burguesa reina absoluta nas classes superiores, com pouca dissidência e com uma parte, especialmente da burocracia e intelectualidade, aderindo à hegemonia burocrática e, uma parte ainda mais diminuta – da intelectualidade e juventude das classes superiores²² – à hegemonia proletária. A hegemonia burocrática é forte nos estratos inferiores da burocracia e intelectualidade, bem como possui força atrativa em setores da juventude das classes superiores e inferiores, além de atrair setores das classes inferiores. A hegemonia proletária, por sua vez, é a menos influente e que aglutina o menor número de indivíduos, sendo que atinge setores da intelectualidade e juventude das classes superiores, em pequena quantidade, e jovens e indivíduos em geral das classes inferiores, também em quantidade muito pequena.

²⁰ Inclusive muitos se consideram “empresários”, terminologia usada por institutos de pesquisa e meios oligopolistas de comunicação.

²¹ O proletariado tem também suas subdivisões, tal como suas frações (proletariado industrial, agrícola, construção civil, minas), além de estratos e outras subdivisões internas, além de diferenças externas que lhe atinge, como as nacionais, regionais, culturais, além da questão racial, sexual, etc. O peso e importância dessas diferenças e divisões variam histórica e socialmente, bem como de acordo com as divisões internas da classe.

²² Essa adesão, no entanto, é geralmente *temporária* e, na maioria das vezes, *ambígua*. Apenas uma parte insignificante, numericamente, dos jovens das classes superiores mantém adesão à hegemonia proletária após a entrada na idade adulta. As razões para isso já foram apresentadas em Viana, 2015d.

Essa é a situação em períodos de estabilidade econômica e política. Processos de desestabilização de um regime de acumulação, crises financeiras, lutas espontâneas e acirramentos dos conflitos de classes, alteram esse processo, sem contar acontecimentos extraordinários em outras instâncias (emergência de uma produção artística em perspectiva revolucionária que consegue espaço na sociedade mesmo em períodos de estabilidade, produção teórica que consegue, por sua capacidade explicativa, aglutinar mais pessoas, conflitos localizados em certos lugares ou rebeldia juvenil que desemboca em radicalização no plano cultural, etc.)²³, alteram isso e podem promover o aumento de espaços de hegemonia proletária em disputa com a hegemonia burocrática, que, em alguns casos, também se fortalece.

Desta forma, a divisão entre classes superiores e inferiores expressa também uma importância política. O proletariado revolucionário (via hegemonia proletária) tende a atrair as classes inferiores e tal tendência se fortalece com as crises e radicalização das lutas de classes. E isso ocorre, entre outras coisas, pelas semelhanças na posição da sociedade, nas reivindicações, na insatisfação compartilhada, na desilusão com governos e partidos, etc. Essa, no entanto, é uma tendência e já apontamos os obstáculos. Inclusive os setores ambíguos do bloco revolucionário (que são semiproletários e, por isso, se aproximam, em muitos casos, do bloco progressista ou de elementos de ideologias burguesas e/ou burocráticas) é um outro obstáculo no interior da própria luta revolucionária. Os indivíduos da ala semiproletária²⁴ do bloco revolucionário são influenciados pela hegemonia burguesa e burocrática, mesclando isso com elementos de hegemonia proletária, e por isso a competição, a ambição (inclusive intelectual), entre outros processos, dificultam a unificação do bloco e o reforço da hegemonia proletária.

²³ Estes processos ocorrem em momentos de estabilidade, gerando focos de hegemonia proletária. Porém, seu efeito vai além disso, pois, uma vez existindo, em momentos de desestabilização se fortalecem e ampliam, reforçando a tendência para a coalizão das classes inferiores em torno do proletariado, ou seja, adesão à hegemonia proletária, indo além de focos para se tornar algo mais generalizado.

²⁴ Aqui não se trata de pertencimento de classe e sim de perspectiva de classe, ou seja, são indivíduos de variadas classes que dizem expressar o proletariado ou uma posição revolucionária (sem referência ao proletariado, o que em si já mostra ambiguidade), apontando para uma crítica e recusa do capitalismo e defesa da constituição de uma nova sociedade (sob vários nomes: “comunismo”, anarquia, etc.), mas que são ambíguos, tal como no caso daqueles que possuem sentimentos e valores coincidentes com os do proletariado revolucionário, mas suas concepções, representações, doutrinas, são contraditórias e carregam em si elementos das ideologias burguesas ou burocráticas, influência do paradigma hegemônico, etc. Ou seja, no nível valorativo e sentimental se aproximam do proletariado, mas no nível racional, ainda estão sob hegemonia burguesa ou burocrática.

Porém, as condições de vida semelhantes das classes inferiores, ou pelo menos de sua parte composta por trabalhadores assalariados²⁵ e pelo lumpemproletariado, tendem a gerar uma unificação em torno do proletariado, ou seja, aderir à hegemonia proletária, o que se fortalece em momentos de desestabilização e, com mais força ainda, em momentos revolucionários. Em momentos revolucionários, até indivíduos das classes superiores podem aderir, e efetivamente aderem (alguns momentaneamente, abandonando tal posição quando volta a estabilidade ou a tentativa de revolução é derrotada, com algumas exceções, obviamente), à hegemonia proletária.

O fundamental, no entanto, é entender que a percepção da existência das classes inferiores é importante para analisar a divisão e composição de classes da sociedade capitalista, por um lado, e para a compreensão das lutas de classes e lutas políticas institucionais, por outro. Além da importância analítica, há sua importância política, pois é necessário compreender que o proletariado é a classe revolucionária de nossa época, mas ele aglutina outras classes (as inferiores), especialmente nos momentos revolucionários, e é assim que, mesmo não sendo a classe com maior quantidade de indivíduos, reúne a maioria da população sob hegemonia proletária. O caso da Revolução Russa mostra justamente isso, pois a maioria da população era camponesa (70% da população) e o proletariado era concentrado em algumas grandes cidades mais industrializadas e reuniu, além das classes inferiores (especialmente o campesinato, nesse caso), apoio de setores da intelectualidade e outros setores da sociedade.

Isso também serve para alertar militantes e intelectuais, que querem atuar apenas com indivíduos proletários, que a grande questão é fazer avançar a hegemonia proletária, tanto no âmbito do proletariado com sua autonomização e passagem para classe autodeterminada, quanto das demais classes inferiores e setores das classes superiores (especialmente setores da juventude e da classe intelectual). Desta forma, o objetivo é ampliar ao máximo a hegemonia parcial do proletariado, mesmo em momentos de estabilidade política e econômica, pois isso fortalece a tendência para sua autonomização e maior possibilidade de superar as demais forças hegemônicas em momentos revolucionários. A hegemonia proletária mais ampla possível hoje contribui com sua maior expansão em momentos de desestabilização e momentos revolucionários, deixando a

²⁵ No caso seriam os trabalhadores assalariados improdutivos, ou seja, aqueles que não pertencem ao proletariado. Não custa recordar que todo proletário é um assalariado, mas nem todo assalariado é um proletário (Viana, 2018a).

classe operária e demais classes inferiores menos despreparadas e menos tendentes a se iludirem com o bloco progressista e suas ações contrarrevolucionárias com discursos pseudorrevolucionários.

Em síntese, a distinção entre classes superiores e inferiores é descritiva-analítica, pois é uma descrição fundada em análise das classes, alianças, divisões, influências, no sentido de entender melhor as lutas de classes e outros processos sociais e que tem importância analítica, pois assim se percebe tendências que, sem tal distinção, desaparecem de vista. Por conseguinte, é uma distinção que ao ampliar a consciência da realidade e suas tendências, especialmente da luta de classes, contribui politicamente com a reflexão e a ação, possibilitando uma maior eficácia na luta política.

Referências

ALMEIDA, Felipe Mateus de (org.). *O Regime de Acumulação Integral*. Retratos do Capitalismo Contemporâneo. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

BRAGA, Lisandro. *Classe em Farrapos*. Acumulação Integral e Expansão do Lumpemproletariado. São Carlos: Pedro e João Editores, 2013.

GURVITCH, Georges. *As Classes Sociais*. São Paulo: Global, 1982.

HOBBSAWN, Eric. Mudança no Proletariado provoca Crise das Esquerdas. *Revista Ruptura*, Ano 01, num. 01, Maio de 1993.

LAPASSADE, Georges. *Grupos, Organizações e Instituições*. 3ª edição, Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1989.

MAKHAÏSKI, J. W. *Ciência Socialista, A Nova Religião dos Intelectuais*. In: TRAGTENBERG, Maurício (org.). *Marxismo Heterodoxo*. São Paulo: Brasiliense, 1981.

MARX, Karl. *A Comuna de Paris*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020.

MARX, Karl. *A Luta de Classes na França*. São Paulo: Global, 1986.

MARX, Karl. *O Capital*. 5 vols. 1, 3ª edição, São Paulo: Nova Cultural, 1988.

MARX, Karl. *O Dezoito Brumário e Cartas A Kugelmann*. 5ª Edição, Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *A Ideologia Alemã (Feuerbach)*. São Paulo: Ciências Humanas, 1982.

MARX, Karl; ENGELS, Friedrich. *Manifesto do Partido Comunista*. Petrópolis: Vozes, 1988.

MICHELS, Robert. *Sociologia dos Partidos Políticos*. Brasília: UnB, 1982.

VIANA, Nildo. A Concepção Marxista de Classes Sociais. *Marxismo e Autogestão*. Ano 03, num. 05, jan./jun. 2016.

VIANA, Nildo. *A Teoria das Classes Sociais em Karl Marx*. Lisboa: Chiado, 2018a.

VIANA, Nildo. *As Esferas Sociais*. A Constituição Capitalista da Divisão do Trabalho Intelectual. Rio de Janeiro: Rizoma, 2015a.

VIANA, Nildo. *Desemprego e Acumulação Integral*. Goiânia: Edições Enfrentamento, 2020.

VIANA, Nildo. Hegemonia e Luta Cultural. *Sociologia em Rede*, Ano 05, num. 05, 2015. Disponível em: <http://redelp.net/revistas/index.php/rsr/article/view/4viana5b/261> acesso em 25/12/2015c.

VIANA, Nildo. *Juventude e Sociedade*. Ensaios sobre a Condição Juvenil. São Paulo: Giostri, 2015d.

VIANA, Nildo. Marx e a Burocracia. *Plural*, 5(02), 2015b.

VIANA, Nildo. Marx e o Modo de Produção Camponês. In: VIANA, Nildo (org.). *Temas de Sociologia Rural*. Pará de Minas: Virtualbooks, 2009.

VIANA, Nildo. Marx e os Intelectuais. *CSONline* - Revista Eletrônica do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da UFJF, vol. 01, num. 16 (7) jun./set. 2013. <http://csonline.ufjf.emnuvens.com.br/csonline/article/view/2655/1627>

VIANA, Nildo. *O Modo de Pensar Burguês*. Episteme Burguesa e Episteme Marxista. Curitiba: CRV, 2018c.

VIANA, Nildo. O Significado Histórico da Classe Burocrática. *Enfrentamento*. Ano 13, Num. 23, jan./jun. 2018b.

WOLF, Eric R. *Sociedades camponesas*. 2ª edição, Rio de Janeiro: Zahar, 1976.

Texto aprovado para publicação em 23 de outubro de 2022.

A Esquerda Política: Uma Questão de Renovação ou Superação?

Hugo Raoni da Silva Alves*

Introdução

Atualmente as disputas em torno dos termos e das concepções na “Esquerda” e “Direita” são muito comuns. Porém, como de costume em um ambiente de debates políticos improdutivos, tal qual tem sido o cenário do Brasil, as abordagens referentes a essa questão geralmente são superficiais e vagos, de maneira que confusões e ambiguidades se tornam predominantes nas perspectivas apresentadas. Diante da necessidade histórica de superação do capital e de todos os seus tentáculos é preciso clarificar conceitos e desvelar o real caráter que os compõe, de maneira que a densa névoa da ignorância e das deformações seja dissipada. Nesse sentido, o presente artigo visa desenvolver uma abordagem coerente dessa temática realizando uma crítica radical, pois se quisermos verdadeiramente construir um futuro onde a emancipação humana seja uma realidade esse processo é imprescindível para contribuir nesse sentido.

Definição e Desdobramentos Históricos

Historicamente, esquerda e direita têm origem durante a revolução francesa, mais especificamente na Assembleia Nacional Legislativa de 1791, onde no lado direito sentavam-se os girondinos, representantes da alta burguesia (fração da burguesia que mais foi beneficiada com a revolução de 1789) que adotavam posições moderadas e conservadoras, além de defenderem a monarquia e o respeito à constituição, e do lado esquerdo ficavam os jacobinos, radicais e partidários da revolução francesa e instauração da república, de maneira que houvesse a expansão dos ideais liberais da burguesia em ascensão. Posteriormente essa mesma divisão – entre esquerda e direita - irá ocorrer em outros momentos políticos da França e do mundo, bem como tais termos serão abordados como campos compostos por posições políticas fixas e específicas, porém sempre mantendo a essência dessa distinção inicial. No geral, posições de esquerda são consideradas progressistas e defensoras dos marginalizados e oprimidos, enquanto que posições de direita são conservadoras e próximas da burguesia.

* Ensino Médio completo, estudante autodidata de ciências sociais.

A metodologia adotada neste artigo é o materialismo histórico-dialético, bem como a perspectiva de classe é a proletária, portanto as abordagens acerca do tema, que têm como base esse método, devem levar em consideração, dentre outros fatores, a categoria da historicidade, que diz respeito aos processos de transformações históricas e como os conceitos se associam a esses. Dentro desse contexto, as definições de esquerda e direita, embora possam ser usadas a princípio para fins didáticos e introdutórios, jamais poderão abarcar toda a complexidade das posições políticas e como estas se inserem nos processos históricos, tanto como fatores influenciados quanto como fatores influenciáveis. Existe uma enormidade de concepções e posições que se desenvolveram ao longo da história do capitalismo, com todas as transformações da luta de classes e dos regimes de acumulação, e portanto aplicar definições tão genéricas para definir certas ideias, principalmente tomando como referência um contexto muito diferente como era da revolução francesa, onde as concepções políticas e sociais eram bem menos diversificadas do que as atuais, é no mínimo um reducionismo, que não raramente também desemboca em anacronismos e ambiguidades. O maior exemplo disso é que diversas ideias que podem ser encaixadas em ambos os espectros podem ser adotadas por uma mesma pessoa, e esta pode se definir de “centro”, “terceira via”. No interior desses espectros políticos também há discussões entre seus próprios partidários acerca de quais posições devem ser tomadas para que possam ser de fato caracterizados como esquerdistas ou direitistas, ao ponto de esquerdistas jogarem outros esquerdistas para a direita, e vice e versa, sempre com critérios relativistas (diferente das críticas feitas por marxistas autênticos aos pseudo-marxistas, já que estas possuem base teórica e metodológica clara). Outro exemplo é a existência da “Quarta Teoria Política”, fundada pelo Alexander Dugin (DUGIN, 2012) na qual existem não duas, mas quatro vias políticas principais (a primeira o liberalismo, a segunda o comunismo e a terceira o fascismo), onde a denominada quarta teoria política seria a superação das três primeiras (inclusive, adotando elementos que podem ser encontrados nas outras três). Esses e outros exemplos corroboram o reducionismo que é definir posições apenas como “direita” e “esquerda”. Desse modo, é necessário avançar no processo de esclarecimento e compreensão acerca do real caráter desses termos, pois embora sejam problemáticos e reducionistas, não significa que não sejam nada. Um autor que avança no processo de definição dos termos é José Chasin. Ele afirma que:

Em suma, esquerda e direita designaram originariamente e ainda designam graus no interior do universo político do capital, e, por outro lado, o que é sua acepção plena, historicamente desenvolvida, campos políticos de natureza diversa, compreendidos pela dinâmica excludente entre as lógicas do capital e do trabalho e suas respectivas formas societárias. O que distingue, por consequência, o campo da esquerda, figura organizada pela lógica humano-societária do trabalho, de posições na esquerda do leque político do capital (CHASIN, 1989, p.88).

Desse modo, Chasin usa como referência a relação fundamental entre trabalho e capital, e a partir disso defende que esquerda e direita se referem a níveis distintos de posições no interior do capital, o que por sua vez tem como pressuposto uma relação de complementariedade entre trabalho e capital, onde apenas certos ajustamentos seriam necessários para esgotar os problemas entre ambos. Porém, segundo ele, na concepção mais autêntica e desenvolvida, a esquerda é um campo de posições que reconhece o antagonismo inerente da relação entre capital e trabalho, e, portanto, tendo como base a perspectiva da transformação do trabalho, isto é, das relações de trabalho e de produção, visa superar esse antagonismo e o próprio capital. O Chasin avança no processo de definição desses conceitos porque não pauta sua abordagem em uma acepção genérica e superficial como é feito tradicionalmente, estabelecendo o núcleo de sua perspectiva na relação entre capital e trabalho, entre trabalho morto e trabalho vivo. Desse modo, a esquerda tradicional, que ele denomina de “não marxista”, não visa a superação do capital e a libertação do trabalho do jugo do mesmo (também por isso tendo muitas afinidades com a direita), enquanto que a “esquerda marxista” tem como finalidade principal tal empreitada.

Todavia, embora a concepção chasiniana da questão avance nesse processo de definição, ainda assim é limitada e problemática, uma vez que cai no equívoco de explicitar posições qualitativamente distintas com os mesmos termos, mesmo que acompanhados de “marxista” e “não marxista” na tentativa de diferenciá-los. Desse modo, ele diferencia posições na esquerda, isto é, posições que não são marxistas e revolucionárias, de posições efetivamente de esquerda, justamente as que têm como norte de transformação social a revolução. Mesmo ele diferenciando uma esquerda da outra, ainda assim parte da mesma lógica de “graus” citada por si próprio como intrínseca à esquerda e direita que pertencem ao universo do capital. Ora, se a “esquerda marxista” é radicalmente distinta da esquerda não marxista, por que definir ambas como esquerda? Como perspectivas estruturalmente diferentes podem ser definidas com um mesmo termo, com tal autor definindo a esquerda como algo que pode ser uma coisa e ao mesmo tempo

outra completamente distinta? Isso leva apenas a confusões e ambiguidades, e um dos pontos fundamentais para uma teoria coerente é a definição precisa das terminologias e o que elas expressam, de maneira que haja esclarecimento e clareza em um dado universo conceitual.

Nildo Viana é o autor que realiza essa ruptura com as designações direita e esquerda, realçando o caráter inerentemente burguês de ambas as posições e alertando para a necessidade de posicionar a teoria revolucionária como algo qualitativamente diferente e que, portanto, deve ser definida como tal. Ele afirma categoricamente:

Em síntese, direita e esquerda são termos problemáticos e abstratos que, no fundo, expressam duas posições burguesas, a do bloco dominante e a do bloco progressista. Setores deste último podem se tornar parte do bloco dominante (tal como os partidos socialistas e trabalhistas que conseguiram vitórias eleitorais e conquistaram governos na Europa e como o PT – Partido dos “Trabalhadores”, no caso brasileiro), mas isso é temporário e significa que assumem a posição conservadora com elementos de progressismo. A direita e a esquerda são duas posições no interior da sociedade burguesa e por isso não há antagonismo entre elas e sim oposição. O antagonismo ocorre entre os blocos dominante e progressista, por um lado, ou seja, a posição burguesa, e o bloco revolucionário, a posição proletária, por outro (VIANA, 2022, p. 30-31).

Desse modo, não existe antagonismo possível entre tais posições, apenas uma oposição, um conjunto de práticas e ideias que se distinguem em características superficiais, concernentes a pautas identitárias, políticas econômicas etc., mas que essencialmente defendem os mesmos interesses e agem conforme estes, ou seja, os interesses burgueses e burocráticos. São “dois lados de uma mesma moeda” (VIANA, 2022).

Tendo em vista a perspectiva revolucionária do proletariado, é necessário demonstrar as razões históricas da esquerda ter se tornado hegemônica no movimento operário e ter se apropriado discursivamente dos interesses dos trabalhadores ao longo do século XX. Isso ocorreu fundamentalmente em função da derrota da onda revolucionária presenciada nas duas primeiras décadas do século XX, sobretudo da revolução alemã e da revolução russa. Apesar de haver antecedentes ideológicos e políticos do que seria a esquerda após essas derrotas, com as influências exercidas por figuras como Lassale, Kautsky, Lenin, Bernstein etc., que já expressavam suas posições contrarrevolucionárias, embora se declarassem defensores da classe trabalhadora e da emancipação humana, é apenas com a derrota dessas revoluções que esse processo adquire seus desdobramentos mais avançados, já que mesmo com o grande impacto exercido por esses indivíduos e

diversos outros, as organizações partidárias de esquerda, sobretudo o Partido Social Democrata Alemão (a maior delas), eram permeadas por dissidentes internos autenticamente defensores dos interesses da classe trabalhadora que também impactavam no interior das mesmas. No Congresso de 1919 da III Internacional, após a revolução russa ter sido derrotada através da contrarrevolução burocrática efetivada pelo bolchevismo, Lênin já expressava sua vontade de impor as diretrizes do próprio bolchevismo dentro dos partidos comunistas ao redor do mundo, o que foi corroborado pela maioria dos congressistas presentes. Com a ascensão do Stálin ao poder e posterior consolidação da União Soviética como potência militar e política no mundo, esse processo de bolchevização se aprofunda e o modelo do “socialismo” soviético é exportado para diversos processos de libertação nacional ao redor do mundo, como o chinês, coreano etc.

Por um lado, os partidos comunistas adotavam o “marxismo-leninismo” como modelo a ser seguido em todo o mundo, influenciando massas de militantes a também adotarem, justificando tal posição como “revolucionária”. Por outro, o reformismo também se consolidava e dava contornos cada vez mais burgueses à social-democracia, que já expressava os interesses da burguesia, mas com um discurso pretensamente revolucionário, principalmente difundido por Kautsky e Bernstein e a ideologia de “socialismo progressivo”. A derrota da revolução alemã e o papel da social-democracia alemã nesse processo, com apoio do Partido Comunista Alemão, além de sindicatos, revelou de forma cabal o verdadeiro caráter dos partidos social-democratas e seus sindicatos, o que se tornou ainda mais agudo com o estabelecimento da república de Weimar e a preparação do terreno para o nazismo que ocorreu no interior desse governo de esquerda. Para compreendermos a historicidade desses processos, é necessário nos remetermos à teoria dos regimes de acumulação desenvolvida por Nildo Viana na sua obra “O Capitalismo na Era da Acumulação Integral, abordando apenas os aspectos essenciais para o objetivo do artigo. Todos esses acontecimentos que datam do final do século XIX até 1945, ocorrem durante o regime de acumulação intensivo, no qual o capital superou as crises e o movimento revolucionário, enfrentou novas crises e lutas, bem como promoveu a ascensão do nazismo e do fascismo, sendo que todos esses processos vão culminar na segunda guerra mundial.

Após a segunda guerra mundial o regime de acumulação intensivo é substituído pelo regime de acumulação conjugado, que tem como uma das características principais o “Welfare State”, o Estado Integracionista (também conhecido como de “Bem Estar

Social”), que promoveu políticas assistencialistas, meios de consumo em massa, sistema de créditos, dentre outras medidas e mecanismos que, favorecendo o consumo da classe trabalhadora, amorteceu a luta de classes. Nesse contexto, o bolchevismo e a social democracia, com todas as suas variantes (maoísmo, trotskismo, trabalhismo etc.), já haviam se homogeneizado muito profundamente nas lutas sociais e políticas, com maior influência dos partidos comunistas em países periféricos e dependentes, sobretudo aqueles oprimidos por processos ditatoriais (como o próprio Brasil nos anos 60), e maior influência dos partidos social-democratas nos países desenvolvidos e centrais. Autores críticos, como anarquistas, pequenos grupos de comunistas de conselhos e simpatizantes, também estavam presentes de maneira crítica, todavia, com muito menos influência e peso do que na época revolucionária

Com a crise do regime de acumulação conjugado, surge o atual regime de acumulação, isto é, o integral, que se desenvolve sobretudo nos anos de 1980. Há a substituição do Estado Integracionista pelo Estado Neoliberal, bem como a ascensão de uma fase mais avançada do imperialismo, que é o neoimperialismo. Com isso há um aprofundamento da exploração internacional e nacional, uma intensificação da extração do mais-valor relativo nos países centrais e do mais valor absoluto nos países subdesenvolvidos. Nessa época, o Brasil já estava saindo de uma ditadura empresarial-militar, as experiências pseudo-socialistas do Leste Europeu estavam em uma decadência cada vez mais visível, o que vai culminar no fim da União Soviética nos anos 90, além de crises profundas em aliados do regime que conseguiram sobreviver ao seu fim (principalmente Cuba e Coreia do Norte). Posteriormente, no fim da década de 90 também há o fim da Iugoslávia por conflitos étnicos e ações militares promovidas pela OTAN. Em suma, o capitalismo neoliberal suplantou o capitalismo de Estado, consolidando sua hegemonia em um mundo polarizado até então. Nesse momento, as organizações de esquerda estavam cada vez mais contaminadas por ideologias subjetivistas (pós estruturalismo, multiculturalismo, identitarismo) e, portanto, manifestando a nova fase do capitalismo, expressa no neoliberalismo. Os partidos de inspiração bolchevista continuaram existindo, mas com um poder muito menor do que antes da extinção da União Soviética.

As derrotas dos processos revolucionários e a contínua ascensão das ideologias que afirmavam representar o movimento operário, cada vez mais condizentes com os

interesses capitalistas, bem como uma redução drástica dos indivíduos que produziam teoria revolucionária, mais uma vez explícita uma discrepância entre o que é a radicalidade emancipadora e o que é a esquerda, já que uma estava indo na contra mão da outra. Isso confirma a tese do Korsch (KORSCH, 2006) de que a teoria marxista revolucionária se desenvolve lado a lado com o movimento operário, sendo expressão teórica deste. Desse modo, o avanço e recuo da teoria revolucionária depende do avanço ou do recuo do movimento revolucionário operário, embora isso não ocorra de forma unilateral e mecânica, afinal, certos grupos ainda conservam as conquistas teóricas revolucionárias do passado e tentam, na medida do possível, difundir e desenvolvê-las em momentos não revolucionários. Sendo assim, o próprio marxismo, em momentos de refluxo do movimento operário, é deformado pela esquerda e usado ao bel prazer para legitimar o reformismo e a burocracia. Basta pensarmos em teses modernas defendidas por pseudo-marxistas, como a de que a China é socialista ou está em transição para o socialismo, ou nas interferências ideológicas oriundas do pós-modernismo que contaminam o marxismo e esvazia o seu caráter totalizante e revolucionário.

Karl Marx parte de uma concepção semelhante ao demonstrar que as condições históricas influenciam diretamente nos problemas a serem propostos e resolvidos pela humanidade, o que inclui o desaparecimento de construção de novas sociedades, e com base nisso podemos afirmar que períodos de refluxo do movimento revolucionário apresentam obstáculos objetivos para o desenvolvimento da teoria revolucionária, além de fornecer ambiente fértil para ideologias:

Uma sociedade jamais desaparece antes que estejam desenvolvidas todas as forças produtivas que possa conter, e as relações de produção novas e superiores não tomam jamais seu lugar antes que as condições materiais de existência dessas relações tenham sido incubadas no próprio seio da velha sociedade. Eis porque a humanidade não se propõe nunca senão os problemas que ela pode resolver, pois, aprofundando a análise, ver-se-á sempre que o próprio problema só se apresenta quando as condições materiais para resolvê-lo existem ou estão em vias de existir (MARX, 2008, p. 48).

Com as derrotas revolucionárias do século XX, as mudanças econômicas, políticas e culturais que ocorreram no capitalismo, juntamente com a estagnação e integração ao capital do movimento operário (neopopulismo, estado integracionista) a teoria revolucionária se tornou um fenômeno raro e poucos são os indivíduos realmente engajados nesse sentido, mesmo entre organizações ditas marxistas. É justamente a esquerda, nesse momento atual de estagnação do movimento operário e decadência da

produção teórica, que adquire papel predominante no movimento operário, sem pretensão nenhuma de superar o capital (ou apenas discursivamente).

Elementos Teóricos e Políticos da Esquerda Contemporânea

É necessário compreender mais detalhadamente o que caracteriza a esquerda no período atual. Para tanto, serão abordados alguns dos principais elementos que constituem as organizações e militantes de esquerda, os quais, embora expressem a esquerda vigente, têm antecedentes históricos e, portanto, não são fenômenos novos. Apenas assim poderemos ter uma noção mais clara e totalizante do caráter inerentemente contrarrevolucionário da esquerda, compreendendo portanto que o discurso de que a esquerda deve ser renovada, reestruturada, renascida etc. é não apenas equivocado, mas também tem consequências nocivas para as lutas sociais, uma vez que suscita esperanças ilusórias em algo que não irá acontecer, isto é, que a esquerda se tornará um espectro revolucionário que luta autenticamente para a instauração do comunismo. Inclusive, esses discursos que clamam por uma “Nova Esquerda” normalmente só conseguem captar aspectos mais superficiais, defeitos e vícios mais aparentes das organizações, como, por exemplo, a falta de unidade entre organizações de esquerda (o que pode, na perspectiva revolucionária, ser lucidamente explicado através da burocracia e das disputas interburocráticas). O intuito aqui é apresentar uma visão estrutural e dialética da questão.

O primeiro elemento a ser realçado, e também provavelmente o mais presente na esquerda, é o politicismo. O politicismo, em linhas gerais, se refere à exagerada valorizada da política em detrimento das outras determinações sociais, onde estas estão em uma posição de submissão em relação àquela. Desse modo, a política adquire centralidade e autonomia em relação à totalidade social, ocorrendo assim uma “politização da totalidade”. Isso implica em uma cisão fundamental entre política e economia, de forma que a política não só tenha proeminência sobre a economia, como também tenha um suposto poder de determinar seus rumos fundamentais, de forma que o âmbito econômico só pode ser transformado de acordo com as regras da institucionalidade política. O parlamentarismo é uma das consequências principais do politicismo, e tem como base a crença de que a relação entre capital e trabalho é complementar e, portanto, basta apenas realizar ajustes que corrijam as contradições eventuais entre ambos. Sendo assim, no politicismo todos os problemas relevantes da sociedade só são potencialmente diagnosticados e resolvidos

apenas no ambiente institucionalizado, sendo que ações que transcendem esse círculo são frequentemente menosprezadas e até consideradas “selvagens”.

Desse modo, o aspecto parlamentar é limitado ao âmbito institucional e político oficial e, portanto, considera que as transformações sociais só podem e só devem ocorrer através das legalidades estabelecidas pelo Estado, isto é, através das eleições, das votações no congresso e no senado, das decisões do STF etc. Como supracitado, o politicismo, parlamentarismo e os outros elementos da esquerda contemporânea não são fenômenos novos, porém devem ser explicados dentro das especificidades que assumem atualmente. Nesse sentido, o politicismo na manifestação parlamentarista remete à esquerda reformista democrática. Todavia, o parlamentarismo reformista da social-democracia clássica era imbuído de fraseologias e discursos revolucionários, que apontavam para um socialismo que deveria ser feito progressivamente através de reformas sociais. Rosa Luxemburgo (2001, p. 41), uma das maiores críticas do “socialismo progressivo” bernsteiniano, afirma que “Bernstein rejeita a teoria do desmoronamento como via histórica que conduz à realização da sociedade socialista”, ou seja, havia a rejeição da revolução para a realização do socialismo, mas não a rejeição expressa do socialismo em si.

Por outro lado, após as derrotas da revolução alemã e russa, a perspectiva parlamentar social-democrata passou por um processo de esvaziamento do próprio discurso revolucionário, da ideia de um socialismo progressivo, e começou se manifestar cada vez mais em consonância com o capitalismo. Basta observarmos a evolução posterior da social-democracia alemã ao longo do século XX, bem como o seu modelo exportado para diversos outros países europeus e latino-americanos, que iremos constatar com clareza essas alterações. Nesse sentido, se a social-democracia ainda dissimulava seu verdadeiro caráter através da simulação discursiva de que lutava pelo socialismo, a social-democracia posterior às derrotas revolucionárias tornou-se abertamente conservadora, sendo inclusive amplamente utilizada como referência política para a aplicação do modelo keynesiano aos moldes dos estados integracionistas. Hoje os social-democratas, absorvidos pelas dinâmicas neoliberais, adotam um discurso conciliador entre o proletariado e burguesia e tenta agradar ambos, usando o parlamentarismo para a realização de certas políticas assistencialistas e de cooptação dos movimentos sociais, ao passo que mantém e amplia os superlucros da burguesia, sem efetivar nada de significativo para reformas estruturais tal como queriam os primeiros social-democratas. Ou seja, os social-democratas atuais nada

mais são do que a expressão escancarada e sem qualquer véu pseudo-revolucionário dos verdadeiros interesses da social-democracia desde sempre (com exceção das alas dissidentes que rompem com os diversos partidos social-democratas no período revolucionário do século XX).

Todavia, diferente do que muitos propagam, o politicismo não é apenas encontrado na social-democracia, que atua no sistema democrático liberal e visa mantê-lo. Ele também existe muito fortemente nos partidos bolchevistas/leninistas, não por “desvios”, mas pela própria essência do que é o bolchevismo. A via política adquire um caráter superior em relação ao âmbito econômico, mesmo que nos discursos e programas de tais partidos haja referências econômicas. A diferença é que enquanto os social-democratas visam chegar no poder através da eleição pela democracia, os bolchevistas visam a inserção no poder através de um golpe de estado, que seria efetivado pelos membros do “Partido Vanguarda” com a mobilização da população controlada por eles. Desse modo, um suposto “Estado Operário” seria estabelecido no lugar do “Estado Burguês” e os meios de produção seriam estatizados como sinônimo de socialização. Em essência, não há nenhuma revolução social emancipadora, mas sim uma revolução política que substitui uma forma de dominação por outra. Nada de fundamental é transformado nas relações de produção, a extração de mais-valor permanece, tal como a divisão social do trabalho, trabalho assalariado etc., e a única alteração é que os meios de produção são transferidos de várias empresas privadas para um único órgão, isto é, o Estado, cujos membros realizam tanto o papel de classe burocrática quanto de classe burguesa.

A tese da “China Socialista”, já citada brevemente aqui, é o desdobramento mais decadente desse politicismo, pois os critérios utilizados para defini-la assim, ou como um país que está em transição ao socialismo, são fundamentalmente políticos. Pelo fato de partido que está no poder se denominar comunista, pela forte presença do estado na economia, pelos trabalhadores poderem participar das ações das empresas, pelas referências ao Mao Tsé-Tung etc., os defensores dessa tese fazem dos mais absurdos malabarismos argumentativos e deformações teóricas (alguns chegando a citar Marx diretamente) para justificar o caráter supostamente socialista daquela experiência, sendo que a mesma é uma potência capitalista que manifesta esse modo de produção sem restrições, e em alguns aspectos de forma até mais desumana que nos países capitalistas ocidentais (como, por exemplo, na questão da exploração de mão de obra barata). Em

suma, tanto os social-democratas quanto os bolchevistas manifestam esse politicismo em suas ideias, programas partidários, discursos e práticas. Fazem isso desde sempre, mas na contemporaneidade atingem níveis mais expressamente declarados e, portanto, também decadentes. Podemos observar isso entre influencers da internet, que compõem diversos dos partidos ligados ao bolchevismo e social-democrácia, onde é muito comum a defesa de posições altamente questionáveis e que beiram o reacionarismo, como a defesa do Hamas no conflito entre Palestina e Israel, a defesa da Rússia no conflito contra a Ucrânia, exaltação da Coreia do Norte a considerando uma ditadura do proletariado etc.

Outro elemento que hegemoniza as organizações de esquerda atualmente é o dogmatismo. Esse elemento tem como base ideológica a sacralização de certos autores e a leitura religiosa dos escritos dos mesmos, considerando-os como portadores de uma verdade absoluta e, portanto, reduzindo a realidade à ótica dos mesmos. A base prática e política é a disciplina e a obediência às organizações das quais esses autores são referências máximas, o que implica na existência de dominantes e dominados, nesse caso, de uma classe burocrática que controla essas organizações (principalmente partidos políticos) e da base, os dirigidos por tal classe. É muito comum, no interior dos ditos partidos comunistas e reformistas, encontrarmos membros que agem como sectários, como se pertencessem a uma seita que detém a luz da emancipação humana e do verdadeiro e único conhecimento relevante. Para entendermos melhor como isso ocorre, é necessário retomarmos a concepção do Pannekoek (2007, p. 188) segundo a qual “os novos membros inexperientes geralmente se deixam dirigir pela experiência mais desenvolvida, pela compreensão mais profunda, pelos conhecimentos científicos e pela marcha adiante mais segura dos camaradas mais antigos”. Ou seja, em função dos novos militantes de uma determinada organização não terem experiência e desenvolvimento intelectual que abarque todas as teorias e processos históricos das épocas precedentes, eles tendem a seguir os mais experientes e desenvolvidos intelectualmente, e têm acesso a essas teorias e processos de uma forma condensada. Evidentemente que um militante inexperiente, com um desenvolvimento intelectual rudimentar, de fato deverá ter, a princípio, um acesso condensado ao que já foi produzido. O problema é que isso é utilizado de forma oportunista para estabelecer a dominação burocrática dentro dos partidos políticos.

A formação de militantes é profundamente mutilada e debilitada pela burocracia partidária, pois os primeiros são condicionados pela segunda a realizarem leituras muito

específicas, que estejam de acordo com os parâmetros ideológicos e práticos da organização. Nesse sentido, artigos e manuais introdutórios são produzidos pelos mais experientes e com mais autoridade na organização, de maneira que os novos militantes já façam leituras direcionadas e desenvolvam concepções que atendam às exigências da organização, e principalmente desenvolvam o senso de disciplina e obediência aos líderes. Compreender isso é de máxima importância, pois assim entendemos porque muitos militantes partidários agem com hostilidade, desprezo e deboche em relação àqueles dos quais discordam, tentando sempre impor suas concepções como um fanático religioso tenta impor suas crenças teológicas. O problema não é defender convicções e referências teóricas específicas, mas fazer isso dogmaticamente. Eles são impelidos a esse processo desde antes do ingresso na organização, pois normalmente já estavam sendo influenciados e doutrinados por fora, por membros que já faziam parte da organização. Assim um simpatizante principiante e curioso, com sentimentos nobres de transformação social, se converte em um membro de seita, em um sectário que vive em prol de difundir sua restrita formação teórica como a única capaz de “salvar”, como na crença cristã de salvação eterna. Aqueles que não condizem com isso, são os hereges inimigos da “revolução” e devem ser condenados como seres indignos e inferiores.

Um exemplo claro de como isso ocorre em partidos bolchevistas é a visão extremamente limitada que seus militantes possuem em relação ao debate do Lênin com o que ele denominava pejorativamente de “esquerdismo”, principalmente os comunistas internacionalistas, a esquerda anti-parlamentar inglesa e a esquerda comunista italiana. Os “marxistas-leninistas” acreditam fielmente que o escrito “Esquerdismo: Doença Infantil do Comunismo” foi uma crítica irrefutável do Lênin aos “esquerdistas”, sendo que a maioria também acha que tal escrito não foi respondido, embora o Gorter tenha respondido através da “Carta Aberta ao Camarada Lênin”, bem como o Franz Pfemfert através do seu escrito “A Doença Infantil de Lênin e a Terceira Internacional”. A história é contada pelos vencedores, e como o partido bolchevista na Rússia derrotou o movimento revolucionário do proletariado, efetivando a contrarrevolução burocrática, e o seu modelo de organização, ideologia e prática foi exportado para o resto do mundo, conseqüentemente esses escritos críticos foram escondidos e/ou desprezados. É muito conveniente e útil para os dirigentes partidários que seus membros, como os soldados disciplinados e obedientes que devem ser, não tenham acesso a produções que critiquem e refutem as teses leninistas que são o

alicerce da burocracia. Os que ousam se aprofundar, que apresentam ideias referenciadas em leituras que são dissonantes do cronograma ideológico do partido, são altamente hostilizados e até expulsos (como ocorreu com Maurício Tragtenberg, tal como ele relata na sua autobiografia). Isso não significa, porém, que não haja debates e divergências no interior da organização. Eles ocorrem, mas sempre dentro dos limites já estabelecidos, ou seja, acontecem ao passo que não prejudicam a lógica burocrática e sectária que sustenta o partido. Desse modo, sempre têm como pano de fundo aquele conjunto de autores e escritos que compõem os dogmas irrevogáveis a serem cegamente seguidos, mesmo que discutam seguindo o “centralismo democrático”, que na verdade é um centralismo burocrático.

No caso das organizações social-democratas, a questão ideológica não raramente é mais eclética e, portanto, o dogmatismo se apresenta de forma mais diversificada, normalmente baseado no pós-modernismo, pós-estruturalismo, mas principalmente no identitarismo. Com a derrota de Maio de 68 na França ocorrem diversas mutações culturais no capitalismo, e nesse processo há uma substituição do paradigma holista em voga até então, que se baseava em perspectivas como o estruturalismo, teoria dos sistemas etc., pelo paradigma subjetivista (VIANA, 2022), justamente a partir do qual ascende o conjunto de ideologias hoje ferrenhamente defendidas pelos reformistas. Os subjetivistas decretam a morte do sujeito e da objetividade, e o novo paradigma preconiza os múltiplos sujeitos, o relativismo, o irracionalismo, o neoindividualismo típico do neoliberalismo etc. A maior expressão desse paradigma é o movimento identitário, cuja maioria dos apoiadores incorporam intensamente o subjetivismo em suas posições e comportamentos. Nesse sentido, o movimento identitário predominante isola suas pautas e ignora, parcial ou completamente, a luta de classes e o movimento de massas e, portanto, efetivam avaliações e intervenções na realidade que se restringem apenas às minorias das quais fazem parte, além de também comumente agirem agressivamente diante de qualquer contestação, pela postura dogmática (daí surgem fenômenos como a cultura do cancelamento, dentre outros).

Não há uma compreensão da totalidade, que revele a necessidade de destruir o capitalismo e, portanto, que dê prioridade à luta dos trabalhadores, mas sim uma redução das lutas sociais apenas aos negros, LGBT's, às mulheres etc. Isso não apenas gera um conjunto de concepções equivocadas da realidade, como, por exemplo, a ideia de achar que a luta contra o racismo é de negros contra brancos, ou de que a luta contra o machismo e o

patriarcado é de mulheres contra homens, como também torna o movimento identitário profundamente suscetível a ser integrado à lógica do capital e, portanto, ser usado como meio de obter lucro. Um exemplo cotidiano disso é como a indústria cinematográfica se utiliza das pautas LGBT's e negras para fazer filmes (beijo gay, protagonista negra, transsexualidade), atreladas ao ideal de “representatividade”, para adquirir mais popularidade e conseqüentemente lucro, já que o subjetivismo identitário considera isso uma vitória e um grande passo rumo a supressão das opressões. É evidente que pautas identitárias são relevantes, todavia devem ser devidamente integradas na teoria revolucionária vinculada com os interesses do proletariado, que é a classe fundamental dessa sociedade juntamente com a burguesia. Isso implica na adesão da crítica da economia política, da luta de classes como motor da história, da análise materialista e dialética que desvele a totalidade das relações sociais etc. Existem coletivos identitários que partem de perspectivas marxistas e revolucionárias, porém são uma ínfima minoria em comparação com o *mainstream*

Por fim, dois elementos intimamente atrelados, embora com suas especificidades, serão abordados em conjunto dada a relação recíproca e necessária entre ambos. O praticismo e o voluntarismo são marcas registradas solidamente nos partidos políticos e outros tipos de organizações de esquerda. O primeiro diz respeito a uma postura que preza pela prática política em detrimento da teoria, enquanto que o segundo concerne à vontade em detrimento da racionalidade. O praticista é também um voluntarista, e vice e versa, portanto, há um reforçamento recíproco entre ambos de forma que o âmbito teórico e racional é substantivamente ignorado, e só existe ao passo que atende às exigências dos dois elementos. Porém, praticismo e voluntarismo possuem especificidades que devem ser explicitadas, de maneira que seja possível uma compreensão mais detalhada de como essa relação recíproca funciona. O praticista é um alérgico ao estudo, inimigo do aprofundamento teórico e do pensamento complexo, por isso Segundo Sérgio Lessa (2014, p. 93) “Nesta medida e neste sentido, para os praticistas a prática se transformou na instância única de produção e de resolução dos problemas teóricos.”. Nesse sentido, para o praticista o que importa são as estratégias e táticas que intervenham na realidade imediata, sendo o estudo e a formação teórica acessórios subordinados a esse imediatismo. Qualquer empreitada que ouse um desenvolvimento teórico mais profundo, com pesquisas e reflexões mais complexas, é prontamente hostilizada e caracterizada como academicismo,

como revisionismo, desvio pequeno burguês etc. Essa postura tem como pano de fundo o já abordado dogmatismo, pois implica na obediência e na leitura religiosa de autores que são divinizados como baluartes da transformação social, como Lênin, Mao Tsé-Tung, Enver Hoxha, Trotsky e diversos outros. Todavia, para além do dogmatismo, o praticismo para subsistir necessita do voluntarismo, pois é através da exagerada valorização da vontade, e principalmente, através da sua manipulação focalizada para objetivos muito específicos, que o praticismo se efetiva.

Existem muitas pessoas que são portadoras de boas intenções, de sentimentos humanistas nobres, e que são preenchidas pela revolta e pela desobediência ao perceberem e vivenciarem as desumanidades da sociedade capitalista. Porém, os sentimentos e as intenções, embora possam servir como um incentivo inicial, jamais serão suficientes. O grande problema é que o voluntarismo distorce a percepção dos indivíduos e hipercentraliza os elementos mais sentimentais, de maneira que os mesmos desprezem análises e ações mais racionais. A vontade e os sentimentos oriundos dela são manipulados pelos burocratas partidários e estatais através de discursos populistas abundantes de palavras de efeito, chamando assim os inconformados e descontentes para as ruas, o incentivando a lutar. Os dirigentes são especialistas nisso (saber funcional) e precisam ser para manterem o controle social. Desse modo, uma massa de pessoas é cativada por essa manipulação e age conforme ela, e isso pode ser verificado sobretudo na estética e na simbologia utilizada pelos voluntaristas. Muitos acham que estão contribuindo muito para a transformação social segurando cartazes e gritando palavras de revolta em um protesto que luta por alguma coisa, ou que estão sendo verdadeiros revolucionários porque usam uma camisa com a foto do Che Guevara, balançam bandeiras com o símbolo da foice e do martelo e postam em redes sociais frases isoladas de autores que não raramente nunca leram, além de terem também o hábito de participarem de discussões improdutivas e superficiais, dentre outras manifestações de um ativismo infantil. Evidentemente que o problema não é ir em protestos, fazer o uso de certas simbologias e estética, mas sim o apego demasiado a esses componentes como resultado do voluntarismo. Se por um lado existe toda essa disposição pelo estético e pelo simbólico, por outro falta disposição pelo esforço de se aprofundar teoricamente, afinal, exige muito menos esforço achar que está transformando mundo e reforçar os sentimentos que alimentam essa ilusão, do que se engajar em estudos sistemáticos e árduos que de fato proporcionam a compreensão da

realidade para que assim ela possa ser transformada, tornando portanto os iludidos indivíduos facilmente manipuláveis por elementos discursivos. Assim, tanto o praticismo quanto o voluntarismo desprezam a teoria e a racionalidade, porém o voluntarismo refere-se mais diretamente aos sentimentos derivados da vontade de fazer, enquanto que o praticismo é a prática direta, o fazer propriamente dito. O praticista precisa ser voluntarista para ter motivações que atribuam sentido à existência do próprio praticismo, e o voluntarista precisa ser praticista porque é assim que efetiva na prática seu voluntarismo e o reforça.

Em suma, a esquerda é essencialmente dominada pelo dogmatismo, praticismo, voluntarismo, politicismo, além de outros diversos aspectos vinculados a estes (parlamentarismo, subjetivismo identitarista, taticismo, estetização das lutas sociais etc). Isso ocorre tanto nos reformistas sociais democratas quanto nos bolchevistas. É quando retiramos o véu da falsa esperança de que um dia a esquerda irá se renovar e constituirá uma unidade de luta, como se todos fossem combater o capitalismo e as opressões de mãos dadas, que percebemos a necessidade não apenas de fazer uma crítica imanente e radical às suas organizações e ideologias, mas também superá-los com ideias, práticas e formas de organização que de fato estejam vinculados com os interesses da classe do proletariado e condizentes com o projeto da emancipação humana.

Considerações Finais

Em um cenário dominado por uma esquerda caduca, de forte influência da extrema direita no proletariado, do surgimento de “terceiras vias” que, no fundo, são apenas a reprodução do velho sob outro nome e discurso, o projeto de autogestão social demonstra ser mais atual do que nunca. O capitalismo, com suas tendências que geram crises cada vez mais fortes e dificultam a reprodução de capital a cada regime de acumulação, intensifica a degradação da humanidade e do meio ambiente, aproximando o planeta de sua autodestruição. A esquerda, imersa no politicismo, no dogmatismo, no voluntarismo, no praticismo, não tem nenhuma proposta significativa para lidar com isso, apenas remendos da estrutura política (seja por via democrática ou de golpe de estado), mas mantendo as mesmas relações de produção. Desse modo, o projeto de emancipação não é nem de esquerda nem de direita, bem como não é de centro, pois tais espectros são apenas graus distintos no interior da mesma relação entre capital e trabalho. A

humanidade, para sobreviver e se emancipar, tem que superar o capital e transformar as relações de produção. Socialismo ou Barbárie!

Referências

CHASIN, José. *Sucessão na Crise e a Crise na Esquerda*. Revista Ensaio. [S.I.], n. 17/18, p. 1-189, 1989. Disponível em: <https://marxists.architexturez.net/portugues/chasin/1989/mes/crise.pdf>. Acesso em: 1 set. 2023.

DUGIN, Alexander. *A Quarta Teoria Política*. Rio de Janeiro: Ars Regia, 2012

GORTER, Herman. *Carta Aberta ao Camarada Lênin*. Crítica Desapiedada, 2022. Disponível em: <https://criticadesapiedada.com.br/carta-aberta-ao-camarada-lenin-herman-gorter/>. Acesso em: 15 out. 2023

LÊNIN, Vladimir. *Esquerdismo, Doença Infantil do Comunismo*. 6ª edição, São Paulo, Global, 1989.

LESSA, Sérgio. *O Revolucionário e o Estudo: Por que Não Estudamos?* São Paulo: Instituto Lukács, 2014.

KORSCH, Karl. *Marxismo e Filosofia*. Rio de Janeiro: UFRJ, 2006.

LUXEMBURGO, Rosa. *Reforma ou Revolução?*. São Paulo: Expressão Popular, 2001.

MARX, Karl. *Contribuição à Crítica da Economia Política*. São Paulo: Expressão Popular, 2008.

PANNEKOEK, Anton. Las Divergencias Tácticas en el Movimiento Obrero. In: GORTER, H. e PANNEKOEK, A. *El Materialismo Histórico; Las Divergencias Tácticas en el Movimiento Obrero*. SI, Ediciones Espartaco Internacional, 2007.

PFEMPERT, Franz. *A Doença Infantil De Lênin e a Terceira Internacional*. Crítica Desapiedada, 2020. Disponível em: <https://criticadesapiedada.com.br/2020/05/12/a-doenca-infantil-de-lenin-e-a-terceira-internacional-franz-pfemfert/> Acesso em: 15 out. 2023

VIANA, Nildo. (2022). *Direita e Esquerda: Duas Faces da Mesma Moeda*. Revista Marxismo E Autogestão, 7(10). Recuperado de <https://redelp.net/index.php/rma/article/view/1013>. Acesso em: 1 set. 2023.

VIANA, Nildo. *O Capitalismo na Era da Acumulação Integral*. Aparecida-SP: Edições Ideias & Letras, 2010.

VIANA, Nildo. *As Consequências do Subjetivismo*. Informe e Crítica, 2022. Disponível em: <https://informecritica.blogspot.com/2022/02/as-consequencias-do-subjetivismo.html>. Acesso em: 1 set. 2023.

Texto aprovado para publicação em 15 de outubro de 2022.

Ernst Bloch: nota biográfica

Lucas Maia*

Ernst Bloch é um pensador prolífico, original, mas que, ainda hoje não recebeu o devido reconhecimento no Brasil, apesar de há décadas haver estudos sobre sua obra. Torna-se, pois, relevante realizar uma breve nota biográfica. Não com a intenção de apresentar achados biográficos novos, mas sim, contribuir com o processo de divulgação de seu nome, de sua trajetória.

O exílio é uma das características da sua vida destacada por seus comentadores e biógrafos. Furter (1974), ao fazer uma breve introdução biográfica a Bloch, fala em “uma vida errante”. Infante (2009) principia seu comentário ao livro *Herança desta Época* dizendo o seguinte:

Bloch é um dos pensadores ocidentais especialmente marcados pelo exílio. Experiência que teve em três ocasiões. A primeira em 1917, quando viveu na Suíça, a segunda a partir de 1933 em Viena¹, Praga e Estados Unidos, e a última, em 1961, na República Federal da Alemanha. Em definitivo, Bloch fugiu primeiro do imperialismo guilhermino, em seguida, do nacional-socialismo e, finalmente, do socialismo real (INFANTE, 2009, p. 953).

Estes exílios tiveram também impacto em seu trabalho, pois houve perda de manuscritos, bibliotecas que ele formava ao longo de determinado tempo e depois tinha que deixar para trás etc. Dietschy (2018), seu último assistente, que trabalhou com Bloch no último ano de vida, adverte, por exemplo, que Bloch citava vários trechos de memória (seus biógrafos sempre indicam que sua capacidade de memorização era impressionante), o que acarretava, em alguns casos, certa imprecisão. E fazia isto também porque não tinha os livros à mão. E não os tinha à mão em decorrência destes exílios.

Estes são eventos marcantes na vida e na obra deste pensador. Contudo, já desde cedo havia no jovem Ernst Bloch um entusiasmo com o pensamento, uma certa rebeldia e

* Professor do Instituto Federal de Goiás - IFG. Doutor em Geografia. Pós-doutor em Sociologia. Autor dos livros Comunismo de Conselhos e Autogestão Social (Rizoma Editorial, 2018); As Classes Sociais em O Capital (Edições Redelp, 2020); Nem Partidos nem Sindicatos: a Reemergência das Lutas Autônomas no Brasil (Edições Redelp, 2016) entre outros. E-mail: maiaslucas@gmail.com

¹ De 1933 a 1938, Bloch não viveu somente em Viena (Áustria) e Praga (Checoslováquia). Como informam Zudeick (1992) e Krotz (2011), antes de partir para os Estados Unidos, viveu também na Suíça, Itália e França.

ousadia pouco comuns. Bloch nasce em 08/06/1885 em Ludwigshafen, uma cidade industrial, que à época pertencia à Baviera. Filho único de uma família cujos rendimentos não causavam privação de ordem material, Bloch demonstra, já a partir dos 10 anos de idade, pouco interesse pela escola, onde não faz grandes amizades e tira notas medianas a ruins nos exames.

Aos 12 anos aparece o interesse pela política (de cunho social-democrata). Aos 14 anos, informa Zudeick (1992), Bloch leu discursos de Rosa Luxemburgo e August Bebel, atas dos congressos do Partido Social-Democrata Alemão (SPD, na sigla em alemão), bem como já escreve alguns artigos políticos (mas nunca publicados). A partir daí, começa também a se interessar pela Filosofia. Sua cidade natal, Ludwigshafen, a uma margem do rio Rin, industrial, triste e poeirenta, opõe-se à outra, situada na margem oposta, Mannheim. Cidade clássica, na qual museus, bibliotecas etc. o impressionam demasiadamente. Aos 15 ou 16 anos, assíduo frequentador da *Shillosbibliothek* de Mannheim, já lia os filósofos com grande interesse. Os filósofos antigos, bem como os modernos Kant, Hegel, Shelling eram lidos com afeição pelo jovem Bloch. Além de se ocupar com os filósofos do passado, ele também procurava se corresponder com grandes nomes da filosofia e ciência de seu tempo, como Ernst Mach, Theodor Lipps, Eduard von Hartman, Wilhelm Windelband, Wilhelm Wundt etc. Isto aumentava um pouco mais sua resistência à escola (no curso ginásial). Tinha seus professores em péssima conta. Considerava-os rasos, estúpidos até. Os professores, pelo contrário, consideravam-no presunçoso, arrogante, além de relapso com as atividades escolares. Ainda, na escola, Bloch era tido pelos colegas como “porta-voz”. Organizava atos, pequenas rebeliões e escrevia pequenos panfletos.

Desenvolve-se assim, no juvenil Bloch, o desejo em se tornar filósofo. Seu pai é bastante renitente quanto a isto. Um funcionário das ferrovias reais bávaras, temia pelo futuro do filho. Mas Bloch acabou por convencê-lo. Viu num cemitério, quando estava de férias na Suíça, uma inscrição num túmulo, feita pelo rei Maximiliano II, em homenagem ao filósofo Friedrich Wilhelm Schelling. Seu pai, homem prático, concedeu ao filho o direito de fazer filosofia, acreditando que com ela “também se pode chegar longe” (ZUDEICK, 1992, p. 26).

Ludwigshafen e Mannheim não são só os lugares nos quais Bloch casualmente passou sua infância e juventude e que deixa atrás de si. Para ele são o típico polo

oposto da imagem urbana, que jogam um papel em seu pensamento posterior. Bloch fala de uma “colisão entre Ludwigshafen e Mannheim”, que é ao mesmo tempo uma “colisão entre Hegel e Marx. “O duro, singular e crepitante acordo entre o futuro da esquerda do Rin e o antiquário da direita do Rin seguiu-me de forma bastante clara ao longo de todo meu filosofar” (ZUDEICK, 1992, p. 27).

É assim que, aos 20 anos de idade, em 1905, inicia o curso superior em Filosofia, na cidade de Munique, concluindo-o na cidade de Würzburg em 1908 com uma tese sobre Rickert. Como destacam Krotz (2011) e Zudeick (1992), *Bloch já esboça aí sua tese da existência de um ainda-não-consciente*. Zudeick (1992) informa que Bloch já luta em torno de uma nova filosofia na qual debate temas que o acompanharão pelo resto da vida. Por exemplo, a discussão sobre “obscuridade do instante vivido” e da unidade/totalidade entre passado, presente e futuro.

De 1908 a 1911 estuda em Berlim, participando ativamente dos colóquios na casa do famoso sociólogo George Simmel. É nesta ocasião que conhece George Lukács, com quem desenvolverá uma forte amizade por alguns anos, que logo se dissipará em decorrência de questões políticas, filosóficas e problemas pessoais de ordem relacional. Em 1912, e algum tempo depois, frequenta, juntamente com Lukács, também os colóquios animados por Max Weber.

Em 1913, casa-se com Else von Stritzky, originária da Estônia, filha de família abastada, dona de minas de ouro na Rússia. Sobre isto, Bloch conta anedota que, quando da revolução russa de 1917, as minas de ouro da família de sua esposa foram expropriadas, o que lhes custou uma perda muito grande. Mas, ironizava ele, “foi por uma boa causa”. Else faleceu em 1921 em decorrência de um câncer. Parece ter sido a mulher que Bloch verdadeiramente amou. Karola, sua terceira esposa, conta que, mesmo já velho, Bloch ainda se referia a Else com ternura.

Devido à ajuda financeira da família de Else, Bloch teve uma vida de relativo luxo até o início da Primeira Guerra. Foi neste contexto de tranquilidade financeira que seu primeiro livro foi escrito, *Espírito da Utopia*. Publicado em 1918, teve uma acolhida calorosa, o que não impediu também de ser objeto de críticas bastante contundentes. Segundo comentam seus biógrafos, a segunda edição do livro, em 1923, ampliada e revisada, modificada em importantes partes, é em grande medida resposta a tais críticas.

Com a Primeira Guerra Mundial batendo às portas da Alemanha e o crescente nacionalismo que anima a população em tais circunstâncias, viu Bloch inúmeros

intelectuais, partidos, organizações (até mesmo de esquerda como o SPD – Partido Social Democrata, na sigla em alemão) capitularem diante do chauvinismo nacionalista. Seu rompimento definitivo (que já, em verdade, estava bastante consolidado a partir de divergências filosóficas e políticas ocorridas nos anos anteriores) com Simmel e Weber se consolida. Bloch, autêntico pacifista, coloca-se como crítico da histeria de guerra, bem como do próprio Estado alemão, o que lhe obriga a ter que abandonar o país.

Em 1917, exilou-se por iniciativa própria na Suíça, onde realizou intensa atividade jornalística contra os empenhos e mobilizações de guerra. A guerra e o exílio dão um fim à vida de luxo que viveu desde o casamento com Else. Bloch vive neste ínterim realizando trabalho jornalístico, mas ainda assim recebendo ajuda da família de sua esposa. Em 1918 conhece Walter Benjamim, em Berna (Suíça), com quem manterá contato por vários anos e com quem, tal como com Lukács, realizará prolífico debate político e filosófico.

Terminada a guerra, Bloch retorna a Munique em 1919, onde termina a redação de seu segundo livro *Thomas Münzer: Teólogo da Revolução*, primeiro livro do autor traduzido no Brasil em 1973. Em 1919 publica um artigo, *Acerca do Saber Ainda-não-consciente*, desenvolvendo o conceito de ainda-não-consciente, que já desde 1913 havia intuído. É neste período que Bloch trava conhecimento com importantes intelectuais, tais como, Walter Benjamim, Bertolt Brecht, Kurt Weill, Hanns Eisler, Otto Klemperer etc.

Bloch realiza críticas, ainda em seu exílio suíço, ao bolchevismo, a Lenin, o qual foi chamado por Bloch de “Czar Vermelho”. Tais críticas são feitas em seus textos jornalísticos. Isto é no mínimo paradoxal, já que as todas as referências a Lênin em seus trabalhos teóricos mais desenvolvidos são sempre elogiosas. Também, com relação à Revolução Alemã (1918 a 1921), Bloch dá pouca importância ao evento, o mesmo ocorrendo com a tentativa húngara de revolução (1919) a partir da experiência dos conselhos operários.

Em 1921, falece prematuramente de câncer Else von Stritzky. É também, em 1921, publicado seu *Thomas Münzer*. Argumenta Zudeick (1992) que este é o capítulo final de *O Espírito da Utopia*. Aqui, a procura de Bloch em encontrar uma dimensão utópica no passado é realizada, tendo em vista a leitura que faz das lutas camponesas na Alemanha do primeiro quartel do século XVI, bem como da teologia e escatologia de Thomas Münzer, severo crítico de Lutero. O quiliasmo de Münzer é transcrito em seus

textos e na luta concreta contra a igreja, os latifundiários, os teólogos oficiais. O milenarismo e o apocalipse são os elementos que Bloch imbrica em sua teoria da utopia, uma espécie de teologia, mas uma “teologia sem transcendência”, “um reino dos céus”, mas na terra e sem Deus, ou seja, materialista.

Casa-se, em 1922, com Linda Oppenheimer, uma pintora de Frankfurt, com quem vive até 1928. Deste relacionamento, Bloch fala muito pouco ao longo de seus poucos textos autobiográficos. Também os biógrafos fazem a ele pouca referência. Em 1923 aparece a segunda edição de *O Espírito da Utopia*. Também publica um texto, não muito famoso, intitulado *Através do Deserto*. Até 1930 não publicará nenhum livro, somente uma grande quantidade de textos jornalísticos, tendo em vista, claro, que esta passa a ser a atividade laboral que lhe garante algum soldo. Isto, contudo, não implica que o trabalho na obra filosófica esteja parado.

Ainda em Berlim, a partir de 1926, estreita sua relação com Walter Benjamin, que havia conhecido em 1918, na cidade de Berna (Suíça). Este contato mais próximo dura um par de anos e, por questões filosóficas e políticas, começa a dar lugar a uma separação cada vez mais visível, tomando proporções mais graves em 1933. Processo semelhante ao que se dá também com Lukács, do qual já era amigo desde os idos de 1913. A amizade com este já era bem desgastada, mas Bloch ainda presta elogios ao seu livro *História e Consciência de Classe*, de 1923. O distanciamento, neste caso também, deve-se a motivações filosóficas e políticas.

Em 1928, separa-se de Linda Oppenheimer. Por esta época, Bloch já tinha alguns encontros ocasionais com sua futura esposa (terceira), a arquiteta Karola Piotrkowska, com quem vai morar junto em 1930. Só chegam mesmo a se casarem formalmente em 1934, quando estavam exilados em Paris. 1930 é o ano também em que é publicado um livro singular: *Spuren* (traduzido ora como *Pistas*, ora como *Rastros*). Utilizaremos aqui a tradução *Pistas*, pois indica melhor o sentido detetivesco do livro. Consiste numa busca de pequenos fragmentos do cotidiano, de elementos autobiográficos, de migalhas da vida, escrito em tom literário-ficcional e filosófico simultaneamente, construindo a ideia de procurar *pistas* na vida ordinária, não só com a intenção de ilustrar teses filosóficas, mas, sobretudo, de fazer a filosofia sair dos tratados acadêmicos e caminhar pelas ruas. Benjamin acusa Bloch de tê-lo plagiado neste livro. A análise, contudo, empreendida por Zudeick (1992) desta discussão não aduz à correção das acusações de Benjamin. *Pistas* é

reeditado, com modificações, em 1959. Esta é, inclusive, uma característica de Bloch. Tem o hábito de modificar seus textos em edições posteriores. E não são só correções formais e de estilo. Trata-se de reescrever trechos inteiros, acrescentar capítulos, retirar capítulos, citações, referências a determinados autores etc. Este é o caso, por exemplo, das boas referências a Stalin na primeira edição de *O Princípio Esperança*, de 1954, que são retiradas na segunda edição de 1959.

O drama do exílio se aproxima novamente. Bloch, durante a década de 1920 e princípio dos anos de 1930, coloca-se como crítico severo do nacional-socialismo. Critica inclusive o conjunto de tendências da esquerda que não deu a devida importância à ascensão deste fenômeno, desprezando a questão como coisa de gente tola etc. Segue publicando textos políticos, continua com seu trabalho de jornalista, criticando na imprensa o emergente fascismo. A obra filosófica continua sendo gestada, mas nestes anos turbulentos é, de certa forma, sobrepujada pelas demandas urgentes da época.

Em 1933, parte para o segundo exílio suíço. Zudeick (1992) informa que não conseguiu encontrar, na pesquisa biográfica que desenvolveu, nenhum documento que comprovasse que havia algum mandado de prisão expedido contra Bloch quando da ascensão de Hitler ao poder. Contudo, quando isto acontece, Bloch sai imediatamente da Alemanha, deixando para trás seus manuscritos, casa, biblioteca etc. Karola vai algumas semanas depois, levando duas malas contendo parte de seus manuscritos. Em 1934, é expulso novamente da cidade de Berna (Suíça), visto como *persona non grata*. Vai para Paris, após breve passagem pela Itália. Fica em Paris algum tempo, onde havia vários exilados alemães, todos fugindo do Nazismo. Brecht, Kracauer, Klemperer etc. são alguns dos nomes com os quais Bloch convive durante este período.

Infante (2009) informa que Bloch, por ser judeu² e membro do Partido Comunista Alemão (KPD, na sigla em alemão) é obrigado a exilar-se. Mas segundo informações recolhidas e analisadas por Zudeick (1992), cuja biografia é bem melhor documentada, não há indício algum de que Bloch tenha sido alguma vez membro do KPD. Sua esposa Karola, pelo contrário, era filiada a esta organização. Inclusive, são exatamente as tarefas do partido, assumidas por ela, que levaram ambos a ter que se mudar, em 1935, de Paris para Praga, onde ficaram até 1938, quando partiram para os EUA. Tal mudança se deu

² É bom frisar que, a rigor, Bloch não era judeu. Era filho de pais judeus (que nem eram praticantes muito fervorosos do judaísmo). Bloch era ateu, materialista, marxista. Contudo, como se sabe, para os Nazi, isto não importava e a mera ascendência já era em si fator determinante para perseguição.

muito a contragosto, tanto por parte dela quanto dele, pois Paris, com a quantidade de intelectuais alemães exilados, a efervescência política e cultural, era ambiente bem mais acolhedor a expatriados como os Bloch.

Em 1935, vem a público *Herança desta Época*. Trata-se de uma reunião de textos políticos, filosóficos, de teoria da arte e crítica literária que apresentam a interpretação de Bloch sobre o fenômeno do nazismo e o conjunto de determinações que permitiram que este chegasse aonde chegou. Alguns conceitos e teorias de Bloch que surgem ou são melhor desenvolvidos neste livro, mesmo tendo aparecido em textos anteriores, são marcantes de sua obra, como: não-simultaneidade³, herança cultural, sua crítica da filosofia e ciência contemporânea (Husserl, Spengler, Jung, Heidegger), a análise do expressionismo como forma de manifestação artística, o estudo da história e significado do nazismo, análise das “distrações”, algo próximo ao que posteriormente Adorno e Horkheimer (1985) vão chamar de “indústria cultural” etc. são questões amplamente desenvolvidas neste texto. O livro foi reeditado em 1962, novamente Bloch fazendo grandes alterações na obra.

Temendo uma possível invasão dos nazistas a Praga, a família Bloch, já com um filho a tiracolo, Jam Robert Bloch, com menos de um ano de idade, emigram novamente. Partem em 03/06/1938 para a cidade de Nova York, nos EUA. O exílio americano de Bloch dura até 1949, quando retorna a Alemanha para a cidade Leipzig. Entra em contato com Adorno, o qual já conhecia desde a década de 1920, solicitando trabalho no Instituto coordenado por Adorno e Horkheimer. Não consegue uma vaga de trabalho. Durante todo o período que passa nos EUA, excetuando alguns artigos de jornal pelo qual recebe algum dinheiro, algumas conferências que pronuncia, alguns seminários que anima, ajuda financeira de alguns amigos etc. seus rendimentos não são suficientes para o sustento da família. É realmente Karola, que consegue trabalho como arquiteta, quem garante a regularidade da renda familiar.

Apesar destas dificuldades pecuniárias, o trabalho filosófico de Bloch avança a passos largos. Em 1940 já tem o manuscrito acabado de *Direito Natural e Dignidade*

³ Infante (2019), no prólogo de sua tradução para o espanhol de *Herança Desta Época*, após indicar que outras formas pelas quais *ungleichzeitigkeit* é traduzido: assincronia, assimultaneidade, indica que é mais adequado acontemporaneidade. Em seu estudo sobre *Herança Desta Época* (Infante, 2009), quando ainda traduzia a obra do alemão para o espanhol, utiliza a grafia não-contemporaneidade. Também, na entrevista de Dietschy (2018), que foi assistente de Bloch, aparece a grafia não-contemporaneidade. A tradução do livro de Zudeick (1992) emprega o termo assincronia. Bicca (1997) emprega o termo não-simultaneidade, o qual estamos utilizando em nossa discussão.

Humana, que tinha o título original de *Direito Natural e Socialismo*. Em 1944, seu *O Princípio Esperança* já alcançava a soma de quase 1.980 páginas, na época intitulado ainda de *Dreams of a Better Life (Sonhos de uma Vida Melhor)*. Em 1947, seu estudo sobre Hegel, *Sujeito-Objeto: o Pensamento de Hegel*, já está também terminado. Nenhum destes trabalhos, contudo, foi publicado quando Bloch ainda estava nos EUA.

A família Bloch, devido às dificuldades financeiras, o que não era também nada excessivamente alarmante, vive em vários lugares nas proximidades de Nova York. Às vezes conseguem uma moradia de algum amigo, pela qual não precisam pagar aluguel, às vezes mudam-se para uma residência cujo preço do aluguel é compatível com os rendimentos da família. Bloch nunca se adaptou ao país que o acolheu. Não se dedicou a aprender o inglês, para que conseguisse produzir seus trabalhos no novo idioma, como era prática mais habitual dos exilados alemães. Não gostava da cultura americana. Vivia mais isolado e dedicado ao seu trabalho. Como não tinha que dispende seu tempo para ganhar algum dinheiro, dedicava-o inteiramente à obra filosófica, tendo como resultado os livros que aludimos acima. Mas, mesmo assim, ainda nos EUA, em 1946, publica *Liberdade e Ordem: Compêndio de Utopias Sociais*, o capítulo 36 dos manuscritos do que viria a ser *O Princípio Esperança*.

Findada a segunda guerra mundial, em 1949, Bloch recebe convite, aos 63 anos de idade, para assumir a cátedra de filosofia em duas universidades alemãs. O que a rigor, não é tão animador assim. Esta é geralmente a idade na qual um professor já está se aposentando e não assumindo o primeiro posto de trabalho, iniciando uma carreira universitária. Foi bem este o sentimento de Bloch, como informa Zudeick (1992). Contudo, o desejo em retornar à Europa e, sobretudo, o sentido de sua obra em sua vida, determinaram Bloch a recusar o convite da Universidade Goethe, de Frankfurt, e aceitar a cátedra de filosofia da Universidade Karl Marx, de Leipzig. Segundo Munster (1993) e Zudeick (1992), o aceite para o cargo teve mais a ver com o desejo de ver a obra, como um todo, publicada e divulgada, contribuir para a efetivação de uma sociedade realmente socialista na Alemanha Oriental, ou seja, de ver a utopia realizada, do que propriamente com questões financeiras e tranquilidade que o cargo possibilitaria.

Bloch vive em Leipzig de 1949 a 1961. Nestes doze anos, passa de grande pensador do socialismo à pária e traidor da pátria socialista. Desde sua chegada à universidade, já demonstra posicionamento crítico ao marxismo vulgar, típico dos

funcionários e defensores dogmáticos da URSS, RDA etc. Contudo, ele próprio é ambivalentemente defensor de tais sociedades. Ser crítico do marxismo vulgar, o que já começa a lhe render desafetos, não implica, de forma alguma, criticar ao stalinismo. Isto soa contraditório. O melhor teórico da utopia é justamente um defensor de Stalin. Sim, foi exatamente este o caso. Na década de 1930, Bloch defende a URSS e Stalin, justifica os processos de Moscou e o pacto russo-alemão como sendo necessários à defesa da revolução. Apesar das críticas a tais processos serem realizadas por vários setores da esquerda, Bloch não é dissuadido de sua defesa apaixonada e dogmática da nascente pátria socialista (na verdade, um capitalismo de Estado), filha deformada da revolução. Bloch mantém esta postura ainda na década de 1950. Como já demonstramos antes, a primeira edição de *O Princípio Esperança*, de 1954, contém muitas referências elogiosas a Stalin e Lenin. Na segunda edição, de 1959, tais referências a Stalin são retiradas, mas Lenin ainda é mantido em alto conta.

Em 1949, é publicada, no México, a primeira edição de *Sujeito-Objeto: o Pensamento de Hegel*. O livro é recebido muito criticamente pelos defensores do regime, mas, em contrapartida, tem uma boa acolhida entre estudantes e intelectuais mais próximos a Bloch. Este livro, como se sabe, já estava escrito há algum tempo, desde o exílio americano de Bloch. A obra filosófica, contudo, prossegue, mas agora, Bloch é professor, anima um seminário semestral, trabalha com estudantes, ministra conferências, aulas regulares etc. Apesar deste trabalho regular como professor universitário, já em 1952, aparece *Avicena e a Esquerda Aristotélica* e em 1953 *Thomasius: um Ilustrado Alemão sem Miséria*. Em 1954, é publicado, finalmente, o primeiro volume de *O Princípio Esperança*, em 1955, o segundo volume. A íntegra dos três volumes só aparecerá em 1959.

Bloch passa a ter uma vida, do ponto de vista material, bastante tranquila. Professor de renome, diretor do Instituto de Filosofia da Universidade Karl Marx, tem rendimentos relativamente elevados, mora numa residência espaçosa e confortável, com imponente biblioteca etc. Em 1955, aos 70 anos, é homenageado, prestigiado, recebe prêmios, está no auge da fama e de sua carreira. Sua obra, contudo, é questionada por intelectuais mais subservientes ao regime. Ele próprio não realiza uma crítica radical ao dito “socialismo real”, o qual, de fato, defende, mesmo que criticamente.

Por exemplo, num curso de filosofia do direito, retoma a tese de Engels sobre o deprecimento progressivo do Estado, complementada com a discussão de Lenin de que,

no socialismo, o Estado pode ser gerido pela mais simples cozinheira. A referência à cozinheira é uma crítica a Ulbricht (o político responsável pela construção do muro de Berlim, presidente do SED, partido do poder na RDA), ou seja, um alto membro da burocracia estatal. Contudo, neste particular, a posição de Bloch era a de criticar internamente a RDA, mas defendê-la no exterior. Isto porque, para Bloch, o futuro socialista estava ali na RDA, na URSS.

Após o levante dos conselhos operários na Hungria e na Polônia, bem como as reverberações disto na própria RDA, Bloch apoia a invasão soviética na Hungria com a alegação de que havia ali uma ameaça fascista, mas defende o levante dos operários na Polônia. Esta postura lhe rende, definitivamente, a pecha de revisionista. Sua crítica ao marxismo vulgar, sua crítica à URSS devido à repressão ao levante na Polônia etc. azedam a relação com a política oficial da RDA e com a *intelligentsia* mais afeita ao regime.

A partir daí a situação só se complica para Bloch. Em 1957, é demitido de sua cátedra, é impedido de ministrar conferências e cursos na RDA, alguns de seus alunos, amigos e seguidores são perseguidos e presos. Bloch só não é encarcerado porque isto poderia render uma má imagem à RDA, além dele já está demasiado velho. Contudo, o partido consegue o pretendido: o silenciamento e isolamento de Bloch. Ele, nesta situação, prossegue, contudo, com seu trabalho filosófico, pesquisando e escrevendo. O que é ainda importante ressaltar é o fato de em meio a tantas contradições, Bloch persistir na defesa do stalinismo, da URSS, da RDA etc. Sua crítica mais consistente a estas sociedades só se dará em momento posterior. Em 1959, quando consegue publicar, em Frankfurt, ou seja, na Alemanha Ocidental, na íntegra os três volumes de *O Princípio Esperança*, as citações e referências a Stalin, como já indicamos, são retiradas. E como salienta Zudeick (1992), ainda em 1960/1961, Bloch tinha fé na melhora do “socialismo” na RDA. Em 1961, quando estava passando uma temporada em Munique, recebe a notícia da construção do muro de Berlim. Após conseguir trazer seus manuscritos para Tübinga, decide abandonar Leipzig e inicia seu último autoexílio, aos 76 anos de idade.

Como o que até recentemente era, um defensor do stalinismo, Bloch não é bem recebido por determinados setores da intelectualidade (tanto da chamada direita quanto da esquerda). Também, agora como autoexilado, é criticado pela RDA e stalinistas, como desertor e traidor. É assim que Bloch é recebido na universidade de Tübinga. Inicialmente consegue um seminário, mas não como contratado. Só consegue estabilidade no ano

seguinte, com um contrato que durará até 1965, quando se aposentará aos 80 anos. Mantem-se como crítico radical do capitalismo, mas agora também começa a abandonar a ambivalência na crítica à URSS, denominando este tipo de sociedade de “capitalismo de Estado”⁴, afirmando que ali o proletariado é explorado de maneira aviltante. O “que se entendeu por socialismo ainda não começou em absoluto”⁵ (BLOCH *apud* ZUDEICK, 1992, p. 258).

Em meio a isto, o trabalho filosófico prossegue e Bloch publica importantes livros, bem como dá continuidade à organização de suas obras completas, na qual trabalhará até o último dia de sua vida. Isto literalmente, pois no dia anterior à sua morte, estava exatamente laborando nos manuscritos que comporão suas obras completas. Em 1962, publica *Extranhamentos*⁶, em 1964, *Geographica*. Em 1963, publica *Introdução de Tubinga à Filosofia*, reeditada e ampliada em 1970. Em 1968, publica *Ateísmo no Cristianismo. Composições Literárias* aparece em 1965 e *Composições Filosóficas* em 1969. No ano de 1970, reedita um conjunto de textos escritos na década de 1930, mas amplamente revistos e alterados, intitulado *Medidas Políticas*. Aqui ele acerta as contas com sua antiga defesa do stalinismo. É criticado por alterar radicalmente textos que são datados historicamente. Em 1972, aparece finalmente seu livro sobre o materialismo, uma discussão que já vinha se arrastando há décadas, intitulado *O Problema do Materialismo: sua história e substância*. Em 1975, aparece seu livro da lógica, um projeto que desde sua

⁴ Isto é afirmado por Zudeick (1992), contudo, como pode ser observado na nota de rodapé seguinte, a concepção de Bloch sobre capitalismo de Estado não é bem esta e, de qualquer forma, ele define a URSS como “socialismo de Estado” e não “capitalismo de Estado”.

⁵ Esta afirmação de Bloch é de 1963. Contudo, embora fosse hábito seu revisar os livros que publicava, sua defesa da URSS permanece em *O Princípio Esperança*. Ele tem uma concepção problemática sobre o que é capitalismo de Estado, entendendo-o como associação de capitalistas, o que ficou conhecido como capitalismo monopolista, capitalismo tardio, ou seja, o fim da chamada livre concorrência e assunção da economia pelos monopólios e oligopólios. Define URSS como sendo socialismo de Estado, aceitando a ideologia do Estado de transição socialista (ideologia fundamentada por Lênin e todos os seus epígonos). A seguinte afirmação demonstra isto: “Igualmente o socialismo de Estado, na proporção em que se manifesta, está em vias de processo de um ato, e por consequência é temporário e está em vias de demolição. Porque o alvo em operação no ato é o definhamento do Estado” (BLOCH, 2006, p. 456). E mais à frente, no mesmo parágrafo, afirma: “Uma União Soviética em estágio de maturidade convidativa torna-se, em todos os lugares, um fim para esse capitalismo de Estado” (BLOCH, 2006, p. 456). No mínimo, pode-se dizer que a avaliação de Bloch a tal respeito é ambivalente. Aliado a isto, há toda uma literatura importante, que Bloch nunca faz referência, embora fossem contemporâneos seus (e famosos dentro dos debates da esquerda), como Korsch, Pannekoek, Mattick, Rühle que tinham, desde a década de 1920, uma leitura bem diferente da revolução russa e da posterior URSS, sendo esta qualificada de capitalismo de Estado. Não podemos desenvolver esta discussão aqui, que já fizemos em outros momentos (MAIA, 2018; 2020). Também Viana (2019) tem uma excelente exposição do tema. Existe também uma longa e extensa produção desde a década de 1930, que tem nos comunistas de conselhos uma importante base para a crítica da URSS e o chamado socialismo real como países capitalistas de Estado.

⁶ Esta grafia encontra-se no livro Zudeick (1992).

juventude estava em elaboração e reelaboração. Trata-se de *Experimentum Mundi*. Por último, em 1977, Bloch publica *Entremundos na História da Filosofia*.

Politicamente, Bloch também se mantém ativo, embora não seja correto dizer que fosse um militante, membro de organizações, articulador de atos etc. Contudo, participa de protestos contra a guerra do Vietnã, faz conferências em defesa dos estudantes que a partir de 1968 assumem a cena política de maneira crítica, critica a invasão soviética a Praga em 1968 etc. A vida de Bloch, portanto, é, tanto do ponto de vista intelectual quanto político, uma obra do século XX. Falece em 1977, aos 92 anos de idade. Uma mente crítica, uma prática política ambivalente em determinados aspectos, uma obra original e monumental, mas que, por vezes, reproduz esta ambivalência. Aqui no Brasil, certamente, as editoras ainda falham em não traduzir mais materiais deste autor. Para o público brasileiro é, com certeza, uma obra e uma vida ainda a ser mais e melhor conhecidas.

Referências

ADORNO, Theodor W.; HORKHEIMER, Max. *Dialética do esclarecimento*. Rio de Janeiro: Zahar, 1985).

BICCA, Luiz. *Racionalidade moderna e subjetividade*. São Paulo: Loyola, 1997.

BLOCH, Ernst. *O princípio esperança*. V. 2. Rio de Janeiro: Contraponto/EdUERJ, 2006.

DIETSCHY, Beat. En recuerdo de Ernst Bloch: entrevista com Beat Dietschy. Aníbal Pineda Canabal. *Escritos* 26.57, 2018. pp. 409-426.

FURTER, Pierre. *Dialética da esperança: uma interpretação do pensamento utópico de Ernst Bloch*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1974.

INFANTE, Miguel Salmeron. *Introducción*. In: BLOCH, Ernst. Herencia de esta época. Madri: Tecnos, 2019.

INFANTE, Miguel Salmeron. Antes, desde y para el exilio. Herencia de esta Época (1935/1962) de Ernst Bloch. *Arobor*. CLXXXV, septiembre-octubre, 2009, pp. 953-962.

KROTZ, Esteban. Introducción a Ernst Bloch (a 125 años de su nacimiento). *En-Claves del Pensamiento*. Año V, núm. 10, julio-diciembre, 2011, pp. 55-73.

MAIA, Lucas. *Comunismo de conselhos e autogestão social*. Rio de Janeiro: Rizoma, 2018.

MAIA, Lucas. *A concepção marxista de autogestão*. In: VIANA, Nildo. O marxismo autogestionário. Goiânia: Edições Redelp, 2020.

MUNSTER, Arno. *Ernst Bloch: filosofia da práxis e utopia concreta*. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

ZUDEICK, Peter. *Ersnt Bloch*. Valência: Edicions Alfons El Magnànim, 1992.

Texto aprovado para publicação em 04 de setembro de 2022.

Arte, Cultura e Lazer em Goiânia: as intervenções e os objetivos do SESC e SESI na configuração cultural da cidade¹

Juliana Antunes*

*“Quando propagandeando a janela do mundo só
abre p’ra dentro, e é sempre o cenário
Em que o sangue valoriza o ouro”
(Trecho da canção “Onofre”, de José Mário
Branco)*

O objeto de estudo da presente pesquisa esteve vinculado às interferências do SESC-GO e do SESI-GO na configuração cultural goianiense, observando, sobretudo, as atividades ofertadas pelas instituições no âmbito do lazer, da arte e da cultura.

Refletir sobre tal temática requer a elaboração de uma recapitulação ligada ao histórico de fundação das instituições que aqui nos debruçamos a analisar: o Serviço Social do Comércio (SESC-GO) e o Serviço Social da Indústria (SESI-GO). O período histórico de nascimento destas é convergente, sendo a Carta pela Paz Social, documento resultante da 1ª Conferência das Classes Produtoras – conhecida popularmente como Conferência de Teresópolis – o que lhes deu o aval à existência.

Não é possível deixar de fazer aqui um adendo associado ao contexto histórico e político que circunda tal período no Brasil e no mundo. A Segunda Guerra acabara de ter seu fim, bem como o regime estado-novista imposto por Getúlio Vargas. É nesse sentido que as políticas, doravante as instituições fundadas nesse recorte temporal, tendem a assumir um posicionamento em prol de um ideal de progresso, bem como de atendimento aos interesses do empresariado emergente no Brasil.

O surgimento de duas instituições – em um recorte preliminar, no plano nacional e, posteriormente, no plano estadual goiano –, o Serviço Social do Comércio (SESC) e o

¹ O presente artigo é fruto de uma série de reflexões feitas entre os anos de 2021 e 2022, através do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica (PIBIC). A orientação para sua elaboração foi do Prof^o Dr. Cleito Pereira dos Santos, da Faculdade de Ciências Sociais da Universidade Federal de Goiás (FCS/UFG). Deixo expressa, nessas breves linhas, minha gratidão pela sua orientação em minhas pesquisas durante a graduação. Deixo expressa, também, minha gratidão ao Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico (CNPq), pela bolsa recebida durante o período de pesquisa no PIBIC.

* Bacharela em Ciências Sociais pela Universidade Federal de Goiás (FCS/UFG). Mestranda em Ciências Sociais pelo Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (PPCIS/UERJ). Desenvolve estudos com ênfase nos temas: arte, cultura, lazer, teoria crítica e extrema-direita. Contato: antunesjuliana27@gmail.com Link do lattes: <http://lattes.cnpq.br/2248586168124823>.

Serviço Social da Indústria (SESI), têm sua constituição apoiada justamente nesse contexto histórico.

O maior marco na criação do SESC e do SESI é ligado à publicação da *Carta Econômica de Teresópolis*, documento resultante da I Conferência Nacional das Classes Produtoras (I CONCLAP) – ou Conferência de Teresópolis. O documento em questão, na posterioridade, acabou ficando conhecido pelo nome de *Carta pela Paz Social*; sua definição é expressa nos seguintes termos:

[...] um documento altamente expressivo do espírito de solidariedade e do realismo amadurecido dos homens de empresa brasileiros desta geração. Ela deverá contribuir para harmonizar e pacificar o capital e o trabalho em nosso país, em um plano superior de entendimento recíproco. Com ela, nos apresentamos ante os empregados, convidando-os a fundar, sobre base sólida, uma política de mútua compreensão e de respeito recíproco. (SESC, 2012, p. 8)

Nesse ínterim, a *Carta pela Paz Social* se elucida enquanto um documento que atua em prol do empresariado brasileiro, conforme foi ressaltado em parágrafos anteriores. Além de fomentar um discurso em prol do desenvolvimento econômico do país, ocorria uma forte defesa da ideologia da *conciliação de classes*, no sentido de pautar uma colaboração entre empregador e empregado, prezando fortemente por um aumento produtivo.

Ainda hoje, anos após a fundação do SESC e do SESI, ambas instituições são de grande influência no que tange às atividades voltadas ao lazer, à cultura e à educação, em um recorte nacional e estadual. A respeito de suas atividades em Goiás, é evidente a influência do SESC-GO no oferecimento de práticas de ocupação do tempo livre, sendo, sobretudo, o Clube Antônio Ferreira Pacheco um exemplo primoroso nesse sentido; paralelamente, o SESI-GO possui uma forte influência em tal campo também, além de fomentar práticas voltadas à difusão artística que têm grande destaque no estado – sendo, nesse caso, o Teatro SESI a maior exemplificação.

Arte e cultura – Apontamentos preliminares

Marx e Engels, em suas obras, se debruçaram com constância a uma reflexão a respeito das nuances que permeiam o modo de produção capitalista, de maneira a constatar várias das características, particularidades e contradições que permeiam o mesmo.

Quando, durante a escrita d'A Ideologia Alemã os mesmos versaram sobre o âmbito ideológico no seio de tal contexto, os mesmos constataram que

A produção de ideias, de representações, da consciência, está, em princípio, imediatamente entrelaçada com a atividade material e com o intercâmbio material dos homens, com a linguagem da vida real. O representar, o pensar, o intercâmbio espiritual dos homens ainda aparece, aqui, como emanação direta de seu comportamento material. (MARX; ENGELS, 2007, p. 93)

Nesse sentido, o pensamento marxiano observa a estrutura social enquanto repartida em dois domínios: o da *infraestrutura* e o da *superestrutura*. Sob essa compreensão, no âmbito da infraestrutura estão situadas as relações de produção, as relações de classe, enfim, as configurações econômicas vigentes; já na superestrutura, por sua vez, estaria estabelecido os pontos ligados ao pensamento e à ideologia. É, ademais, na superestrutura que se encontram estabelecidas as questões da arte e da cultura.

Ainda em sua análise a despeito da questão ideológica, Marx e Engels (2007) frisam que as ideias dominantes em um determinado período correspondem às ideias da classe dominante – ou seja, aquela que é detentora da *força material*, dos meios de produção.

Em um plano exordial, ao que tange à questão da arte, são inúmeros os conceitos atribuídos à mesma. No senso comum não é raro a atribuição da arte a uma definição daquilo que é belo, enquanto o que é considerado “feio” acaba se tornando marginal.

Todavia, o conceito de arte não está ligado à compreensão daquilo que é bonito ou feio, uma vez que essas próprias concepções são relativas. Nesse prisma, Bernardo (2021, p.4) ao estabelecer uma reflexão sobre a questão da estética estabelece que

[...] cada um de nós vê e ouve no contexto de hábitos e de um código de convenções estabelecido pelos grupos sociais, maiores e menores, em que se insere. Podemos passar além, mas esse contexto é a base da percepção. No entanto, como tais convenções são absorvidas a ponto de se exprimirem de modo inconsciente, a visão ou a audição surgem-nos como espontâneas e julgamos que vemos ou ouvimos aquilo que individualmente vemos e ouvimos. (BERNARDO, 2021, p. 4).

Ainda na concepção de tal autor, a arte pode ser definida enquanto uma objetivação da estética, sendo essa a *maneira como* – a maneira como se produz, concebe ou recebe uma obra (BERNARDO, 2021). É nesse sentido que Ostrower (2013) afirma que o estilo de uma obra de arte é vinculado a uma visão de vida; a mudança nos estilos em cada época, por sua vez, se liga às próprias mudanças que incidem no meio social.

Assim, levando em consideração a reflexão de Ostrower (2013), podemos depreender que quando se mudam os valores em vigência no meio social, ocorre uma mudança no estilo artístico em destaque. Isto posto, pensar a despeito da questão artística

requer pensar sobre as relações sociais e de poder vigentes no contexto, conforme sistematizou Bourdieu (1996) ao tratar da análise literária.

Ao que tange à cultura, por sua vez, essa se apresenta enquanto um elemento mais complexo de estabelecer-se um conceito. Não em vão, tal termo foi – e é – objeto de estudo nos mais diversos âmbitos das ciências humanas e sociais. A título de exemplificação, no seio antropológico uma das definições de cultura se liga à ideia da mesma ser uma condição básica à existência dos indivíduos, no sentido destes últimos serem o resultado de todo um conjunto contínuo de ações onde se dá uma significação aos seus atos (GEERTZ, 1989). No meio filosófico, a cultura costuma ser compreendida na posição de um conglomerado de sentidos, símbolos e práticas evidentes no indivíduo ou no coletivo (COSTA; ARAÚJO, 2018). No âmbito sociológico, por sua vez, uma das significações de cultura se entrelaça à definição de capital cultural, definido por Bourdieu (1998) como o conjunto de recursos ligados à vinculação de um grupo enquanto conjunto de agentes.

Em paralelo, outro intelectual da sociologia que se dispôs a refletir sobre a temática da cultura foi Terry Eagleton. Para o mesmo, os indivíduos se apresentam em um estado de estreitamento entre o cultural e o natural, de modo a não serem, simplesmente, frutos de um ou de outro, mas sim de uma conjunção entre ambos. Assim, a relação humana se encontra enquanto algo fragmentado, eivando a necessidade do estabelecimento de elementos que possam agir enquanto um método de aglutinação

Para compensar tal fragilidade, os corpos humanos necessitam de construir essas formas de solidariedade a que chamamos cultura, que são consideravelmente mais elaboradas do que qualquer coisa que o corpo possa fazer diretamente, mas que escapam perigosamente ao seu controle material. Só é possível construir uma cultura comum porque os nossos corpos são genericamente do mesmo tipo, pelo que cada universal se apoia no outro. (EAGLETON, 2000, p.143).

A partir do exposto, e levando em consideração a complexidade atrelada ao termo cultura, como estabeleceremos nosso entendimento sobre tal elemento? Compreenderemos cultura, na constituição das constatações vigentes nos resultados da presente pesquisa, enquanto um emaranhado de elementos que guiam a ação dos indivíduos dentro de um determinado meio, tendo uma ação simultânea de orientação e aglutinação dos mesmos. É preciso retomar, todavia, a tese marxista a respeito da questão ideológica, no sentido de depreender que, no modo de produção capitalista, a cultura será afetada pelas ideias

dominantes – exprimidas pela burguesia – no sentido de pleitear uma fortificação da relação de dominação estabelecida pelas mesmas.

Sobre o lazer (e sobretudo o lazer contemporâneo)

Quando se reflete acerca do nascimento do lazer, é indispensável mencionar que sua emergência enquanto um meio de ocupação do tempo de não-trabalho é convergente com a temeridade dos gestores à possibilidade de que os trabalhadores se rendessem se rendessem à ociosidade ou se atrelassem às atividades de cunho subversivo. Vale lembrar, nesse sentido, que “A classe dirigente descobriu que uma população feliz e produtiva com abundante tempo livre nas suas mãos representa um perigo mortal [...]” (GRAEBER, 2014, s.p).

Muitos autores se debruçaram a estabelecer um significado à questão do lazer. Certamente, um dos que tiveram maior reconhecimento nessa tarefa foi Dumazedier (2004, p. 34), ensaísta francês de concepção funcionalista, que cunhou o lazer da seguinte maneira:

[...] um conjunto de obrigações às quais o indivíduo pode entregar-se de livre vontade, seja para repousar, seja para divertir-se, recrear-se e entreter-se ou, ainda, para desenvolver sua informação ou formação desinteressada, sua participação social voluntária ou sua livre capacidade criadora após livrar-se ou desembaraçar-se das obrigações profissionais, familiares e sociais.

Todavia, com o passar dos anos – e sobretudo no contexto hodierno, versado em uma vasta gama de alterações na esfera produtiva, manifestadas em avanços na dissolução das legislações trabalhistas, bem como no fulgor pelos modelos de trabalho que pregam o home office ou a própria economia de compartilhamento – a definição de lazer defendida por Dumazedier acabou se tornando defasada. Já é incabível trazer esse ponto como um puro afastamento do local de trabalho, uma vez que, ainda em distanciamento desse, o labor continua em intensificação.

Outrossim, autores de outras correntes sociológicas, como Adorno (2002), ou nossos contemporâneos, como Padilha (2018), já evidenciaram que não é possível pensar o lazer enquanto um afastamento do local de trabalho. Nesse prisma, Adorno (2002), em seu ensaio sobre o tempo livre, aponta que este está indissociavelmente acorrentado ao seu oposto; Padilha (2018) vai além, demonstrando que existem fios invisíveis que costuram o lazer, o trabalho e o consumo. Nessa medida, se o lazer emerge enquanto uma forma de

ocupação do tempo de não-trabalho, doravante recurso empregado em prol do repouso do trabalhador, fica evidente a mais que estreita relação deste com seu “antônimo”.

Desse modo, trazendo à tona uma recapitulação, se torna evidente que o lazer é um elemento que surge junto ao capitalismo, na sociedade moderna, enquanto um instrumento que visa estabelecer um momento de descanso ao trabalhador, possibilitando que esse retorne posteriormente ao labor com a possibilidade de executar ações de cunho mais produtivo.

Sendo assim, o lazer se mostra enquanto um elemento que não apenas emerge e se desenvolve junto ao modo de produção capitalista, como também que está presente na realidade social; isto posto, as mudanças incidentes no modelo produtivo em questão repercutirão efeitos sobre o próprio lazer.

É nesse sentido que Santos (2018) eiva uma teoria relativa aos *ciclos do lazer*, os quais se apresentam enquanto reflexos dos novos modelos de controle do tempo – intrínsecos à dominação capitalista – no momento em que o trabalhador se encontra externo ao espaço de labor:

Em síntese, o capitalismo opera mudanças sociais sem precedentes no que tange a vida e a relação dos indivíduos e das classes sociais com o tempo, o trabalho, o lazer e o consumo. A ocupação do tempo de não-trabalho passa a ocorrer com o nascimento da “indústria” do lazer que irá incorporar certas atividades desenvolvidas de maneira descompromissada pela sociedade moderna. [...] A indústria do entretenimento tem seu nascimento com a emergência do tempo de não trabalho capitalista e a necessidade de controlar e disciplinar esse tempo de acordo com a dinâmica do capital [...] (SANTOS, 2018, p. 122).

Dessa maneira, pensando sobre as características que permeiam o lazer na contemporaneidade, podemos afirmar que o mesmo é cunhado, sobretudo, pela reificação e pela maior latência das relações de controle social.

Santos (2010) afirma que, no momento em que ocorre um esgotamento no regime de acumulação, ocorre também uma crise das tecnologias disciplinares incidentes em tal período, trazendo a necessidade da criação de novas formas de disciplinarização. Esse contexto, no lazer, foi muito bem caracterizado por Bernardo (2005) e Polese (2016).

Na medida em que Bernardo (2005) galga uma constatação referente ao caso dos divertimentos eletrônicos, evidenciando que esses atuam em uma relação de adestramento dos trabalhadores, suscitando-lhes novas habilidades racionais e gestuais que podem vir a ser aproveitadas pelos capitalistas, Polese (2016, s.p) complementa sua reflexão, lançando que:

Por meio dessa fusão os capitalistas resolveram outro dilema: a implantação dos processos de trabalho de tipo organizacional toyotista impunha aos capitalistas a capacidade de explorar a capacidade de raciocínio dos trabalhadores, fazendo com que estes estejam permanentemente em busca de formas inovadoras de produzir, portanto, formas de aumentar os lucros da empresa, sem que nesse processo descubram meios de se emancipar. É necessário orientar que tipo de reflexão e pensamentos os trabalhadores desenvolverão.

Assim, as constatações que podemos obter a despeito do lazer na contemporaneidade se ligam a essas caracterizações: um elemento que se versa na efemeridade, no consumismo, na massificação e na reificação. Em contextos referentes àqueles do lazer programado – isto é, aquele lazer que é ofertado justamente com o vínculo de se estabelecer relações de controle – tais nuances se versam com ainda maior latência.

As ações do Serviço Social do Comércio (SESC-GO) e do Serviço Social da Indústria (SESI-GO)

1) SESC-GO: Atividades promovidas

Conforme consta no Referencial Programático do SESC, elaborado no ano de 2015, as atividades da instituição estão ligadas a três tipos: desenvolvimento físico-esportivo – ações ligadas ao aperfeiçoamento da aptidão física, ao aprendizado esportivo e às práticas de cultura corporal (SESC, 2015) – recreação – ações ligadas ao entretenimento dos clientes através de práticas lúdicas, enfatizando as temáticas socioculturais, educativas e multidisciplinares (SESC, 2015) – e turismo social – ações ligadas à promoção de estratégias inclusivas e educativas, que priorizem o acesso de clientes de menor renda a atividades como passeios, viagens, hospedagens a lazer, etc., sempre valorizando o conhecimento histórico, cultural, social e ambiental (SESC, 2015).

É interessante frisar, ainda, que existem alguns valores que a instituição ressalta diante de cada um desses tipos de atividades. No caso daquelas ligadas ao desenvolvimento físico esportivo, as valorações caminham no sentido de “[...] estimular e possibilitar a adesão ao lazer físico-esportivo, inclusive o especializado.” (SESC, 2015, p.162). Dessa maneira, as atividades ofertadas podem ser visualizadas na Tabela 1:

Tabela 1 – Atividades de Desenvolvimento Físico-Funcional

Avaliação Físico-Funcional	Procedimentos que comprometem-se à realização de uma avaliação da aptidão física dos indivíduos, no intuito de recomendá-los uma atividade física adequada à particularidade de cada um.
----------------------------	--

Eventos Físico-Esportivos	Atividades que agreguem valor a processos de ensino e aprendizagem de realizações sistemáticas, além de difusão das práticas físico-esportivas e ampliação de vivências e conhecimentos sobre a cultura corporal.
Exercícios Físico-Sistemáticos	Programação permanente de atividades que objetivam a aplicação dos processos educativos e o desenvolvimento de uma rotina de exercícios físico-esportivos.
Formação Esportiva	Processos de ensino-aprendizagem sobre esportes individuais ou coletivos, além de lutas, que têm como intenção sensibilizar os participantes para a prática do esporte como forma de lazer e o entendimento do esporte enquanto uma forma de manifestação cultural.

Fonte: Elaborado pela autora (2023) a partir de dados de SESC (2015)

No caso das atividades voltadas à recreação, essas prezam pelo lúdico, isto é, ao divertimento (SESC, 2015). As atividades ofertadas nesse campo podem ser visualizadas na Tabela 2:

Tabela 2 – Atividades de recreação

Colônia de férias	São atividades de vivências lúdico-recreativas e características multidisciplinares, que visam a socialização e a vivência em conteúdos variados. Sua realização se dá em diferentes períodos - sobretudo em férias escolares - e é voltada a público de diferentes faixas-etárias.
Festa/festividade	São atividades de comemoração de algum acontecimento, tradição, tema religioso ou estação do ano. Cita-se, enquanto exemplo, as festas juninas
Frequência a parque aquático	Define-se como o uso do meio líquido e do banho de sol para vivências espontâneas ou práticas lúdicas dirigidas.
Jogos, brinquedos e brincadeiras	São jogos e brincadeiras da cultura popular - como gincanas, amarelinhas, pipas ou ciranda-cirandinha. Há, também, jogos de RPG, brincadeiras circenses e ações recreativo-artísticas
Jogos de salão	Práticas de jogos de mesa - como sinuca, totó ou pingue-pongue - e outros tipos de jogos - como tabuleiro ou virtuais.
Passeio recreativo	Atividades que objetivam a socialização e a integração entre os clientes, através da promoção de atividades físicas como caminhada ou ciclismo.
Recreação esportiva	Programação que visa a prática de esportes individuais ou coletivos, objetivando a vivência lúdica
Reunião dançante	Realização de eventos festivos que possibilitem a prática de danças de salão - ou outros estilos
Sarau recreativo	Realização de reuniões festivas onde os participantes podem apresentar algum talento de modo espontâneo e informal

Fonte: Elaborado pela autora (2023) a partir de dados de SESC (2015)

Por fim, as atividades do grupo de turismo social, para além de trazerem um prezar pela inclusão dos passageiros de baixa renda, ou de valorizarem o conhecimento do patrimônio histórico, cultural e social, também atuam de maneira a conscientizar os consumidores a respeito da preservação e da valorização dos patrimônios supracitados (SESC, 2015).

Tabela 3 – Atividades de Turismo Social

Turismo emissivo	São ações que realizam viagens de lazer com um destino distante da moradia do cliente, podendo ser em outro bairro, município, estado ou país. Visam ser atrações turísticas recreativas, sociais, culturais, ambientais e educacionais.
Turismo receptivo	São conjuntos de serviços e programações turísticas que visam oferecer boa estadia a turistas - individuais ou em grupo -, versando hospitalidade, entretenimento, diversão, conhecimento cultural e contato com diferentes realidades e convivências.

Fonte: Elaborado pela autora (2023) a partir de dados de SESC (2015).

2) SESI-GO: Atividades promovidas

As ações desempenhadas pelo SESI-GO estão dispostas no site da instituição² e se subdividem, preliminarmente, em atividades voltadas à indústria e atividades voltadas à comunidade, isto é, os indivíduos sem vínculo ao meio industrial. Dentre essas divisões, as demais atividades são interligadas às categorias de Educação, Esporte, Clube, Saúde, Cultura, Promoção da Saúde e Responsabilidade Social, no caso daquelas voltadas para a Indústria, e às categorias de Educação, Esporte, Clube, Saúde e Cultura, no caso daquelas voltadas para a comunidade.

Dentre as atividades voltadas à categoria Esporte, vinculada à Indústria, as atividades ofertadas se vinculam aos Jogos Internos e à Corrida SESI do Trabalhador. Suas descrições podem ser visualizadas na Tabela 4:

Tabela 4 – Esporte para a Indústria

Jogos internos	Competições esportivas destinadas ao trabalhador das empresas industriais do Estado de Goiás, que agregam valores aos participantes contribuindo para a melhoria da saúde, qualidade de vida do trabalhador e principalmente contribuindo para o fortalecimento da produtividade do setor industrial e diminuindo o absenteísmo.
----------------	--

² Disponível em: <https://sesigoias.com.br/sesi/site/Home.do?v=h> acesso em 23/06/2023

Corrida SESI do trabalhador	Corrida de rua voltada ao trabalhador da indústria e seus dependentes, bem como a comunidade em geral, com os objetivos de criar oportunidades ao trabalhador da indústria e demais pessoas da comunidade a participação da modalidade esportiva em atletismo, adotando provas de longa distância, ampliar a quantidade de participantes de corrida com trabalhadores e dependentes da indústria, aumentar a quantidade de participantes de Corrida de Rua na Comunidade em geral
-----------------------------	---

Fonte: Elaborado pela autora (2023) a partir de dados de SESI (2022)

Dentre as atividades voltadas à categoria Clube, essa vinculada à Indústria e à Comunidade de maneira idêntica, as atividades ofertadas se vinculam à oferta de nove unidades do SESI com clubes espalhadas pelo estado de Goiás, contando com a disponibilidade de atividades recreativas diversas, áreas livres, camping, churrasqueiras, ginásios, campos e quadras poliesportivas, locação de espaços para eventos, locação de quadras e campos, parque aquático e sauna (SESI, 2022).

Dentre as atividades voltadas à categoria Cultura, essa vinculada à Indústria e à Comunidade de maneira idêntica, as atividades ofertadas se vinculam ao Teatro SESI e ao projeto Caminhão da Cultura. Suas descrições podem ser visualizadas na Tabela 5:

Tabela 5 – Cultura para a Indústria

Teatro SESI	Complexo com espaços para todas as expressões artísticas: teatro, dança, música, circo, exposições de artes plásticas, lançamentos literários e oficinas integradas às atividades de lazer e entretenimento do tradicional SESI Clube Antônio Ferreira Pacheco, onde o centro cultural foi construído.
Caminhão da cultura	Projeto de caráter socioeducativo desenvolvido por meio de ações de lazer e cidadania que realizadas em empresas, escolas, clubes, associações, ruas e praças, envolvendo e mobilizando usuários do Sistema Fieg e a comunidade.

Fonte: Elaborado pela autora (2023) a partir de dados de Teatro SESI (2022) e SESI (2022)

Dentre as atividades voltadas à categoria Esporte, vinculada à Comunidade, as atividades ofertadas se vinculam ao SESI Esporte, ao Atleta do Futuro e ao Adulto em Exercício. A descrição de cada atividade pode ser vista na Tabela 6:

Tabela 6: Esporte para a Comunidade

SESI Esporte	Desenvolvimento de ações no meio esportivo e atividade física, com intuito de educar os participantes para uma vida mais ativa e ocupando o tempo livre com práticas saudáveis.
Atleta do Futuro	Ação sócio-educativa em parceria com a indústria, através de aulas de formação esportiva em diferentes modalidades para crianças e adolescentes de 06 a 15 anos em prol do desenvolvimento das habilidades motoras, da aptidão física e da adoção de valores positivos do esporte.

Adulto em Exercício	Oferta de práticas que contribuam na melhoria da saúde, através de atividades que agregam valores socio-educativos, disseminando o comportamento preventivo e o gerenciamento do stress. As atividades podem ser de hidroginástica, natação, alongamento, musculação, caminhadas, ginástica localizada, yoga, palestras educativas, atividades recreativas, festas de confraternização, passeios e excursões
---------------------	--

Fonte: Elaborado pela autora (2022) a partir de dados de SESI (2022).

O que isso nos mostra?

Expostas as atividades desenvolvidas pelo SESC-GO e pelo SESI-GO, podemos trazer à tona uma interpretação a despeito das mesmas. Em um primeiro plano, é possível atribuir que as atividades corroboram para com a manutenção, não apenas de uma mentalidade capitalista, mas também de uma disciplinarização dos trabalhadores em prol da mesma e de uma manutenção da própria lógica constituída pelo modo de produção, fundamentada na competição, na reificação e na mercantilização.

O SESI-GO e o SESC-GO guardam consigo uma busca incessante pelo controle, pacificação e fortificação dos corpos dos trabalhadores, que fica em evidência, sobretudo, a partir das atividades voltadas ao esporte. Se observarmos a Tabela 1, a partir da abordagem descritiva das práticas do SESC para o esporte, vislumbramos que há uma inquietação constante na formação de corpos saudáveis, dispostos à prática do labor e à produtividade; o argumento entra em evidência diante da Tabela 4, onde são descritas as práticas esportivas do SESI-GO à indústria, de modo que a instituição deixa em evidência seu intuito em contribuir com a “[...] qualidade de vida do trabalhador e principalmente contribuindo para o fortalecimento da produtividade do setor industrial e diminuindo o absenteísmo.” (SESI, 2022, s.p).

O controle, todavia, não se encerra na busca pela constituição dos corpos fortes e saudáveis para o labor. O mesmo se insere, também, na divulgação da teia ideológica corporativa, de modo que o esporte guarda enquanto objetivação, também, a construção dessa mentalidade produtiva, fascinada pelo trabalho. Na fundamentação justificativa do SESI Esporte, descrito na Tabela 6, o SESI (2022, s.p) afirma seus objetivos em estabelecer a promoção do esporte sob um caráter “[...] sócio educativo, fundamentado na participação, na formação e no rendimento, tendo em vista um aprendizado prático de valores com integração social, espírito de equipe e valorização pessoal.”.

Observa-se, assim, essa busca constante no estabelecimento de relações de disciplinarização. Desde a ânsia pela constituição de rotinas por meio de todas as

atividades ofertadas pelas instituições, até a própria oferta de atividades fundamentadas em componentes eletrônicos, é evidente a constituição de uma educação mecanicista, capaz de absorver comportamentos que levam a uma maior produtividade no âmbito de trabalho.

Outro elemento da ideologia capitalista evidente nas atividades ofertadas pelas instituições diz respeito à competição e à incompatibilização dos trabalhadores. Não apenas a distribuição de atividades do SESI-GO deixa evidente esse movimento, através da distinção indústria *vs* comunidade, como também a maior parte das práticas das instituições têm a fundamentação em *competir*. A competição, nesse sentido, é voltada a essa “preparação ao capitalismo” através do lazer, mas também às táticas de trazer, no espaço lúdico, a visão de luta dos trabalhadores entre si, e não fundamentada nos acordos da luta de classes.

A ânsia pela maior ocupação possível de tempo dos trabalhadores, também se revela enquanto um dos pontos centrais nas atividades promovidas pelo SESI-GO e pelo SESC-GO. Iluminados pela concepção funcionalista e capitalista de lazer, as instituições fornecem atividades que preencham as brechas dos finais de semana, feriados e férias. Ilustra essa constatação a colônia de férias desenvolvida pelo SESC – descrita na Tabela 2 –, capaz de agregar indivíduos de múltiplas faixas etárias.

Além disso, sendo as atividades fundamentadas em concepções do lazer que visam a fortificação do modo de produção capitalista, as mesmas resguardam em si características específicas vinculadas ao mesmo. A massificação ou a própria efemeridade das ações desenvolvidas – evidente, sobretudo, no caso dos clubes, como o Clube Antônio Ferreira Pacheco, ou nas práticas de turismo (descritas na Tabela 3) – evidenciam que, se no capitalismo *tudo que é sólido se desmancha no ar*, os momentos usufruídos fora do espaço de labor também se resguardam em tais caracterizações, sendo suscetíveis à descartabilidade ou à troca e consumo constantes.

Por fim, entra em evidência o aspecto do espetáculo, retratado a partir dos grandes eventos promovidos pelas instituições – como é o caso das reuniões festivas descritas na Tabela 2 –, ou de uma das modalidades dos eventos físico-esportivos ofertados pelo SESC, a *Apresentação esportiva*, descrita pela instituição enquanto “[...] um evento com clientes participantes e plateia, que objetiva uma apresentação esportiva de cunho não competitivo para a difusão dos valores estéticos e positivos dos esportes” (SESC, 2015, s.p). À luz da

teoria de Guy Debord (1997) a despeito da *sociedade do espetáculo*³, é evidente o vínculo de tais ações à constante manipuladora do capitalismo, versada na produção imagética constante para o exercício do poder.

Considerações Finais

O intuito para a realização da presente pesquisa se concentrava, sobretudo, na resposta à pergunta de “como o SESC-GO e o SESI-GO atuam no âmbito da configuração cultural da cidade de Goiânia?”. A partir de tal questão mobilizadora, estendemo-nos à busca e interpretação das nuances que compõem o histórico fundacional e de funcionamento das instituições em questão.

A despeito do momento convergente à fundação do SESI e do SESC, observa-se sua convergência à Conferência de Teresópolis, tal como à Carta pela Paz Social, que se apresentou enquanto um dos maiores símbolos de tal evento; mencionar o caso do documento em questão se reflete enquanto algo de grande valor à compreensão dos arranjos intervencionais das instituições no município em virtude de seu próprio teor, versado na busca por uma conciliação de classes e objetivo pela criação de uma aura de progresso no país. Ademais, a temática do trabalho se reflete nesse e em outros documentos sob uma aura valorativa, no sentido de ser algo que converge à dignificação do indivíduo.

Quando se parte à análise das atividades fomentadas e difundidas pelas instituições, outra percepção que se estende é, no campo da arte, um paralelo à ideia de espetacularização, que se reflete sobretudo no âmbito teatral fomentado pelo SESI-GO. Além disso, não raramente é vislumbrado um paralelo com a ideia de competitividade; ainda que essa tenha seu maior no campo das atividades voltadas ao lazer, sobretudo naquelas de teor esportivo, não raramente o SESI realiza concursos voltados à questão artística – a título de exemplificação é possível mencionar o Concurso SESI Arte Criatividade, que conta com a participação de diversos tipos de manifestações artísticas produzidas por trabalhadores industriais.

Em paralelo, centrando nas atividades ligadas ao lazer, essas se configuram com força ao ideal de afastamento do trabalhador em relação ao local de trabalho, bem como às

³ “[...] O mundo sensível é substituído por uma seleção de imagens que existem acima dele, ao mesmo tempo em que se faz reconhecer como o sensível por excelência. [...] O mundo ao mesmo tempo presente e ausente que o *espetáculo* apresenta é o mundo da mercadoria dominando tudo que é vivido” (DEBORD, 1997, p.29).

caracterizações apresentadas que compõem o lazer na contemporaneidade. Assim, a efemeridade, a descartabilidade, a massificação e a própria massificação são nuances que permeiam as atividades para a ocupação do tempo livre investidas pelo SESI e pelo SESC.

Assim, respondendo à pergunta proposta na presente pesquisa, e retomando, uma vez mais, a cultura enquanto um emaranhado de elementos que guiam a ação dos indivíduos dentro de um determinado meio, podemos afirmar que o SESI-GO e o SESC-GO atuam de maneira a trazer esse ideal burocrático e de controle social, bem como fulgor pelo trabalho e pela competição à ordem do dia. A mercantilização da vida, a massificação e a padronização das atividades, passam a ser vistas enquanto elementos normais, inerentes à vida social.

Referências

ADORNO, T. *Tempo Livre*. In. ADORNO, Theodor. Indústria cultural e sociedade. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

BERNARDO, J. *Algumas reflexões acerca do livro Democracia Totalitária*. 2005. Disponível em: <https://view.officeapps.live.com/op/view.aspx?src=http%3A%2F%2Fwww.afoiceemartelo.com.br%2Fposfsa%2FAutores%2FBernardo%2C%2520Jo%25C3%25A3o%2FSobre%2520o%2520Democracia%2520Totalit%25C3%25A1ria.doc&wdOrigin=BROWSELINK> acesso em: 27/08//2022.

BERNARDO, J. Arte e Espelho. *Passa Palavra*. Mai. 2021. Disponível em: <https://passapalavra.info/2021/05/138186/> acesso em: 20/06/2023

BOURDIEU, P. *As regras da arte: gênese e estrutura do campo literário*. São Paulo: Companhia das Letras, 1996.

BOURDIEU, P. *Escritos de educação*. Petrópolis: Vozes, 1998.

COSTA, A.C; ARAÚJO, M.A. Filosofia da cultura e educação: as implicações simbólicas e culturais regionais/locais na prática pedagógica escolar no contexto de uma escola em Feira de Santana/BA. *Anais dos Seminários de Iniciação Científica*. n.20, Mar. 2018.

DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 1997.

DUMAZEDIER, J. *Lazer e Cultura Popular*. São Paulo: Perspectiva, 2004.

EAGLETON, T. *A ideia de cultura*. Lisboa: Temas e Debates. 2000.

GEERTZ, C. *A interpretação das culturas*. Rio de Janeiro: Zahar Editores. 1989.

GRAEBER, D. Sobre o Fenômeno dos Empregos de Merda. *Uma (in)certa antropologia*. Jan. 2014. Disponível em: <https://umaincertaantropologia.org/2014/01/15/david-graerber-sobre-o-fenomeno-dos-empregos-de-merda/> acesso em: 20/06/2023.

MARX, K; ENGELS, F. *A ideologia alemã*. São Paulo: Boitempo, 2007.

OSTROWER, F. *Universos da Arte*. Campinas: Editora Unicamp, 2013.

PADILHA, V. Os fios invisíveis do capital costuram trabalho, lazer e consumo. In. SANTOS, C.P.; ALMEIDA, F.M. (Org.). *Lazer, trabalho e consumo: a dinâmica mercantil e os impactos socioculturais*. Curitiba: CRV, 2018.

POLESE, P. Controlar os trabalhadores (I) A fusão entre trabalho, lazer e vigilância. *Passa Palavra*. Mai. 2016. Disponível em: <https://passapalavra.info/2016/05/108295/> acesso em: 20/06/2023.

SANTOS, C.P. Controle e disciplina na organização capitalista do trabalho. *Em Debate*. v. 1, n. 4, 2010.

SANTOS, C.P. *Os ciclos do lazer: disciplina e controle social*. In. SANTOS, C.P.; ALMEIDA, F.M. *Lazer, trabalho e consumo: a dinâmica mercantil e os impactos socioculturais*. Curitiba: CRV, 2018.

SESC. *Carta da Paz Social*. Rio de Janeiro. 2012.

SESI. *Adulto em exercício*. Disponível em: <https://sesigoias.com.br/sesi/site/Institucional.do?vo.codigo=162&v=0&institucional=Para%20Voc%EA> acesso em: 21/06/2023.

SESI. *Atleta do futuro*. Disponível em: <https://sesigoias.com.br/sesi/site/Institucional.do?vo.codigo=161&v=0&institucional=Para%20Voc%EA> acesso em: 21/06/2023

SESI. *Caminhão da Cultura*. Disponível em: <https://sesigoias.com.br/sesi/site/Institucional.do?vo.codigo=38&v=4> acesso em: 21/06/2023.

_____. *Clube*. Disponível em: <https://sesigoias.com.br/sesi/site/Institucional.do?vo.codigo=139&v=1> acesso em: 21/06/2023.

_____. *Corrida SESI do Trabalhador*. Disponível em: <https://sesigoias.com.br/sesi/site/Institucional.do?vo.codigo=195&v=1&institucional=Para%20Ind%FAstria> acesso em: 21/06/2023.

_____. *SESI Esporte*. Disponível em: <https://sesigoias.com.br/sesi/site/Institucional.do?vo.codigo=156&v=0&institucional=Para%20Voc%EA> acesso em: 21/06/2023.

_____. *Jogos Internos*. Disponível em: <https://sesigoias.com.br/sesi/site/Institucional.do?vo.codigo=176&v=1&institucional=Para%20Ind%FAstria> acesso em: 21/06/2023.

TEATRO SESI. *História*. Disponível em:
<http://www.teatrosesi.com.br/teatrosesi/site/TeatroHistorico.do?vo.chave=historia> em:
em: 21/06/2023. acesso

Texto aprovado para publicação em 28 de setembro de 2022.

Memória e Sociedade em Ecléa Bosi: uma leitura metodológica e sociológica

José Soares *

Para escrever *Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos*, Ecléa Bosi, procurou, através da técnica da pesquisa história de vida reconstituir a memória dos indivíduos no âmbito de cotidianidade. Para isso não recorreu apenas ao método dialético (à relação vida entre sujeito e objeto, quantidade/qualidade, e vice-versa); ela penetrou fundo no campo da psicologia social, foi mais além, fez incursões pela filosofia, passando pela antropologia e a sociologia, para elaborar uma *história de vida*, a partir de seu próprio método. A autora consegue conciliar, com extrema riqueza e competência, as mais diferentes abordagens metodológicas, para chegar a uma importante síntese: a recomposição do quadro de memória da evocação em disciplina (no sentido de repor a memória como trabalho), da memória-trabalho. Nesse sentido, a autora afirma que:

O principal esteio do meu método de abordagem foi a formação de um vínculo de amizade e confiança com os recordadores. Esse vínculo não traduz apenas uma simpatia espontânea que se foi desenvolvendo durante a pesquisa, mas resulta de um amadurecimento de quem deseja compreender a própria vida revelada do sujeito (Bosi, 1995, p. 37-38).

As narrativas do livro retratam o apanhado de memórias de velhos, uma camada da população subjugada pela dependência e opressão marcada pela sociedade capitalista assinalada pela exploração do trabalho assalariado impedindo o velho de exercer sua função social. O velho acaba sendo literalmente excluído da sociedade! Logo, trata-se de uma memória social, uma psicologia do oprimido, o qual revela de como a diferença de seus trabalhos é determinante na produção de lembranças. É possível recuperar a memória a partir dos relatos de algumas pessoas entrevistadas pela autora que expressam o momento histórico do fim da Primeira Grande Guerra (1914-1918), marcado por uma miséria extrema e grande onda de fome, bem como do impacto da gripe espanhola que atingiu grande parte da população brasileira. Como bem expressa essa passagem:

* Doutor em Sociologia pela UnB - é professor de Sociologia do Instituto de História e Ciências Sociais da UFCAT/GO, é coautor do e-Book *A nova (e a antiga) realidade do mais-valor: Diálogos sobre trabalho e capitalismo no século XXI* (Foz do Iguaçu, CAEC, 2022). E-mail: josesoares@ufcat.edu.br.

Lembro muito da gripe espanhola porque fiquei bem ruim. Todos, menos o Alfredo, pegaram a gripe na minha casa. Foi dado esse nome porque nesse tempo vinham muitos espanhóis para cá e logo depois veio a gripe. Era tanta gente que morria que não havia possibilidade de atender a todos. Quem tinha caminhão se prontificava a carregar os mortos até o lugar indicado pela Santa Casa. São Paulo não tinha o preparo de hoje, não tinha injeções. Foi uma gripe tão agressiva que já não davam conta de fazer remédios. Só limão. Numa certa hora acabaram também os limões em São Paulo. Eu comia muito pouco, só tomava água com limão. Eu cheguei a ver meu caixão. O médico disse que a gripe tinha três tempos: fraco, forte, mata. Eu tinha pegado a forte (Bosi, 1995, p. 130).¹

Para recuperar a memória social, a autora investiu, em profundidade, no pensamento filosófico metafísico da Henry Bergson (a rica fenomenologia da lembrança que ela persegue em sua obra), na psicologia social de Maurice Halbwachs (para quem a memória não é sonho, é trabalho; nos quadros sociais da memória, a memória da pessoa está ligada diretamente ao grupo; e esta por sua vez, à memória coletiva de cada sociedade), passando por Benjamin (a arte da narrativa: o narrador como mestre do ofício que conhece seu mister; o narrador que tira o que narra da sua própria experiência e a transforma em experiência dos que o escutam), Simone de Beauvoir (ao tratar da memória da velhice, da reificação social a que o velho é submetido, na sociedade de classes...), Bartlett (a matéria da recordação - o que se lembra – e o modo da recordação - como se lembra; ou seja; “fica” o que significa. E não fica do mesmo modo: às vezes quase intacto, às vezes profundamente alterado).

Como bem ressalta Procópio e Azevedo (2019), a filósofa Simone de Beauvoir foi uma pioneira e uma das mais influentes escritoras no mundo, deixando uma vasta obra sobre o tema, que se transformou em um legítimo legado à humanidade. No entanto, a publicação do livro intitulado *A Velhice*, em 1970, estremeceu a sociedade, especialmente dos países ocidentais, expondo, de forma contundente e crítica, a exclusão, o abandono e o desprezo experienciados, de maneira desumana, pelos velhos na sociedade do espetáculo (Debord, 2017).²

¹ Depois de um século, estamos vivenciando algo semelhante, com a pandemia da Covid-19 que, no Brasil, já se aproxima de 700 mil mortes e mais de seis milhões no mundo, causando uma verdadeira hecatombe, sendo a maioria de idosos e idosas. São tempos difíceis de pandemia e de pandemônio, marcados pela política negacionista e profascista do governo Bolsonaro. São os contornos de nossos trágicos tempos: destrutivo, letal e belicista, como bem assinala o sociólogo Ricardo Antunes (2022).

² A partir de Guy Debord, Iná Camargo Costa entende que: “Para destruir a sociedade do espetáculo é preciso pôr em ação uma força prática. A teoria crítica do espetáculo só se torna verdadeira ao unificar-se à corrente prática da negação da sociedade de classes. E esta negação, a retomada da luta de classes revolucionária, se tornará consciente de si ao desenvolver a crítica do espetáculo, que é a teoria das suas condições reais, as condições práticas da opressão atual” (Costa, 2017, p. 2).

A autora retoma ainda, na esteira de Jacques Loew, a comunidade de destino³ (o envelhecimento, a memória de velhos), para enfatizar a dialeticidade existente entre sujeito/objeto e objeto/sujeito no que diz respeito aos procedimentos metodológicos utilizados em sua pesquisa:

Nesta pesquisa fomos ao mesmo tempo sujeito e objeto. Sujeito enquanto indagávamos, procurávamos saber. Objeto quando ouvíamos, registrávamos, sendo como que um instrumento de receber e transmitir a memória de alguém, um meio de que esse alguém se valia para transmitir suas lembranças (...) Significa sofrer de maneira irreversível, sem possibilidade de retorno à antiga condição, o destino dos sujeitos observados (Bosi, 1995, p. 38).

Para estruturar sua obra, Ecléa Bosi segue as seguintes démarches metodológicas: 1) começa pela reflexão mais geral sobre o fenômeno da memória em si, passo a marcar o seu nexos íntimo com a vida social; 2) procuro entender a função de memória na velhice 3) transcreve, em seguida, o resultado das entrevistas com os oito sujeitos; 4) para, enfim, comentar os resultados e segurar alguns dos fios teóricos desenrolados desde o princípio do trabalho (Bosi, 1995).

O que nos parece surpreendentemente extraordinário, e até inaudito, na pesquisa realizada por Ecléa Bosi, é que, mesmo sem se preocupar com a veracidade dos fatos históricos narrados pelos seus entrevistados, ela acaba reconstituindo parte da história social do país. De acordo com a técnica desenvolvida pela autora, não é sua preocupação confrontar fontes oficiais e documentais para justificar sua pesquisa. Usando de toda franqueza e de uma honestidade intelectual imprescindíveis aos grandes pesquisadores, a autora (1995, p. 37) faz a seguinte ressalva:

Não dispomos de nenhum documento de confronto dos fatos relatados que pudesse servir de modelo, a partir do qual se analisassem distorções e lacunas. Os livros de história que registram esses fatos são também um ponto de vista, uma versão do acontecido, não raro desmentidos por outros pontos de vista. A veracidade do narrador não nos preocupou: com certeza seus erros e lapsos são menos graves em suas consequências que as omissões da história oficial. Nosso interesse está no que foi lembrado, no que foi escolhido para perpetuar-se na história de sua vida.

³ A ideia de comunidade de destino é proposta por Jacques Loew (padre militante Memória e sociedade em Ecléa Bosi), e, caso queira, colocar um subtítulo “Uma leitura metodológica e sociológica na trajetória de vida. Segundo Jacques Loew, é preciso que se forme uma comunidade de destino, para que se alcance a compreensão plena de uma dada condição humana. A expressão foi inspirada por quem viveu a conversão pelo deslocamento completo, assumindo por exemplo o trabalho operário como uma missão. A expressão designa, sob risco de algum enfraquecimento, o compromisso irreversível com a sorte e o azar dos oprimidos, um compromisso para a vida toda, um compromisso interior e de trabalho ombro a ombro, veio designar a amizade e a parceria (Gonçalves Filho, 2003).

Esta foi uma opção metodológica da autora, poderia ser outra... O silêncio dos vencidos, por exemplo, já foi focado, sob diferentes prismas, várias abordagens sociológicas, historiográficas ou até mesmo antropológicas.⁴

De qualquer forma, o livro *Memória e Sociedade*, de Ecléa Bosi, causou-me forte impressão. Em primeiro lugar, por ser um estudo sério, científico, que recorre a “história de vida”, participante, para recuperar a memória social e o modo de vida das pessoas, de homens e mulheres, tanto de classes trabalhadoras como das camadas médias, “baixa” e “alta”. Sociologicamente falando, a história de vida pode ser definida como um relato das situações sociais vividas por um indivíduo, ordenadas cronologicamente. Em segundo lugar, pelo fato de a autora ter recorrido a uma determinada prática de pesquisa que procurou utilizar como recurso a técnica de gravador no registro da informação viva de seus entrevistados.

O que chama a atenção de todos nós é que, utilizando todo um instrumental de trabalho, a técnica de gravador e a transcrição deste material para a escrita, seguido da composição/síntese desse material, tenha chegado ao projeto inicial, conseguindo responder aos questionamentos colocados, permitindo assim a divulgação e a publicação do trabalho para um público o mais amplo possível. E foi com base nessas histórias de vida, nos relatos vivos em suas experiências, desses oito atores sociais, que a autora conseguiu reconstituir as lembranças e as memórias históricas de uma geração de velhos. Como bem lembra a autora: “Não pretendi escrever uma obra sobre memória tampouco sobre velhice. Fiquei na intersecção dessas realidades: colhi memórias de velhos” (p. 39).

A memória, onde navegam as histórias de vida narradas, é um engenho delicado para todos. Ela é e precisa ser imprecisa e inventiva, pois muito da plasticidade da existência cabe a ela. As memórias jamais devem se enrijecer, sob pena de perder os códigos que conformam seu funcionamento. Seus mecanismos rejeitam a rigidez, colocam em suspensão o que é repetitivo e perseguem a invenção. A fruição da memória faz eco aos fluxos e ao imponderável da vida, ofuscando o que é convencional, individual ou socialmente. O que importa ao sujeito é a forma como a coisa foi vivida, ou seja, como determinada vivência pregressa compõe com os fatos e elementos afetivos atuais.

A memória é fazer constante, movente. Para Ecléa Bosi, “a memória não é sonho, é trabalho (...) lembrar não é reviver, é refazer, reconstruir, repensar com ideias de hoje, as

⁴ Ver DE DECCA, Edgar S. O silêncio dos vencidos. São Paulo: Brasiliense, 1988.

experiências do passado”. Lembrar não é viver de novo, é construir - sempre de outro jeito - o vivido, que se torna novo, nosso. A memória não é um estado de coisas, uma bagagem, não é segura, confiável ou blindada (como costumamos pensar). A memória é processo: deslocamento (Bosi, 1995).

A autora, ao longo de sua pesquisa, nos sugere que não se limitou apenas a transcrição pura e simples das fitas gravadas; ela procurou apreender e captar nos depoimentos recolhidos o reordenamento dos fatos, fazendo recortes para evitar a monotonia e a repetição, depurando assim as narrativas, privilegiando e conservando sua validade como documento histórico escrito. Esse é um detalhe muito importante, porque no mais das vezes, nas histórias de vida, nos trabalhos realizados, o material recolhido nem sequer é analisado, recortado para possível utilização. Não é o caso de Ecléa. Em sua obra, os depoimentos expressam a vivência de diferentes atores sociais. Com isso fica claro o quanto é desperdiçado de histórias vivas, de memória individual e coletiva, de seres humanos de carne e osso, que atuam sobre a sociedade humana, com base na *práxis* social cotidiana. Seres esses que fazem história, que criam, labutam, brincam, produzem, vivem, crescem e morrem. Quantas histórias de vida se perdem todos os dias simplesmente por não serem devidamente registradas, documentadas! O que é uma perda para as próprias Ciências Sociais, que não consegue acompanhar essa riqueza de conhecimento, que são as inúmeras histórias de vida, que brotam e nunca são registradas.

A partir das lembranças de personagens vivos, a autora vai recompondo, magistralmente, cada quadro de memória, que ora expressa momentos de alegria, tristeza, angústia, solidão, abandono, descaso, mas expressa igualmente opressão, sofrimento, repressão, discriminação, dependência, crueldades, das quais os velhos são vítimas, em uma sociedade marcada fundamentalmente pelas contradições de classes, pela concorrência e pela competitividade. Nessa sociedade da vida e da morte, o mercado e a “livre iniciativa” é que são enaltecidos, as relações sociais são fetichizadas; o mundo da coisidade adquire vida, é a desrealização do ser social, como bem define Marx em *O Capital* (1983).

A pesquisa da Ecléa tem algumas particularidades: a idade de seus 8 (oito) interlocutores ultrapassa 75 de idade; onde alguns de nível médio a superior, outros de baixas camadas sociais. São eles: D. Alice, D. Brites, Sr. Abel, Sr. Amadeu, Sr. Ariosto, Sr. Antônio, D. Risoleta e D. Jovina. As histórias de vida desses personagens cobrem um

vasto painel, que vai desde à infância, adolescência, juventude, cobrindo o período início do século atual até os nossos dias. Como é possível constatar, os participantes se atêm muito mais aos acontecimentos pretéritos do que nos atuais. O que é bastante comum nas pessoas com idade mais avançada.

No meu campo de observação estavam velhos recordadores que nasceram no começo do século XX no Brasil. Os anos 1920 e 30 formam a substância de suas lembranças. Pertenceram (uso o pretérito porque eles já se foram) quase todos à classe média baixa que se constituiu com a migração europeia em São Paulo (Bosi, 2003, p. 21).

A autora descreve memórias de oito velhos. O primeiro relato é de Dona Alice que diz ter se sentido muito honrada com a entrevista, refutando a importância do exercício de lembrar; relembrou com mais interioridade do que o senhor Amadeu, este que destacou suas experiências trabalhistas. O senhor Ariosto, por sua vez, enfocou que esse processo de rememoração o fez rejuvenescer; citou que os velhinhos merecem mais compaixão, pois usando as palavras do senhor Amadeu: “eles também trabalharam”. Contrastando com os demais, o senhor Abel é o que aparenta ter uma condição financeira mais elevada; o senhor Antônio, é o que não mora em abrigo, mas com a sua esposa, Rosa. Dona Jovina foi professora e hoje (entendido aqui como sendo o momento da entrevista), cuida de refugiados políticos. Dona Brites, sua irmã, foi dos entrevistados, a mais intelectualizada, teve uma participação culturalmente política em sua juventude. Em conformidade com os (re) sentimentos de todos, Dona Risoleta, a menos abastada dos oito, expressou através de signos linguísticos simbólicos, que se sentiu feliz ao momento da “rememoração”, pois estava “burilando o seu espírito” (Sobreira, 2013).

Bergsonianamente falando, em *Matéria e Memória* (1999), poderíamos afirmar que o espírito abarca o passado, ao passo que o corpo está confinado num presente que recomeça sem cessar. Mas lembramos o passado apenas porque nosso corpo conserva ainda presentes os traços dele. As impressões que os objetos imprimem no cérebro aí permanecem como imagens numa placa sensível ou fonográfica, que da mesma forma que o disco repete a melodia quando o aparelho é acionado; o mesmo ocorre com o cérebro que ressuscita a lembrança quando a estimulação desejada se produz no ponto em que a impressão está depositada. Assim a alma não ultrapassa o corpo nem no espaço nem no tempo... No tempo, o corpo é matéria, a matéria está no presente e, se é verdade que o passado aí deixa seus traços, são traços de passado apenas para uma consciência que os

percebe e interpreta o que percebe à luz do que ela recorda: a consciência, ela sim, retém o passado, enrola-o sobre si própria na medida em que o espírito, o corpo, a memória, a matéria e a consciência, enfim, todos os conceitos, toda à fenomenologia bergsoniana, são apreendidos por Ecléa Bosi, com muita propriedade, no sentido de reter o que há de mais importante na contribuição filosófica de H. Bergson, para compreender a relação: matéria e memória. Bergson opera com um conceito muito importante, o de duração, que, ao que parece, nos ajuda compreender o papel da memória diante dos fatos.

Para Bergson (1999), com seu método introspectivo, ao contrário de Halbwachs (2004b) - que dá ênfase à memória como fenômeno social, não há estado de alma, por mais simples que seja, que não mude a cada instante, pois não há consciência sem memória, não há continuação de um estado sem adição, ao sentimento presente, da lembrança de momentos passados. Nisto consiste a duração. A duração interior é a vida contínua de uma memória que prolonga o passado no presente, seja porque o presente encerra distintamente a imagem incessantemente crescente do passado, seja, mais ainda, porque testemunha a carga sempre mais pesada que arrastamos atrás de nós, à medida que envelhecemos. Sem esta sobrevivência do passado no presente, não haveria duração, mas somente instantaneidade. A grandeza maior de Ecléa Bosi está em ter sabido conciliar, na arquitetura de sua intersecção metodológica, a somatória de elementos compósitos de outras abordagens teóricas, para daí, buscar, através da realidade social, a reconstituição da memória de velhos.

O *locus* privilegiado de sua pesquisa é a cidade de São Paulo, o centro nervoso do proletariado industrial, e das grandes contradições sociais, e de classes. No âmbito desse *locus*, conforme lembra a autora, “existem certas classes que atribuem a si o conhecimento; e a opinião, ao povo. O limite entre a opinião sadia e a demência não é traçado pelo conhecimento do concreto, mas por essas classes. A sua opinião se substitui à verdade do fato” (Bosi, 1992, p. 115).

A realidade social é reificada. E a reificação das relações sociais (lembrada tantas vezes por Marx e por outros pensadores), como bem o sabemos, significa conceber os produtos humanos como se eles fossem outra coisa que não produtos humanos: realidades da natureza, efeitos de leis cósmicas, ou revelações de uma vontade divina. Implica também no esquecimento do ser humano como autor do mundo humano, ou seja, uma relação onde a dialética entre produtor humano e os seus produtos se perdeu, ou se

hipostasiou. Um mundo reificado é, antes de tudo, um mundo desumanizado. E não é esse o mundo, em que Ecléa Bosi procurou pesquisar, através de seu próprio método, a interseção dessas complexas realidades, para colher memórias de velhos?

Aqui, Ecléa Bosi, parece levantar, a um só tempo, uma preocupação de caráter metodológico e epistemológico:

Como passar opinião para o conhecimento? Pensar não é uma atividade subjetiva, é um relacionamento entre sujeito e objeto. É só essa relação com o objeto que nos faz passar da opinião para o conhecimento. Mas a não reciprocidade das relações entre sujeito e objeto é uma característica da nossa sociedade. O pensamento não é uma potência formal que se alimenta de si mesmo. Deve voltar-se para o mundo e, se for um pensamento prudente, deve prover com objetos os seus conceitos. A opinião sem recurso aos fatos gera uma razão interna que incorpora a si só o que lhe é semelhante, vendo em tudo confirmação de si própria. Falta-lhe a liberdade para o objeto, de que fala Hegel, que é a liberdade que o pensamento tem de assumir a diferença das coisas. E a coisa pertence ao mundo, não reatuação mecânica da opinião. Na vida prática, não temos sempre condições de transformar em conhecimento: a verdade fica sendo a opinião comum. A técnica acentua, no dia-a-dia, esse caráter mágico de não verificabilidade (Bosi, 1992, p. 116).

A dialeticidade entre sujeito-objeto, e vice-versa, é enfatizada pela autora para tentar demonstrar que a busca do conhecimento não está livre de preconceitos, da “falsa consciência, dos estereótipos, das relações sociais coisificadas. Para evitar as ‘armadilhas’, no campo metodológico ou epistemológico, o espírito não se imobiliza nem na aceitação, nem na negação, mas tem que se empenhar numa vontade em luta contra o falso, numa vontade de consciência total e prática. Tendo claro que: “só merece de nós um esforço aquilo que amarmos. Chegando ao fim deste exercício, vamos voltar ao princípio. Tudo começa numa afinidade, numa simpatia do sujeito da percepção e da ação pelo seu objeto” (Bosi, p. 118).

Parafraseando a autora, poderíamos afirmar que se coloca diante do pesquisador, do cientista, do sociólogo, do historiador, do psicólogo, a iniciativa de procurar simpatizar para que ele possa voltar às coisas, e às pessoas; e a partir daí, aprender, como queria Bergson, tratar à vida como camarada. E não foi, exatamente isso, que Ecléa Bosi conseguiu realizar, ao longo de sua obra: *Memória e Sociedade - Lembranças de Velhos*?

A construção discursiva acerca do passado/presente parte essencialmente de duas questões: “o que lembrar?” e “para que(m) lembrar?”. Nossa proposta não é praticar um reducionismo, mas pontuar como estas questões dialogam com a sociedade local. Com isso, analisaremos quais elementos contribuem para construção desta narrativa.

Primeiramente, “o que lembrar?” parte da premissa de que “é pela memória que se puxam os fios da história. Ela envolve a lembrança e o esquecimento, a obsessão e a amnésia, o sofrimento e o deslumbramento [...] Sim, a memória é o segredo da história, do modo pelo qual se articulam o presente e o passado, o indivíduo e a coletividade. O que parecia esquecido e perdido logo se revela presente, vivo, indispensável. Na memória escondem-se segredos e significados inócuos e indispensáveis, prosaicos e memoráveis, aterradores e deslumbrantes” (Ianni, 1999, p. 10).

A propósito, o sociólogo Octavio Ianni, em artigo para a revista *Caros Amigos*, referindo-se à peça teatral *Lembrar é Resistir*, de autoria de Anely A. Pinto e Izaías Almada, afirma (1999, p. 10):

Este é um magnífico e alucinado mergulho na memória e na história. Com um mínimo de elementos, resgata praticamente o acontecido. O que estava perdido ou proibido, encoberto pelo esquecimento, logo se revela vivo, tenso, contundente. Diz respeito ao indivíduo e à coletividade, à biografia e à história. Amarra o presente ao passado, pela audácia da imaginação e pelo talento da criação. Revela a estrada percorrida; alerta sobre a estrada que se percorre; prenuncia a lonjura da estrada seguindo lá longe.

Maria Luísa Magalhães Nogueira *et al.* (2017) entendem que o método (na verdade, uma técnica de pesquisa) de história de vida participa da metodologia qualitativa biográfica na qual o pesquisador escuta, por meio de várias entrevistas não diretivas, gravadas ou não, o relato da história de vida de alguém que a ele se conta. Nesse processo, a relação entre pesquisador e aquele que narra sua história é um ponto essencial e só acontece na presença de um vínculo de confiança mútua que é construído ao longo de um processo. Ao fim da escuta, todo o material é transcrito e discutido entre o interlocutor e o pesquisador, que, a partir de então, fará um mergulho analítico para buscar identificar naquele material as pistas que o ajudarão a tentar responder suas questões de pesquisa. Conforme ressalta Marilena Chauí na *Apresentação* ao livro de Ecléa Bosi (1995, p. 21): “Ler é retomar a reflexão de outrem como matéria-prima para o trabalho de nossa própria reflexão”.

Do ponto de vista da leitura metodológica, é importante ressaltar um outro aspecto relevante que a autora leva em consideração: a partir do linguista Roman Jakobson, Ecléa retoma a ideia do pesquisador, enquanto observador participante. O ponto de partida dessa síntese se encontra na seguinte afirmação: a observação mais completa dos fenômenos é a do observador participante. Uma pesquisa é um compromisso afetivo, um trabalho com o

sujeito da pesquisa. É ela tanto mais válida se o observador não fizer excursões saltuárias na situação do observado, mas participar de sua vida. Mas, em seguida, a autora parece sugerir a título de alerta para uma eventual ambiguidade. A expressão ‘observador participante’ pode dar origem a interpretações apressadas. Não basta a simpatia (sentimento fácil) pelo objeto da Revolução de 1930: o quererismo, o Estado Novo, o Integralismo de Plínio Salgado; a chamada Intentona Comunista (ANL, em 1935); a participação feminina na vida política, o voto, a Constituinte de 1946: legalização do PCB; a morte de Getúlio Vargas, em 1953, o governo JK e a política desenvolvimentista, nos anos 1950, o golpe militar de 1964 etc. Todos esses acontecimentos (e muitos outros) perpassam a memória dos atores sociais entrevistados. Nesse contexto, nos parece importante lembrar, como Leon Trotsky (2022), que “a memória dos homens sempre foi generosa com as grandes finalidades históricas da humanidade” (Trotsky, 2022, p. 196).

Mortada (2022) entende que a cadência da sociedade industrial fragmenta a memória, nos aprisiona no presente. “A sociedade industrial é maléfica para a velhice”, diz Ecléa Bosi (p. 77). O capitalismo potencializa essa propriedade fabril, na medida em que encurta os tempos, intensifica as informações e torna nossa relação com elas, com o mundo e com as pessoas superficiais. Corrói diretamente o que sedimentaria a memória. A arte de narrar é avessa, portanto, à fragmentação inerente ao trabalho alienado. Propiciá-la, em si, já consiste em uma forma de resistência.

Como bem descreve o crítico literário João Alexandre Barbosa (1995, p. 14) no Prefácio do livro de Ecléa: A partir da perspectiva benjaminiana, Ecléa Bosi sabe que “a memória é a faculdade épica *par excellence*”. Mas Benjamin vai ainda mais longe: “O narrador conta o que ele extrai da experiência - sua própria ou aquela contada por outros. E, de volta, ele a torna experiência daqueles que ouvem a sua história”.

Para Benjamin, o que distingue o narrador do romancista é que este último “isolou-se a si mesmo”. João Alexandre Barbosa (1979, p. 14), parafraseando Walter Benjamin, afirma que “O lugar de nascimento do romance é o indivíduo solitário que não é mais capaz de expressar-se a si mesmo, dando exemplos de suas mais importantes preocupações, ele próprio sem conselhos e não podendo aconselhar os outros”. Conservando-se no nível da narração (no sentido de Benjamin), Ecléa Bosi é, ao mesmo tempo, ouvinte e narradora, possibilitando a passagem pura da memória, num lance de extrema felicidade composicional (Mortada, 2022).

O sistema capitalista de exploração não tem a devida preocupação com os velhos, não investe em políticas protetivas dos idosos, que passam a ser substituídos pelo trabalho precário dos jovens. Com a nova divisão social do trabalho e a implementação das inovações tecnológicas e das mudanças organizacionais e a passagem do taylorismo e do fordismo ao toyotismo, vive-se o primado da mercadoria sobre o homem, elimina-se da indústria os velhos trabalhadores. Nessas condições, antigas profissões são extintas e o velho, descartado. Podemos observar bem essa situação no filme *Eu, Daniel Blake* (2016), de Ken Loach, que, com a ofensiva do neoliberalismo e a crise do *welfare state* e a implementação da flexibilização do trabalho, o trabalhador acabou de perder a esposa e gostaria de continuar no emprego em que está há anos, trabalhando como marceneiro, uma profissão da era fordista. Daniel Blake é um trabalhador que sofre um ataque cardíaco e busca por assistência financeira governamental, em uma cidade inglesa, nos dias atuais. Daniel busca na previdência, auxílio por incapacidade laboral já que os médicos o proibem de trabalhar pelo risco iminente de vida, mas vendo que o processo burocrático é moroso, ele decide buscar assistência por meio do seguro desemprego inglês. Por questões burocráticas, acaba não recebendo os benefícios sociais, e morre.⁵

Monteiro e Assis (2019), em sua pesquisa, apontam que, no contexto brasileiro, o processo de envelhecimento da população brasileira possui características específicas que, de certa forma, acentuam a condição estigmatizada e excludente em que essas pessoas vivem, principalmente, por se tratar de uma estrutura social marcada, historicamente, por desigualdades sociais extremas, em meio às quais a produção da riqueza está diretamente associada à exploração e espoliação da classe trabalhadora, tanto no contexto rural como nas grandes metrópoles. Chama a atenção para essa realidade quando nos fala a respeito desse fenômeno que está ocorrendo em um contexto de grandes mudanças sociais, culturais, econômicas, institucionais, reconfigurando assim o sistema de valores, os arranjos familiares (Monteiro; Assis, 2019).

⁵ Dardot e Laval (2016) afirmam que [...] o efeito procurado pelas novas práticas de fabricação e gestão do novo sujeito é fazer com que o indivíduo trabalhe para a empresa como se trabalhasse para si mesmo e, assim, elimine qualquer sentimento de alienação e até mesmo qualquer distância entre o indivíduo e a empresa que o emprega. Ele deve trabalhar para sua própria eficácia, para a intensificação de seu esforço, como se essa conduta viesse dele próprio, como se esta lhe fosse comandada de dentro por uma ordem imperiosa de seu próprio desejo, à qual ele não pode resistir (Dardot; Laval, 2016, p. 327). Ou seja, é transformar o trabalhador em déspota de si mesmo!

Indubitavelmente, a questão central é tomar o envelhecimento como um fenômeno que sofre determinações históricas, políticas, econômicas, sociais e culturais. Por conseguinte, é necessário compreender o envelhecimento dos que vivem do trabalho, já que é possível constatar uma dupla precarização, pois o trabalhador contemporâneo é, em geral, precarizado, e o envelhecimento, por sua vez, tende ao agravamento dessa precarização, uma vez que o Estado, em lugar de premiar o trabalhador idoso, castiga-o, por tornar-se menos produtivo e pela inevitável inatividade (Tavares, 2020).

Nesse sentido, para entendermos a velhice como expressão da questão social precisamos compreender o sistema capitalista, ou seja, o modo de produção capitalista caracteriza-se na forte luta de classes, sendo estas, a burguesia e o proletariado, na qual a primeira tem o seu crescimento e enriquecimento na exploração da classe trabalhadora “livre” e assalariada, tendo como principal característica a acumulação do capital, da propriedade e dos meios de produção, sendo o seu interesse pela classe proletária, esvaziado de qualquer sentido humano. E esta classe, destituída de meios de produção, amparada somente pela sua força de trabalho, sendo compelida a se submeter ao trabalho assalariado para a sua subsistência, logose vê, sem saída, nesse jogo de relações mercantis.⁶

As sociólogas Nadya Araujo Guimarães, Helena Sumiko Hirata e Kurumi Sugita (2011), ao estudarem o cuidado, as cuidadoras e o trabalho de *care* no Brasil, França e Japão observaram que a população com 65 anos ou mais desses três países em 2010, verifica-se que a sua velocidade de envelhecimento é mais pronunciada no Japão (onde os idosos alcançam 22,6% da população total). Na França (onde eles são 17%) existe uma tendência de crescimento em um futuro próximo, embora a um ritmo significativamente menor que o do Japão. Finalmente, no Brasil (onde eles representam apenas 6,9% da população total), esse incremento é mais recente, muito embora deva se constituir em um sério desafio no futuro próximo.

⁶ Com o envelhecimento de parte da classe trabalhadora, a filósofa e socióloga do trabalho Helena Hirata (2020) tem desenvolvido inúmeras pesquisas sobre cuidado, cuidadores e cuidadoras de idosos e idosas na Europa, Japão e Brasil. No Brasil não há políticas públicas para o cuidado de pessoas idosas como a APA (Allocation Personnalisée d'Autonomie) na França ou o LTCI (Long Term Care Insurance) no Japão. O Brasil carece de financiamento público do cuidado, mas também de estruturas para acolher pessoas idosas em número suficiente. A propósito da cidade de São Paulo que a oferta de equipamentos públicos de cuidado está bem abaixo da demanda porque o número de idosos na população de São Paulo é de 1.733.664 pessoas (14,75% em 2018 segundo os dados da Fundação Seade) e o número de vagas nas instituições públicas de acolhida às pessoas idosas é de apenas 19.660. O que chama a atenção é que se trata de um trabalho em grande parte precário, com baixos salários, pouco reconhecido e pouco valorizado.

Face a tais tendências, e de acordo com os critérios estabelecidos pela Organização das Nações Unidas, o Japão seria uma sociedade “superidosa” (assim qualificada quando a parcela da população com 65 anos ou mais em relação à população total é igual ou superior a 20%); a França, uma sociedade “velha” (onde essa parcela representa entre 14% e 20%) e o Brasil estaria prestes a se tornar uma sociedade “em envelhecimento” (situação em que os idosos representam entre 7% e 14% da população). Os próximos cinquenta anos vislumbram, assim, e para os três países, uma perspectiva de envelhecimento significativo das suas respectivas populações (Guimarães; Hirata; Sugita, 2011).

A sociedade rejeita o velho, não oferece nenhuma sobrevivência à sua obra. Perdendo a força de trabalho ele já não é produtor nem reprodutor. Se a posse, a propriedade, constituem, segundo Sartre, uma defesa contra o outro, o velho de uma classe favorecida defende-se pela acumulação de bens. Suas propriedades o defendem da desvalorização de sua pessoa. O velho não participa da produção, não faz nada: deve ser tutelado como um menor. Quando as pessoas absorvem tais ideias da classe dominante, agem como loucas porque delinham assim o seu próprio futuro. Nos cuidados com a criança o adulto “investe” para o futuro, mas em relação ao velho age com duplicidade e má-fé. A moral oficial prega o respeito ao velho mas quer convencê-lo a ceder seu lugar aos jovens, afastá-lo delicada, mas firmemente dos postos de direção. Que ele nos poupe de seus conselhos e se resigne a um papel passivo. Veja-se no interior das famílias a cumplicidade dos adultos em manejar os velhos, em imobilizá-los com cuidados para “seu próprio bem”. Em privá-los da liberdade de escolha, em torná-los cada vez mais dependentes “administrando” sua aposentadoria, obrigando-os a sair de seu canto, a mudar de casa (experiência terrível para o velho) e, por fim, submetendo-os à internação hospitalar. Se o idoso não cede à persuasão, à mentira, não hesitará em usar a força. Quantos anciãos não pensam estar provisoriamente no asilo em que foram abandonados pelos seus! (Bosi, 1995, p. 78-79).

Maurice Halbwachs (2004a, p. 129) conseguiu apreender muito bem a importância da atividade mnêmica como função social do sujeito que recupera suas lembranças e a trajetória histórica de suas memórias. O velho expressa a razão de ser da memória social: da família, do grupo social, da instituição, da sociedade, de sua história de vida. Nas sociedades tradicionais

os velhos são os guardiões das tradições, não só porque eles as receberam mais cedo que os outros, mas também porque só eles dispõem do lazer necessário para fixar seus pormenores ao longo de conversações com os outros velhos, e para ensiná-los aos jovens a partir da iniciação. Em nossas sociedades também estimamos um velho porque, tendo vivido muito tempo, ele tem muita experiência e está carregado de lembranças. Como, então, os homens idosos não se interessariam apaixonadamente por esse passado, tesouro comum de que se constituíram depositários, e não se esforçariam por preencher, em plena consciência, a função que lhes confere o único prestígio que possam pretender daí em diante?

Com Ailton Krenak (2018), é possível uma abordagem comparativa interessante, que vem dos escritos indígenas, demonstrando que nas comunidades tradicionais a ancestralidade e o valor da memória de um velho não pode ser, simplesmente, substituída pelo vigor e, por vezes, pela imprudência dos mais jovens. Acabamos esquecendo nossas raízes na sociedade capitalista, mas para os indígenas só tem força se conseguem mantê-las vivas, a potência vem do sujeito coletivo. Nesse sentido, seu depoimento é enfático e incisivo:

Acho que biografias, ou “autoestórias”, como prefiro têm uma potência de evocar percursos da nossa formação e da nossa vida, da nossa experiência engajada, seja no contexto local, quando você vive numa pequena comunidade, ou quando você consegue extrapolar os limites dessa comunidade onde nos sentimos protegidos pela memória e pela história. Extrapolar esses limites da comunidade é uma rara experiência que algumas pessoas realizam conscientemente, de maneira ativa. A maioria de nós, cuspidos desse ambiente confortável, da vida familiar, do convívio no caso de uma comunidade indígena, ou uma dessas comunidades autônomas que vivem nas periferias do social, esse ambiente onde a vida prospera à revelia dos arranjos políticos e em geral - é como se estivéssemos vivendo em isolamento do mundo planejado, onde acontecem muitas invenções (...) Pessoas que cresceram escutando histórias profundas que reportam eventos que não estão na literatura, nas narrativas oficiais, e que atravessam do plano da realidade cotidiana para um plano mítico das narrativas e contos. É também um lugar da oralidade, onde o saber, o conhecimento, seu veículo é a transmissão de pessoa para pessoa. É o mais velho contando uma história, ou um mais novo que teve uma experiência que pode compartilhar com o coletivo a que ele pertence; isso vai integrando um sentido da vida, enriquecendo a experiência da vida de cada sujeito, mas constituindo um sujeito coletivo (Krenak, 2018, p. 3-4).

A partir da mesma perspectiva, Daniel Munduruku (2020) procura condensar essa experiência diferente com o tempo nas comunidades tradicionais. A relação com o aqui exposto é evidente, dispensando interpretações. O tempo indígena é circular, não é linear. É o tempo da natureza. Temos apenas passado e presente. O tempo da memória e o tempo do agora. Precisamos ir ao passado para dar sentido ao nosso existir agora. Esse é o movimento circular indígena. O velho educa as crianças, estabelece o equilíbrio, a circularidade em relação ao tempo. E sabemos com é importante ouvir. Todo mundo que observa, sabe que é necessário silenciar (Munduruku apud Mortada, 2022).⁷ Visão de mundo que se contrapõe diametralmente ao eurocentrismo e o etnocentrismo que, com o *ego cogito/ego conquiro* nasceu, manifestou-se e consolidou-se no tempo da América

⁷ Cf. Live (26/08/2020): Literatura indígena, ancestralidade e autonomia da cura. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uQLvmCy1QLQ>

colonial.⁸ Do nosso ponto de vista, pode-se afirmar que o ego conquistado foi construído em torno de quatro aspectos: em primeiro lugar, o encontro com o novo mundo; em segundo lugar, a construção de um “discurso” no qual o indígena está “integrado” na nova cultura ocidental; terceiro, submissão e, em quarto lugar, a civilização, isto é, introduzir os indígenas na visão de cidadania a partir da visão da modernidade (Montano, 2017).

Em *Meu Avô Apolinário*, Daniel Munduruku manifesta uma preocupação com o momento presente, pois o líder indígena recorre à memória ancestral ou tradicional de seu povo, representado pelo avô, para resolver seus conflitos existenciais.

Só não gostava de uma coisa: que me chamassem de índio. Não. Tudo, menos isso! Para meu desespero nasci com cara de índio, cabelo de índio (apesar de um pouco loiro), tamanho de índio. (...) E por que eu não gostava que me chamassem de índio? Por causa das ideias e imagens que essa palavra trazia. Chamar alguém de índio era classificá-lo como atrasado, selvagem, preguiçoso (Munduruku, 2009, p. 11).

O livro *Meu vô Apolinário* ao tratar das memórias individuais e coletivas de Munduruku, retoma algumas ideias importantes presentes na obra de Maurice Halbwachs (2004b, p. 71-72) ao argumentar que:

Se essas duas memórias se interpenetram com frequência, especialmente se a memória individual, para confirmar algumas de suas lembranças, para torná-las mais exatas, e até mesmo para preencher algumas de suas lacunas, pode se apoiar na memória coletiva, nela se deslocar e se confundir com ela em alguns momentos, nem por isso deixará de seguir seu próprio caminho, e toda essa contribuição de fora é assimilada e progressivamente incorporada à sua substância.

Com bem aponta o pesquisador Leandro Polastrini (2012), as memórias individuais não estão totalmente isoladas e fechadas, pois, para evocar seu próprio passado, as pessoas precisam em geral, recorrer às lembranças de outras, e se projetarem em pontos de referências externos, que às vezes são determinados pela sociedade. O que fica claro é que a cultura e os povos autóctones brasileiros devem romper com o lugar de folclorização, de passado, de não ser vista apenas como um artefato. Encontramos esse discurso nas palavras do velho Apolinário:

⁸ O *ego cogito* foi precedido por um *ego conquiro*. A invasão e conquista da América inauguraram a ideia de raça em seu sentido moderno, argumenta Quijano (2005, p. 227-228): a diferença radical que pode ter se originado nas diferenças fenotípicas entre conquistadores e conquistados se consolidou a partir da formação de relações sociais fundadas no racismo e produziu novas identidades sociais: “índios, negros e mestiços”.

Nosso mundo está vivo. A terra está viva. Os rios, o fogo, o vento, as árvores, os pássaros, os animais e as pedras, estão todos vivos. São todos nossos parentes. Quem destrói a terra destrói a si mesmo. Quem não reverencia os seres da natureza não merece viver (Munduruku, 2009, p. 33).

Na Apresentação da obra, Marilena Chauí (1995, p. 18-19) discorre sobre como se manifesta a opressão dos velhos na sociedade capitalista.

Como se realiza a opressão da velhice? De múltiplas maneiras, algumas explicitamente brutais, outras tacitamente permitidas. Oprime-se o velho por intermédio de mecanismos institucionais visíveis (a burocracia da aposentadoria e dos asilos), por mecanismos psicológicos sutis e quase invisíveis (a tutela, a recusa do diálogo e da reciprocidade que forçam o velho a comportamentos repetitivos e monótonos, a tolerância de má-fé que, na realidade, é banimento e discriminação), por mecanismos técnicos (as próteses e a precariedade existencial daqueles que não podem adquiri-las), por mecanismos científicos (as “pesquisas” que demonstram a incapacidade e a incompetência sociais do velho). Que é, pois, ser velho na sociedade capitalista? É sobreviver. Sem projeto, impedido de lembrar e de ensinar, sofrendo as adversidades de um corpo que se desagrega à medida que a memória vai-se tornando cada vez mais viva, a velhice, que não existe para si mas somente para o outro. E este outro é um opressor. Destruindo os suportes materiais da memória, a sociedade capitalista bloqueou os caminhos da lembrança, arrancou seus marcos e apagou seus rastros.

É possível perceber que, em seus trabalhos metodológicos, Ecléa Bosi faz importantes recomendações. O pesquisador deve ter calma de ir a campo. Sugestão difícil diante dos prazos das agências de fomento. A confecção do roteiro dá trabalho, é instrumento que deve ser pensado. Não basta elencar temas, mas pensar também nas palavras, por mais que não leiamos o roteiro para o depoente. Ele deve ser construído com base em estudos sobre o tempo e o mundo do narrador. Ecléa (2003) recomendava não apenas o estudo da história dos acontecimentos vividos, mas a leitura de revistas, recurso a filmes, livros da época, elementos capazes de colocar o pesquisador mais próximo do que o depoente viveu (Mortada, 2022).

Nogueira et al. (2017, p. 20) parece colocar muito bem a questão, ao afirmarem que o método de história de vida é uma ferramenta que possibilita aos pesquisadores e sujeitos uma relação em que a ética e a dimensão da alteridade são fundamentais. As lembranças nesse processo não são simplesmente repetir um passado, e sim trabalho, reconstrução e deslocamento. O processo de recolher as histórias de vida se dá no tempo do encontro. Pesquisador e sujeito ao iniciarem esse processo aceitam um convite de compartilharem uma nova experiência, quando o pesquisador deve repensar

constantemente os lugares estabelecidos. A história de vida ressalta a abertura ao sujeito que narra e para isso esse encontro necessitará de interação e afeto.⁹

Ao dialogar com Ailton Krenak, Munduruku e as sociólogas Nadya Araujo Guimarães, Helena Sumiko Hirata e Kurumi Sugita (2011), procura-se (para evitar algum descompasso) ressignificar a abordagem de Ecléa Bosi, no contexto da sociedade contemporânea. Ao tratar de história e memória e do papel dos idosos na sociedade capitalista, os autores e autoras nos ajudam a compreender sociologicamente a situação e o modo de vida desses cidadãos e cidadãs em pleno século XXI. Daí a importância em procurar entender dialeticamente a trajetória de Ecléa Bosi e o elo que une as pesquisas desenvolvidas pelos autores e autores em questão. Como bem lembra o professor Samir Mortada (2022), Ecléa Bosi, com sua pesquisa, conseguiu avançar para além da necessária reconstrução de narrativas sobre as lutas dos oprimidos, sejam indígenas, mulheres, proletários, quilombolas. Ecléa, através de seu método e estilo, nos ensina outra estrutura e forma de relação com o tempo. Sua relação com o tempo é pensada, objetiva: um ato político de desalienação, de reapropriação humana do tempo e da experiência roubados pelo capital. O estilo de Ecléa é, em si, um ato político, instrumento de resistência necessário no atual contexto em que vivemos.

Considerações finais

À guisa de conclusão, poderíamos nos indagar, juntamente com a autora qual à forma predominante de memória de um dado indivíduo? Presumo que uma das formas corretas seria levar o sujeito a fazer sua autobiografia. A narração da própria vida é o testemunho mais eloquente dos modos que a pessoa tem de lembrar. É a sua memória. Sem esquecer, como diria Benjamin, que o perigo ameaça tanto a existência da tradição como os que a recebem. Para ambos, o perigo é o mesmo: entregar-se às classes dominantes, como seu instrumento. Para aumentar o lucro, o capitalismo procura a todo o custo aumentar a produtividade. À medida que os produtos se tornam mais abundantes, o sistema exige uma alta do rendimento. Os velhos trabalhadores não são capazes de se adaptar às

⁹ Para Bourdieu (1996), pensar a vida como uma história implica considerá-la algo que “transcorre, segundo uma ordem cronológica que também é uma ordem lógica, desde um começo, uma origem, no duplo sentido de ponto de partida, de início, mas também de princípio, de razão de ser, de causa primeira, até seu término, que é também um objetivo” (idem: 184).

cadências impostas aos operários. Ficam reduzidos ao desemprego, e a sociedade os trata como párias (Beauvoir, 2018, p. 254).¹⁰

Nesta obra, Beauvoir nos apresenta passagens célebres e marcantes que expressam de maneira magistral a atual situação do velho na sociedade de classes:

Ao envelhecer, os explorados são condenados, senão à miséria, pelo menos a uma grande pobreza, a moradias desconfortáveis e à solidão, o que acarreta neles um sentimento de decadência e uma ansiedade generalizada. Se o aposentado fica desesperado com a falta de sentido de sua vida presente, é porque o sentido de sua existência sempre lhe foi roubado. Como deveria ser uma sociedade, para que, em sua velhice, um homem permanecesse um homem? A resposta é simples: seria preciso que ele fosse sempre tratado como um homem. A velhice denuncia o fracasso de toda a nossa civilização. É o homem inteiro que é preciso refazer, são todas as relações entre os homens que é preciso recriar, se quisermos que a condição do velho seja aceitável. Um homem não deveria chegar ao fim da vida com as mãos vazias, e solitário (Beauvoir, 2018, p. 552).

Hoje, o homem idoso não pode mais pressupor essa espécie de eternidade: o movimento da História acelerou-se. Ela destruirá amanhã o que se construiu ontem. O velho, na sociedade capitalista, segue sendo descartado e o elo de ligação que unia as gerações vão se tornando cada vez mais tênues. Simone de Beauvoir (2018, p. 391) parece expressar com nitidez essa situação:

As árvores que o velho planta serão abatidas. Em quase todos os lugares, a célula familiar desintegrou-se. As pequenas empresas são absorvidas pelos monopólios, ou então deslocam-se. O filho não recomeçará o pai, e este último sabe disso. Quando ele desaparecer, a propriedade será abandonada, a loja vendida, o negócio liquidado. As coisas que realizou e que davam sentido à sua vida encontram-se tão ameaçadas quanto ele.

Ao longo deste trabalho, foi possível apreender e recompor o quadro da história de vida, da memória dos entrevistados e de seus sujeitos. No melhor estilo e espírito de Ecléa Bosi, talvez valha a pena evocar o grande escritor, Milan Kundera (1978): A luta do homem contra o poder é a luta da memória contra o esquecimento. Isso, com certeza, Ecléa procurou realizar, com muita singularidade. E olha... que conseguiu, e como...! É bem como dizia Ítalo Calvino (1993, p. 12): “um clássico é um livro que nunca terminou de dizer aquilo que tinha para ser dito”.

¹⁰ Norbert Elias (2001) também procurou analisar sociologicamente como o abandono e isolamento dos idosos em nossa sociedade não podem ser explicados unicamente a partir da ideia de que idoso é improdutivo economicamente. É preciso, então, considerar os aspectos emocionais que interferem no abandono dos velhos e moribundos. É o que Elias chama de autoimagem - o modo como as pessoas se veem, se percebem - do ser humano que vive nas modernas sociedades industrializadas e urbanas e que não inclui a ideia do envelhecimento e da morte.

Referências

- ANTUNES, R. *Capitalismo pandêmico*. São Paulo: Boitempo, 2022.
- BARBOSA, João Alexandre. Uma psicologia do oprimido [Prefácio]. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1979.
- BEAUVOIR, S. *A Velhice*. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2018.
- BENJAMIN, W. *O narrador: considerações sobre a obra de Nikolai Leskov*. In *Obras Escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BENJAMIN, Walter. *Obras escolhidas: magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1985.
- BERGSON, Henri. *Matéria e memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.
- BOSI, Ecléa. *Memória e sociedade - Lembranças de velhos*. São Paulo: Cia. das Letras, 1995.
- BOSI, Ecléa. “Entre a opinião e o estereótipo”. *Novos Estudos CEBRAP* nº 32, março/1992, pp. 111-118.
- BOSI, E. *O tempo vivo da memória: ensaios de psicologia social*. São Paulo: Ateliê Editorial, 2003.
- BOURDIEU, P. A ilusão biográfica. In: FERREIRA, M.M. e AMADO, J. (Orgs.) *Usos e abusos da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996.
- CALVINO, Ítalo. *Por que ler os clássicos*. São Paulo: Cia das Letras, 1993.
- CHAUÍ, M. Apresentação: os trabalhos da memória. In BOSI, E. *Memória e sociedade: lembranças de velhos*. São Paulo: Companhia das Letras, 1995.
- COSTA, Iná Camargo. “Para compreender a Sociedade do Espetáculo”. *Outras Palavras*, 17-08-2017. Disponível em: <https://www.ihu.unisinos.br/categorias/186-noticias-2017/570813-para-compreender-a-sociedade-do-espetaculo>. Acesso em: 29/09/2022.
- DEBORD, G. *A sociedade do espetáculo*. Rio de Janeiro: Contraponto, 2017.
- DARDOT, P., LAVAL, C. *A nova razão do mundo: ensaio sobre a sociedade neoliberal*. São Paulo: Boitempo, 2016.
- ELIAS, N. *A Solidão dos Moribundos*, seguidos de envelhecer e morrer. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Editora, 2001.
- GONÇALVES FILHO, José Moura. “Problemas de método em Psicologia Social algumas notas sobre a humilhação política e o pesquisador participante”. In: *Psicologia e Compromisso Social*. BOCK, Ana Mercês Bahia (org.). São Paulo: Cortez, 2003, pp. 193-239.

HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Centauro, 2004b.

HALBWACHS, M. *Los marcos de sociales de la memoria*. Caracas: Universidad Central de Venezuela, 2004a.

HIRATA, Helena. *Comparando relações de cuidado: Brasil, França, Japão: Brasil, França, Japão*. Estudos Avançados 34 (98), 2020.

_____. *O cuidado: teorias e práticas*. São Paulo: Boitempo, 2022.

HIRATA, H.; GUIMARÃES, N.; SUGITA, K. Cuidado e cuidadoras: o trabalho de care no Brasil, França e Japão. *Sociologia & Antropologia*. v.01.01: 151-180, 2011. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/321860977_Cuidado_e_cuidadoras_O_trabalho_de_care_no_BRASIL_FRANCA_E_JAPAO. Acesso em: 02/10/2022.

IANNI, Octavio. “A ditadura militar no Cárcere”. In: *Caros amigos*. Nº 32, São Paulo, Casa Amarela, novembro de 1999.

KRENAK, A. A potência do sujeito coletivo - Parte I. *Revista Periferias*. Rio de Janeiro, v.01, n.01, 2018. Disponível em: <http://revistaperiferias.org/materia/a-potencia-do-sujeito-coletivo-parte-i/>. Acesso em: dez. 2022.

KUNDERA, Milan. *O Livro do riso e do esquecimento*. São Paulo: Círculo do Livro, 1978.

MARX, Karl. *O capital*. São Paulo: Abril Cultural, 1983.

MONTANO, Rudy. *El ego conquiro como inicio de la modernidade*. Editorial Universidad Don Bosco, San Salvador, Teoría y Praxis No. 32, Enero-Junio 2018.

MONTEIRO, Yohana T.; ASSIS, Angela E. F. de. *A velhice como questão social frente ao sistema capitalista: Uma análise crítica*. Disponível em: http://www.joinpp.ufma.br/jornadas/joinpp2019/images/trabalhos/trabalho_submissaoId_390_3905c93d53ceae7c.pdf; acesso em: 28/09/2022.

MORTADA, Samir Pérez. *Tempo e resistência: Ecléa e o método em psicologia social*. Psicologia USP, 2022, volume 33, e 210026. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/pusp/a/s4G56ZdXyFDejKQX3yhtkrh/?format=pdf&lang=pt>

MUNDURUKU, Daniel. *Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória*. São Paulo: Studio Nobel, 2009.

MUNDURUKU, D. (2020). *Literatura, ancestralidade e autonomia da cura*. Disponível em <https://www.youtube.com/watch?v=uQLvmCy1QLQ>. Acesso em: 27/12/2022.

NOGUEIRA, Maria L. M. *et al.* “O método de história de vida: a exigência de um encontro em tempos de aceleração”. In *Pesqui. prá. psicossociais* vol.12 no.2 São João del-Rei abr./jun. 2017. Acesso em: 28/09/2022.

OLIVEIRA, Paulo de Salles. “*Memória e Sociedade*”: ciência poética e referência de humanismo. *Psicol. USP*, São Paulo, jan./mar. 2008, 19(1), 51-58.

POLASTRINI, L. F. *Ancestralidade e identidades em: Meu vô Apolinário: um mergulho no rio da (minha) memória*. III Simpósio Nacional Discurso, Identidade e Sociedade (III SIDIS), Unicamp, 2012. Disponível em: https://www.iel.unicamp.br/sidis/anais/pdf/POLASTRINI_LEANDRO_FAUSTINO.pdf

PROCÓPIO, L. R. B; AZEVEDO, L. G. N. “A influência e as repercussões da obra *A Velhice*, de Simone de Beauvoir, na produção literária brasileira sobre o tema do envelhecimento”. *Revista Kairós-Gerontologia* 22(2), 535-553. São Paulo, FACHS/NEPE/PEPGG/PUC-SP, 2019. Acesso em: 28/09/2022.

QUIJANO, Aníbal. *Colonialidade do poder, eurocentrismo e América Latina*. Buenos Aires: CLACSO, 2005.

SOARES, Fernanda Lopes R. Resenha: *Memória e Sociedade: Lembranças de Velho*. *Revista Mosaico*. 2018 Jan./Jun.; 09 (1): 50-52.

SOBREIRA, D. N. *O ar da vida: memória social e histórias de velhos*. Oficina do Historiador, Porto Alegre, EDIPUCRS, v. 6, n. 1, jan./jun. 2013, pp. 145-148.

TAVARES, Maria A. “*Envelhecimento e trabalho na sociedade capitalista*”. *R. Katál.*, Florianópolis, v. 23, n. 1, p. 143-151, jan./abr. 2020.

TROTSKY, L. *Los crímenes de Stalin*. Obras Escogidas de Edicions Internacionals Sedov. Valencia, 2022.

O Desenvolvimento de Habilidades Socioemocionais na Educação

Alice Ferreira Gonçalves*

Josilayne Luiz Costa**

Milena de Souza Frazão***

Introdução

Compreender o conceito de competências socioemocionais está relacionado diretamente ao estudo das emoções, entretanto, nem sempre foram abordadas considerando as competências acima mencionadas que é o caso deste trabalho. Em momentos diferentes da história foram abordadas sob o ângulo de perspectivas diferentes, tais como neuropsicologia, da biologia, dos padrões das espécies, da psicopedagogia, da cultura e outros.

Dessa forma, este trabalho busca discorrer sobre a importância da saúde mental, principalmente na infância, fase onde a criança está em um pleno desenvolvimento. Bem como sobre o desenvolvimento de habilidades socioemocionais no sentido de melhorar o ensino aprendizagem nos anos iniciais do Ensino fundamental.

Diante disso, a escolha do tema foi motivada pelas experiências escolares já vividas pelas autoras, partindo de uma percepção que a educação emocional muitas das vezes é deixada de lado na educação.

Pesquisas feitas pelo instituto Ayrton Senna (2022) mostram que trabalhar competências socioemocionais nas instituições de ensino, além de contribuir para o crescimento do aluno, ajudam a melhorar o sistema de educação.

Não há como preparar as crianças e jovens para enfrentar os desafios do século XXI, sem investir no desenvolvimento de habilidades para selecionar e processar informações, tomar decisões, trabalhar em equipe, resolver problemas, lidar com emoções. (ABED, 2014, p. 06).

* Professora de apoio na Universidade Estadual de Goiás - UEG/Câmpus Norte. Especialista em psicopedagoga clínica e institucional, Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia (UEG Campus Norte).

** Especialista em Psicopedagogia Clínica e Institucional (INEIB - Instituto de Educação Integrada do Brasil), Graduação em Licenciatura Plena em Pedagogia (Universidade Estadual de Goiás - Campus Norte).

*** Especialista em psicopedagoga e graduada em Pedagogia.

Dessa forma, é mister uma educação socioemocional nas escolas, uma vez que é perceptível a importância para o indivíduo que seu desenvolvimento intelectual e cognitivo, passe por uma educação emocional. Em relação à escolha do tema, justifica-se pelo fato de que, mesmo havendo pesquisas sobre, e até incluso no currículo, é necessário que o professor esteja mais preparado para lidar com diversas situações em sala de aula, compreendendo a importância do desenvolvimento dessas competências para o presente e o futuro do indivíduo.

A função do professor no aprendizado socioemocional é fundamental. Ele precisa saber usar a sua sensibilidade para abrir o debate e oferecer o espaço adequado de expressão para os estudantes. O profissional precisa atuar com a intenção de realmente preparar os alunos a serem conscientes e responsáveis em sua forma de sentir, pensar e agir. (ESCOLA DA INTELIGENCIA, 2020, p. 3).

É importante entender que o emocional, assim como outras disciplinas, influencia e contribui para o aprendizado do aluno, vendo que é um processo que fortalece valores essenciais para um ser ativo em sociedade. Ensinar uma criança a lidar com seu emocional ajudará suas relações consigo mesma e com o mundo, bem como a melhorar sua formação e seu bem-estar individual e social.

Sobre a problemática de pesquisa, a pergunta que essa pesquisa busca responder é de que forma uma Educação socioemocional contribui para a aprendizagem escolar e para a vida do indivíduo? Nessa perspectiva, acredita-se que inserir tais habilidades nos anos iniciais da criança, ajudará no processo de ensino, visto que serão aplicados conhecimentos insubstituíveis durante toda a vida escolar do estudante

Desde 2020, segundo as novas diretrizes da Base Nacional Comum Curricular, doravante BNCC, todas as instituições de ensino teriam que promover, de acordo com o currículo, esse ensino, afirmando que trariam aspectos positivos no seu cotidiano.

Estudos realizados pelo departamento de psicologia de Chicago (EUA, 2022), mostram que, após a inclusão desse tipo de competência, houve uma melhora de 11% nas notas dos alunos, com isso, acredita-se que implantando esse tipo de educação nas escolas, será possível preparar de forma mais significativa as pessoas no sentido de melhor lidarem consigo mesmas, mostrando também melhor desempenho acadêmico.

No que tange ao objetivo geral, propõe investigar como o ensino socioemocional contribui para o desenvolvimento da criança. Em relação aos objetivos específicos, realizar uma breve discussão sobre saúde mental e a educação socioemocional.

O trabalho está dividido em três tópicos estruturados do seguinte modo: o primeiro deles traz algumas considerações teóricas de autores que tratam sobre a educação socioemocional, o segundo falará sobre os papéis dos principais agentes que compõem a educação que são as instituições, os professores e a família e, por último, fala-se sobre as competências emocionais.

Educação Socioemocional: Algumas Considerações Teóricas

A educação socioemocional, refere-se, segundo asseveram Weissberg, Goren, Domitrovich & Dusenbury (2013), ao processo de adquirir habilidades necessárias para o reconhecimento e gerenciamento das emoções, desenvolvimento do cuidado e preocupação com outros, estabelecimento de relações positivas, tomada de decisões responsáveis e manejo de situações desafiadoras de forma eficaz.

Falar das emoções está se tornando cada vez mais fundamental para o crescimento cognitivo do indivíduo, uma vez que melhora a relação do sujeito consigo mesmo e com o coletivo. A emoção está totalmente ligada ao movimento escolar, isso significa que, uma educação completa é aquela que ensina não só o desenvolvimento social, mas também o emocional.

Praticar a educação emocional é uma importantíssima estratégia de prevenção e promoção de saúde mental. Aprender a reconhecer e nomear as emoções abre portas para um aprendizado através do sentir, que muito contribui também para processos cognitivos e executivos, como a tomada de decisão, resolução de problemas, mediação de conflitos (MAMTRA, 2020, p.1).

Alguns pensadores como Henri Wallon, Lev Vygotsky, Jean Piaget e Daniel Goleman ressaltam em suas teorias sobre como a afetividade influencia no desenvolvimento do sujeito.

Henri Wallon (1879-1962) médico, psicólogo e filósofo, foi o primeiro a inserir a emoção das crianças em sala de aula, sendo também um dos principais autores que estudaram sobre o tema. Para o teórico, assim como o fator biológico e social, a emoção faz parte das necessidades das crianças, assegurando que o desenvolvimento intelectual é muito mais que um simples cérebro. Por meio das emoções, o aluno manifesta suas

vontades e desejos, sendo assim, as instituições de ensino devem proporcionar-lhe uma educação integral, consistindo em um desenvolvimento, intelectual, afetivo e social.

Suas ideias foram baseadas em quatro elementos, os quais, para o teórico, se comunicam simultaneamente, sendo elas: a afetividade que apresenta marcas importantes de caráter e personalidade, e é considerada um dos principais pontos do desenvolvimento humano; o movimento o qual possui aspectos pedagógicos, o gesto e os movimentos são considerados fluentes no desenvolvimento da criança; a inteligência que se refere também ao intelectual humanizado, onde o foco é atender o outro de forma unilateral para que possa se auxiliando se desenvolver em grupo com harmonia e, por último, o eu e o outro; que representam a importância da relação com o outro, seja ela direta ou indiretamente.

Nessa perspectiva, Wallon foi considerado um dos pensadores que mais se adentrou a estudar a afetividade, afirmando sua importância no processo evolutivo, enfatizando que a afetividade se manifesta em três formas: por meio da emoção, sentimento e paixão. A primeira diz respeito à primeira manifestação da afetividade, não sendo controlada pela razão; o segundo possui uma característica cognitiva e representa as sensações, surgindo quando o indivíduo compreende aquilo que o afeta, o terceiro e último, representa o autocontrole em uso de um objetivo, se manifestando quando o sujeito controla alguma situação de perigo. O estudioso segue destacando ainda que, essas expressões aparecem no decorrer da vida e vão evoluindo.

Já Lev Vygotsky (1896-1934), psicólogo e pensador complexo, abrangeu pontos essenciais da pedagogia contemporânea, seus estudos resultam do entendimento do indivíduo como um ser que se forma em contato com a sociedade. Para o articulista, sem o convívio com o outro, o indivíduo não se constrói. O teórico traz dois conceitos de desenvolvimento, sendo eles: Zona de Desenvolvimento Real, onde a criança já alcançou suas etapas: e a Zona de Desenvolvimento Proximal, que se dirige aquilo que a criança ainda não aprendeu e irá precisar do outro

Vygotsky (1987) enfatiza a importância da linguagem nos planejamentos e desenvolvimentos dos processos de pensamento e aprendizagem. Para ele, a característica humana de planejar, comparar e relacionar pressupõe uma maneira de interpretação mental que muda o verdadeiro e proporciona ao sujeito uma liberdade de limitação entre o aqui e o agora.

De acordo com Vygotsky (1987), os adultos que cuidam de um bebê não lhe proporcionam apenas cuidados físicos, mas colocam sobre ele certas representações sociais (imagens, ideias, expectativas) que o introduzem no mundo da cultura. Se o bebê nasce num mundo simbólico, em que os significados vão sendo usados pelos indivíduos para controlar seu meio ambiente e a si próprios, é na interação com os outros membros da sua cultura e com os meios de comunicação que ele, posteriormente, pode escolher entre diferentes modos de comportamento, construindo novos modos de ação. Paulatinamente, a criança vai construindo significados, conhecimentos, valores, num diálogo com ela mesma, com o outro e com o mundo... (ABED, *apud*, MEIER & GARCIA, 2014, p. 43)

Ele afirma que o brincar é uma ação benéfica em momentos emocionais, pois ao brincar, a criança produz episódios que atribuem sentidos aos objetos, contribuindo para suas vontades. O sentimento e a emoção para Vygotsky oferecem o incentivo do desenvolvimento das atividades psicológicas e relevantes da aprendizagem;

Ao contrário de Vygotsky, onde o desenvolvimento precisa de uma contribuição ativa com o meio social, Piaget menciona que o mesmo acontece por meio das interações com o sistema interno e externo. Uma das suas principais pesquisas foi a do conhecimento lógico, seu objetivo era o levantamento das condições cognitivas, que permitia o indivíduo alcançar o raciocínio lógico. Para ele o desenvolvimento psicológico abrange pontos cognitivos e afetivos.

A dimensão afetiva inclui a motivação, os sentimentos, os interesses, os valores, que se constituem como “fatores energéticos” das interações entre sujeito objeto que promovem o desenvolvimento cognitivo e a construção do conhecimento (ABED *apud*, PIAGET, 2014, p. 29).

Daniel Goleman (1946), jornalista, psicólogo, considerado pai da inteligência emocional afirma em seus estudos que controlar a mente e as emoções é extremamente necessário, sendo preciso treinar a essência para evoluir.

A inteligência acadêmica não oferece praticamente nenhum preparo para o torvelinho — ou para a oportunidade — que ocorre na vida. Apesar de um alto QI não ser nenhuma garantia de prosperidade, prestígio ou felicidade na vida, nossas escolas e nossa cultura privilegiam a aptidão no nível acadêmico, ignorando a inteligência emocional, um conjunto de traços — alguns chamariam de caráter — que também exerce um papel importante em nosso destino pessoal (GOLEMAN, 2011, p. 65).

Para Goleman, a inteligência emocional corresponde a algumas habilidades essenciais, sendo elas: o autoconhecimento emocional que diz respeito à técnica de reconhecer a própria emoção e sentimento, em função disso, não a ter se torna prejudicial.

Controle emocional que é habilidade que possibilita enfrentar o sentimento, ajudando o sujeito a ter conhecimento das emoções que o cercam. Automotivação que se refere à capacidade que auxilia a gerir as emoções a um objetivo pessoal. Habilidade com relacionamentos interpessoais que corresponde ao modo de interação com o outro, necessitando muito do nível social, por último, o reconhecimento das emoções no outro que é a prática de identificar as emoções no outro e respeitá-las.

Ele afirma ainda que, a inteligência emocional é uma das causas mais importantes para o desenvolvimento e o sucesso.

As pessoas com prática emocional bem desenvolvida têm mais probabilidade de se sentirem satisfeitas e de serem eficientes em suas vidas, dominando os hábitos mentais que fomentam sua produtividade; as que não conseguem exercer nenhum controle sobre sua vida emocional trava batalhas internas que sabotam a capacidade de concentração no trabalho e de lucidez de pensamento. (GOLEMAN, 2011, p. 66/67).

Ou seja, a prática emocional é algo que deve ser preservado de modo que assim sempre irá garantir as pessoas melhor produtividade, além de estar mais consciente e satisfeito em seu dia a dia.

O papel da família, da escola e do professor no desenvolvimento das competências socioemocionais

Antes de discorrermos sobre o papel da escola e do professor no desenvolvimento das competências socioemocionais é necessário apresentar sobre como elas estão inseridas na Base Nacional Comum Curricular (BNCC).

Em consonância com a BNCC (2017), as Competências Socioemocionais referem-se a um documento normativo cujo objetivo é orientar os currículos das escolas públicas e privadas da educação básica brasileira. Esse documento traz em seu bojo os conhecimentos, competências e habilidades a serem desenvolvidas pelos discentes durante seu percurso escolar. A BNCC, visando a direcionar a educação brasileira para uma formação humana integral e para a construção de uma sociedade justa, democrática e inclusiva, estrutura a educação básica em dez competências gerais que dizem respeito a aprendizagens essenciais para todos os estudantes.

O vocábulo competência, na BNCC, refere-se à “mobilização de conhecimentos (conceitos e procedimentos), habilidades (práticas, cognitivas e socioemocionais), atitudes

e valores para resolver demandas complexas da vida cotidiana, do pleno exercício da cidadania e do mundo do trabalho” (BNCC, 2017, p. 8). E estão articulados com a construção de conhecimentos, no desenvolvimento de habilidades e na formação de valores e atitudes conforme preconiza a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB) – lei, nº 9394/96.

Considerando o contexto exposto acima, afirma-se que a BNCC ao trazer à baila as competências, traz também elementos para o desenvolvimento socioemocional em todas elas. No entanto, em quatro delas, as competências e habilidades socioemocionais estão em evidência sendo elas: 7, 8, 9 e 10. No que concerne, à primeira versa sobre a autogestão do estudante, e estabelece que este deve ser capaz de:

Argumentar com base em fatos, dados e informações confiáveis, para formular, negociar e defender ideias, pontos de vista e decisões comuns que respeitem e promovam os direitos humanos, a consciência socioambiental e o consumo responsável em âmbito local, regional e global, com posicionamento ético em relação ao cuidado de si mesmo, dos outros e do planeta (BNCC, 2017, p. 9).

No que se refere à competência 8, na qual apresenta as competências socioemocionais, coloca-se em destaque a questão do autocuidado e o autoconhecimento. Assim, aprecia-se a zelar tanto por sua saúde física como emocional, “compreendendo-se na diversidade humana e reconhecendo suas emoções e as dos outros, com autocrítica e capacidade para lidar com elas (BNCC, 2017, p. 10).

Sobre a competência 9, ressalta a importância do desenvolvimento da Empatia e Cooperação, ao dar ênfase ao exercício da empatia, do diálogo, da resolução de conflitos e da cooperação, de maneira que o discente se respeite e ainda promova o respeito ao outro e aos direitos humanos, com acolhimento e valorização da diversidade de indivíduos e de grupos sociais, seus saberes, identidades, culturas e potencialidades, sem preconceitos de qualquer natureza (BNCC, 2017, p. 10).

Por último, ressalta-se a competência 10, que coloca em destaque o desenvolvimento da autonomia do estudante, salientando a importância de o discente agir pessoal e de forma coletiva com autonomia, responsabilidade, flexibilidade, resiliência e determinação, tomando decisões com base em princípios éticos, democráticos, inclusivos, sustentáveis e solidários (BNCC, 2017, p. 10).

A BNCC, ao propor a união da educação socioemocional com o cognitivo, objetiva uma ampla mudança na educação brasileira com grande potencial para transformar

as próximas gerações, formando cidadãos críticos e conscientes de seu papel na sociedade, capazes de lidar com suas próprias emoções usando-as para criar soluções e melhorias para a sociedade como um todo.

É fato que a família, a escola, e, conseqüentemente, o professor têm papel crucial no desenvolvimento das competências socioemocionais do aluno. No Brasil, conforme dados apresentados pela Fundação Maria Cecília Souto Vidigal durante a palestra do professor James Heckman em São Paulo em outubro de 2017, há cerca de 19.632.000 crianças com idade entre 0 e 6 anos. Desse total, 74% têm até 4 anos de idade e pertencem a famílias com renda abaixo de um salário mínimo.

Tal constatação é preocupante, já que, ao viverem em situação de vulnerabilidade correm o risco de não se desenvolverem intelectual e emocionalmente. E isso se justifica pelo fato de que, dificilmente, terão acesso a uma boa educação e à proteção, física e emocional.

O professor desempenha uma chave no desenvolvimento das competências socioemocionais, uma vez que oferece aos seus alunos ferramentas para desenvolver expressividade, interação social e socialização, empatia, imersão no universo e, sobretudo, autonomia e o pensamento crítico.

O professor deve assumir seu papel de mediador não só das relações dos alunos com os objetos do conhecimento como também da sua constituição enquanto ser humano. Em uma sociedade em que as crianças e jovens passam um tempo considerável na escola, é imprescindível que as instituições de ensino assumam a responsabilidade pela formação global e integral dos estudantes - desde o Ministério da Educação até cada um dos professores, a cada minuto de cada hora que está diante de seus alunos, dia após dia. (ABED, 2014, p. 20).

Alguns autores como Reuven Feuerstein (2004) ressaltam em seus estudos sobre a importância da mediação na prática do professor, afirmando que o docente é o intermediário entre a aprendizagem e o desenvolvimento. Propondo ainda que, o indivíduo aprende de maneira ágil quando há uma pessoa que o ajude e incentive no seu desenvolvimento pessoal e cognitivo. Para ele, tanto o professor como os pais precisam ter mais cuidados e sabedoria nesse processo de intervenção.

Sobre o processo de ensino e aprendizagem das competências emocionais

Sendo as competências socioemocionais fatores de proteção para o desenvolvimento do indivíduo, podem ser tanto ensinadas quanto aprendidas. No tocante

ao ensino das habilidades socioemocionais representa no contexto contemporâneo, uma das formas mais significativas para que o aluno obtenha sucesso no âmbito escolar. Pesquisas diversas demonstram que a aprendizagem socioemocional, além de contribuir para melhorar as relações da escola com a comunidade, arrefece os conflitos entre alunos, melhora a disciplina da sala de aula e ajuda jovens a serem mais saudáveis e bem-sucedidos na escola e na vida.

O gráfico 1 sobre a estrutura da aprendizagem socioemocional delineada por Casel demonstra sinteticamente a assertiva acima.

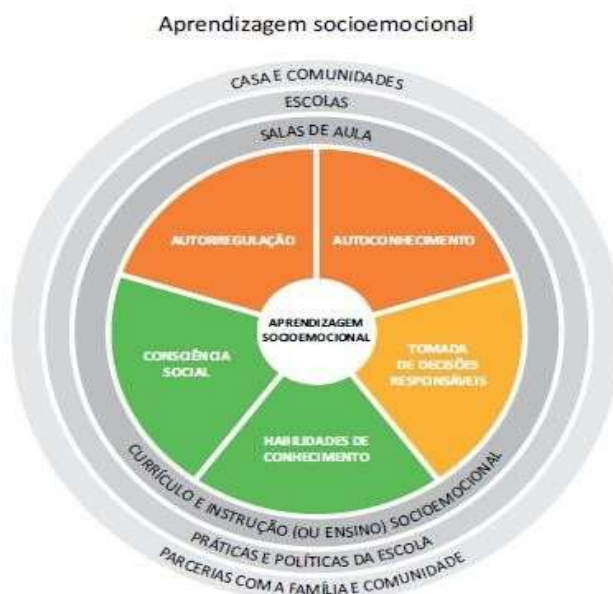


Gráfico 1. CASEL -The Collaborative for Academic, Social and Emotional Learning

Considerando o gráfico mencionado acima, torna-se necessário aprender as 5 principais habilidades socioemocionais, sendo elas: autoconhecimento, autorregulação, Relacionamento Pessoal/Habilidades de Relacionamento, Consciência Social e Tomada de Decisões Responsáveis. Em relação ao autorreconhecimento, refere-se à capacidade de reconhecimento das próprias emoções e pensamentos e como isso influencia o comportamento do sujeito.

A segunda delas, a autorregulação, abarca a capacidade de regular as próprias emoções, pensamentos e comportamentos em diversas situações. Sobre o relacionamento Pessoal/Habilidades de Relacionamento, refere-se à capacidade de estabelecer e manter relacionamentos saudáveis com diversos indivíduos e grupos. No tocante à consciência Social, abarca a capacidade de assumir a perspectiva do outro. Demonstrar empatia, incluindo aqueles de diversas origens e culturas. E, por último, vem a tomada de decisões

responsáveis que diz respeito à capacidade de fazer escolhas construtivas sobre comportamentos pessoais e interações sociais baseadas em padrões éticos, e normas sociais.

Os adultos também têm papel relevante na relação que estabelecem com as crianças, quer seja na sala de aula, na escola como um todo, na família e na comunidade em que elas estão inseridas. Para reforçar essa afirmativa, abaixo apresentamos o gráfico de McCoy que enfatiza a importância da integração entre as áreas social, emocional e cognitivo essa questão é reforçada por McCoy apresentado no gráfico abaixo que enfatiza a integração entre as áreas social, emocional e cognitivo.



Gráfico 2. McCoy

Segundo a Conferência Nacional de Legisladores Estaduais (NCSL), o desenvolvimento socioemocional está relacionado a três fatores principais, sendo eles a biologia, relacionamentos e meio ambiente. Sobre o primeiro fator, a biologia vincula-se ao temperamento de uma criança e outras influências genéticas. Sobre os Relacionamentos, são aqueles formados com familiares, cuidadores, educadores e outros são o veículo que impulsiona o desenvolvimento social e emocional ou, na mesma medida, retraem-no quando esses relacionamentos são abusivos, violentos.

Quanto aos fatores ambientais, afetam o desenvolvimento socioemocional, posto que estão interligados aos biológicos e relacionais: ambientes mais vulneráveis, com estresse tóxico, geram impactos negativos; ambientes mais harmônicos e com cuidados geram impactos positivos.

Dessa feita, é mister, segundo Durlak *et al.*, (2007), o desenvolvimento dessas competências para o sucesso do indivíduo dentro e fora da escola. Em conformidade com Durlak (2011), fazem parte dessas competências a capacidade das crianças de entender suas próprias emoções, focar a atenção, relacionar-se bem com os outros e demonstrar empatia. Os programas de aprendizagem socioemocional implementados em escolas podem apoiar o desenvolvimento nas crianças dessas habilidades importantes e, ao mesmo tempo melhorarem a qualificação dos professores.

É importante salientar aqui, que a aprendizagem socioemocional é conhecida por outros nomes e cada um se baseia numa perspectiva teórica ligeiramente diferente, visto que se referem a um conjunto diferente de pesquisas, e cada conjunto tem seus próprios campos e disciplinas relacionados. Eis alguns nomes pelos quais a aprendizagem socioemocional é conhecida: educação de caráter, habilidades do século XXI, habilidades não cognitivas, *soft skills*.

Neste trabalho, optou-se pelos estudos que abarcam a aprendizagem socioemocional por dois motivos. O primeiro é que a partir das pesquisas realizadas percebeu-se que é um termo mais familiar preferido entre os formuladores de políticas, educadores e os pais. Em segundo lugar, de acordo com Stephanie Jones, o termo enfatiza o aprendizado e o desenvolvimento social levando em conta as emoções - proporcionando enquadramento mais positivo do que termos como habilidades não cognitivas ou *soft skills*.

Ao enfatizar a aprendizagem e o desenvolvimento, o termo socioemocional também condiz com a missão fundamental das escolas de propiciar a aprendizagem acadêmica e a cidadania comprometida. Enfim, a forma ou foco como se trabalha com a aprendizagem socioemocional vai influenciar diretamente na eficácia da intervenção.

Considerações Finais

Com a realização deste artigo, foi possível perceber que a educação socioemocional contribui sim para a aprendizagem escolar do indivíduo. Concluindo que, é imprescindível a compreensão de que preparar e educar os alunos para superar os obstáculos da vida não é uma tarefa fácil, porém é necessário.

Os mesmos desenvolvem certas habilidades básicas para aprender, conviver, viver e trabalhar em um mundo em que está cada vez mais complexo. Para educar esses jovens

em resposta às dificuldades e adversidades em que vivemos, é necessário em um primeiro momento ampliar o chamado aprendizado de hoje.

O ensino socioemocional contribui de forma que atua como o suporte para a aprendizagem, direta ou indiretamente relacionados com o processo de ensino, não apenas acadêmico, mas também humano com o aluno, o que o levará a enfrentar desafios. Portanto, promover competências socioemocionais irá desenvolver diversas habilidades, de modo que os alunos tenham o potencial de se tornarem os próprios autores das suas histórias.

Desse modo, uma das maneiras do ensino socioemocional contribuir para o desenvolvimento da criança é de tornar o ensino mais flexível e interessante para os alunos criando ambientes de trabalho que sejam mais colaborativos, e essa colaboração vem veiculada com as competências socioemocionais, de modo que organiza os interesses e necessidades dos estudantes, favorecendo então o seu protagonismo.

Referências

ABED, Anita Lilian Zuppo. *O Desenvolvimento das habilidades socioemocionais como caminho para a aprendizagem e o sucesso escolar de alunos da educação básica*. São Paulo: Unesco/MEC, 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15_891-habilidades-socioemocionais-produto-1-pdf&category_slug=junho-2014pdf&Itemid=30192. Acessado em 23 jan. 2023.

BRASIL. Ministério da Educação. *Base Nacional Comum Curricular (BNCC)*. Brasília: MEC, 2017.

DURLAK, Joseph A., WEISSBERG, Roger P., DYMICKI, Alisson B., TAYLOR, Rebecca D., SCHEILLINGER, Kriston B. (2011) The Impact of Enhancing Students's Social and Emotional Learning: A Meta-Analysis of School-Based Universal Interventions - *Child Development Journal* - Volume 82, Issue 1 January/February 2011 Pages 405-432.

GOLEMAN, Daniel. *Inteligência emocional: a teoria revolucionária que redefine o que é ser inteligente*. Rio de Janeiro: Objetiva, 2011. Disponível em: https://saogoncalosp.com.br/arquivos_site/estantevirtual/inteligencia-emocionaldaniel-goleman3.pdf> Acesso Mar/23.

INTELIGÊNCIA EMOCIONAL NA ESCOLA: *como desenvolvê-la em alunos e professores?* Escola da inteligência, 2020. Disponível em: [Inteligência emocional na escola: como desenvolvê-la em alunos e professores? | Escola da Inteligência \(escoladainteligencia.com.br\)](https://escoladainteligencia.com.br) Acesso Mar/2023.

INSTITUTO AYRTON SENNA. Competências socioemocionais dos estudantes. São Paulo, c2021. Disponível em: <1>. Acesso em: 13 out. 2023.

Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015. Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência). Diário Oficial da União: seção 1, Brasília, DF.

WEISSBERG, GOREN, DOMITROVICH e DUSERBURY. Roger P., Paul, Celene e

Linda. *Effective Social and Emotional Learning Programs*. Casel Guide. 2013. Disponível em ><https://ed.buffalo.edu/content/dam/ed/alberti/docs/CASEL-GuideSOCIAL-EMOTIONAL-LEARNING.pdf>> Acesso Mar/2023.